

V.4, N.1 (2017)

Novos Saberes



Católica de
Santa Catarina
Centro Universitário

Expediente

Prof. Djonny Weinzierl
Coordenador de Pesquisa

Prof. Achilles S. Silva Junior
Editor Gerente

Denise Cristiane Büttgen Machowsky
Suporte Técnico

Corpo Editorial

Ana Célia Bohn, Antonio José Tonello Junior, Carlos Eduardo Viana, Cláudio Sérgio Moreira, Daniel de Mello Massimino, Jorge Harry Harzer, Juliana Patrícia Petris, Junior Antunes Koch, Maikon Cristiano Glasenapp, Manfred Heil Junior, Mauricio Henning, Nelson Martins de Almeida Netto e Wilson José Mafra.

SUMÁRIO

EDITORIAL

Marco Antônio Murara

ARTIGOS

DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TRABALHO, EM PARCERIA COM A DEFESA CIVIL, NOS MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DO VALE DO ITAPOCU (AMVALI)

Elizete Cardoso, Regina Panceri, Marco Antonio Murara

PACTO DE APRIMORAMENTO DO SUAS: MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUNESC

Raquel Hack, Vânia Fátima Guareski Souto, Marco Antonio Murara

O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR EM SÃO BENTO DO SUL E O PROCESSO DE DESLIGAMENTO DAS CRIANÇAS: O DESAFIO DA DESVINCULAÇÃO AFETIVA

Maiara Dufloth Pelissa, Darlene de Moraes Silveira, Marco Antonio Murara

O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EXECUTADO COM OS ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Karen Lili Fechner, Janice Merigo, Marco Antonio Murara

A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NA PROMOÇÃO E NA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Josiane Gonzaga dos Santos, Janice Merigo, Marco Antonio Murara

A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL ANTES E APÓS SUAS: ANÁLISE DE UMA TRAJETÓRIA

Iara Maria Rossoni, Adriana Zanqueta Wilbert Ito, Marco Antonio Murara

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

Maike Sheila Tschoeke Steidel, Janice Merigo, Marco Antonio Murara

Estimados leitores,

A alegria pela execução de um bom trabalho. Este é o sentimento que nos invade neste momento em que lhes apresentamos a quinta edição da Revista Eletrônica NOVOS SABERES (ISSN: 2359-1986). Essa edição, em especial, tem um tema central específico. Trata de uma coleção de artigos científicos desenvolvidos na Especialização em Planejamento no Sistema Único de Assistência Social, uma parceria entre a Federação Catarinense dos Municípios (FECAM) e o Centro Universitário - Católica de Santa Catarina. A edição contribui com o objetivo da Revista em disseminar a Pesquisa Científica desenvolvida na Instituição. Agradecemos a todos os professores e pesquisadores que contribuíram com a preparação dessa edição. Esperamos que a leitura seja prazerosa e possa contribuir para o enriquecimento do conhecimento dos leitores.

Prof. Marco Antonio Murara.

Coordenador da Especialização e professor da disciplina de Metodologia da Pesquisa.

Sobre o autor:

Marco Antonio Murara é graduado em administração pelo Centro Universitário de Jaraguá do Sul (UNERJ). É especialista em Comunicação Integrada de Marketing pela mesma instituição, Especialista em Gestão de Pequenos Negócios pela FIA/SP e Mestre em administração pela PUC/PR. É professor de Graduação e Especialização nas áreas de Estratégia, Empreendedorismo e Marketing.

DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TRABALHO, EM PARCERIA COM A DEFESA CIVIL, NOS MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DO VALE DO ITAPOCU (AMVALI)

Elizete Cardoso, Regina Panceri,

Marco Antônio Murara¹

Centro Universitário - Católica de Santa Catarina

2

Resumo: O presente artigo reflete sobre a Política de Defesa Civil e os desafios da Assistência Social na atuação junto aos desastres naturais e eventos adversos nos municípios do Vale do Itapocu (Corupá, Jaraguá do Sul, Guaramirim, Schroeder, São João do Itaperiú e Barra Velha). Os eventos adversos têm aumentado na região Norte de Santa Catarina e é necessário que a Defesa Civil esteja presente em todos os municípios. Com esse estudo tem-se o intuito de apresentar a realidade da Defesa Civil nos sete municípios da Associação do Vale do Itapocu (AMVALI), bem como a inserção da Política de Assistência Social, que tem como objetivo a garantia de direitos e a luta pela proteção integral das famílias, com a oferta do Serviço de Proteção e Situação de Calamidade Pública e de Emergência. A investigação sobre o tema foi direcionada aos responsáveis pela Defesa Civil no período de setembro a outubro de 2015.

Palavras Chave: Defesa Civil; Serviço de Proteção e Situação de Calamidade Pública e de Emergência; Política Nacional de Assistência Social

CHALLENGES OF THE POLITICS OF SOCIAL WORK IN THE WORK, IN PARTNERSHIP WITH THE CIVIL DEFENSE, IN THE CITIES OF THE VALLEY OF THE ITAPOCU (AMVALI)

Abstract: The present article reports the Politics of Civil Defense and the challenges of the Social work in the acting on natural disasters in the cities of the Valley of the Itapocu. The averse events have been increasing in the region and it is necessary that the Civil Defense is present in all the cities. The study aims to present fact of the Civil Defense seven cities of the Association of the Valley of the Itapocu (AMVALI), as well as the insertion of the Politics of Social work, which takes as an objective the guarantee of rights and the struggle for the integral protection of the families, with the offer of the Service of Protection and Situation of Public Calamity and of Emergence. The inquiry was done by persons in charge for the Civil Defense in the period of September the October of 2015.

Keywords: Civil defense; Service of Protection and Situation of Public Calamity and of Emergence; National Politics of Social work

1 E-mail: murara@catolicasc.org.br

1 INTRODUÇÃO

O planeta no qual vivemos tem enfrentado diversidades climáticas cada vez mais constantes, seja de origem natural ou tecnológica. Em determinado momento temos a escassez da água e, em outro momento, as cheias. É nesse cenário de diversidades que trabalha a Defesa Civil e a Assistência Social.

A temática abordada neste estudo é atual e está inserida de forma direta com as Políticas Públicas, Sociais e de Cidadania, e dentre essas, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que inseriu como um serviço de alta complexidade a proteção para quem é atingido por uma situação de emergência ou de calamidade pública.

Em função de atuar, enquanto Assistente Social, em um município que já foi atingido por eventos adversos, direta ou indiretamente no serviço mencionado, objetiva-se mostrar a atuação da política de Assistência Social junto à Defesa Civil.

A região Norte de Santa Catarina (Corupá, Jaraguá do Sul, Guaramirim, Schroeder, São João do Itaperiú e Barra Velha), convive constantemente com cheias, deslizamentos e enxurradas. O Rio Itapocu corta os municípios de Corupá, Jaraguá do Sul, Barra Velha e Guaramirim, principal responsável pelas cheias. O município de Schroeder é cortado pelo rio Itapocuzinho, que também provoca eventos adversos no município. Uma característica peculiar de alguns dos municípios é que Corupá é formado por várias cachoeiras, tem vários rios, contribuindo para a elevação das águas; no município de Guaramirim, o rio Itapocu forma uma bacia, onde na grande maioria das vezes as águas ficam paradas, dificultando seu esvaziamento. São João do Itaperiú é banhado pelo Rio Itapocu também. O município de Massaranduba é cortado pelo Rio Massaranduba e seus afluentes – rio Luís Alves, rio Putanga, rio Guarani-Mirim, todos tributários do rio Itapocu, o qual é a principal fonte de abastecimento de água doce para os municípios, tanto que para manter sua fonte foi criada a Associação dos Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu.

No sentido de atender à população frente aos eventos adversos que vêm atingindo os municípios, autoridades e gestores públicos locais estão estruturando a Defesa Civil, bem como a oferta de serviço para a comunidade atingida ou afetada.

Nesse artigo, enfocam-se as mudanças climáticas e os eventos adversos, Santa Catarina e as incidências de eventos adversos, o papel da Defesa Civil, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e os desafios dos municípios da Associação Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI) no enfrentamento a gestão de risco e desastre.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Compreendendo os eventos adversos e os desastres naturais

A relação do homem com a natureza e o crescimento desordenado das cidades têm trazido grandes reflexos para o meio ambiente. A poluição ambiental tem aumentando e, apesar dos investimentos das iniciativas governamentais e não governamentais em campanhas de prevenção, pouco ou quase nada tem conseguido impedir os desastres ambientais e/ou tecnológicos.

Os desastres ambientais são aqueles ocasionados pela própria natureza. São eles: geológicos (terremoto, erupção vulcânica, movimento de massa, erosão); hidrológico (inundações, enxurradas, alagamentos); meteorológico (sistema de grande escala/escala

regional, tempestades, temperaturas extremas); climatológico (seca); e biológico (epidemias, infecções/pragas).

Os desastres tecnológicos são aqueles ocasionados com a interferência do homem, com a evolução da tecnologia. São eles: desastres relacionados às substâncias radioativas, desastres relacionados a produtos perigosos, desastres relacionados a incêndios urbanos, desastres relacionados a obras civis, desastres relacionados a transporte de passageiros e cargas não perigosas.

Todo desastre é resultado de um evento adverso e este é classificado pela Defesa Civil como uma ocorrência desfavorável, prejudicial ou imprópria, que acarreta danos e prejuízos, constituindo-se no fenômeno causador de um desastre (DEFESA CIVIL – Cartilha da Defesa Civil. Gestão de Risco de Desastres, 2014). Quando somos atingidos por um evento adverso, estamos presenciando um desastre.

Desastre são resultados de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais, e consequentes prejuízos econômicos e sociais (DEFESA CIVIL – Capacitação Básica em Defesa Civil, 2012).

Para que um evento adverso ou desastre aconteça, temos que ficar atentos e perceptivos à ameaça.

Conceituando “ameaça”:

É a estimativa da ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento (ou acidente) e da provável magnitude de sua manifestação. É um fato ou situação que tem a possibilidade de causar danos ou prejuízos caso ocorra, como por exemplo, uma chuva forte, o deslizamento de terra em uma encosta, o transporte rodoviário de um produto perigoso ou outra situação qualquer (DEFESA CIVIL – Cartilha da Defesa Civil. Gestão de Risco de Desastres, 2014).

Cotidianamente, presencia-se situação de ameaças, as quais podem ou não gerar algum evento adverso, sendo que quanto mais vulnerabilidade for, maior o risco.

A vulnerabilidade é definida como

A condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os eventos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos prováveis. A intensidade do desastre depende muito mais do grau de vulnerabilidade ou de segurança intrínseca dos cenários e das comunidades em risco do que da magnitude dos eventos adversos. Deste modo, as características da comunidade podem aumentar os danos provocados pelos desastres (DEFESA CIVIL – Cartilha da Defesa Civil. Gestão de Risco de Desastres, 2014).

A ameaça e a vulnerabilidade são fatores determinantes diante de um evento adverso. Quanto maior a vulnerabilidade de determinada região, maior será a ameaça, bem como seus riscos. Desse modo pode-se afirmar que o risco é uma relação entre a ameaça e a vulnerabilidade, versus a capacidade de resposta da população.

“O risco de desastre é a relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize, e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos” (DEFESA CIVIL – Cartilha da Defesa Civil. Gestão de Risco de Desastres, 2014).

Uma sociedade organizada e informada tem a capacidade de enfrentamento das situações de adversidade que por ventura surgirem, sendo que a capacidade

É a maneira como as pessoas e as organizações de uma comunidade utilizam os recursos existentes para reduzir os danos ou tornar a recuperação mais rápida e eficiente, quando essa comunidade é afetada por um evento adverso. É quando uma

comunidade organizada tem condições de reduzir os danos e prejuízos causados por um desastre (DEFESA CIVIL – Cartilha da Defesa Civil. Gestão de Risco de Desastres, 2014).

Quanto mais informada e capacitada estiver a sociedade para reagir aos eventos adversos, melhor preparada estará para tomar decisões.

Para conseguir envolver a comunidade cada vez mais nas resoluções dos problemas, melhorando sua capacidade, a Defesa Civil tem trabalhado com a percepção de risco, no sentido de refletir sobre a responsabilidade que o indivíduo tem em relação às suas escolhas, por meio de orientações e esclarecimentos.

É um trabalho a ser realizado em longo prazo, pois envolve razão, emoção, valores. É uma forma de pensar, que exige um olhar para dentro de nós mesmos. É uma tomada de consciência de que o todo faz parte da história de vida de cada um.

A percepção consiste na aquisição, seleção, interpretação e organização das sensações sensoriais, em direta relação com a história de vida de cada indivíduo e, portanto, com tudo o que ele aprendeu ao longo da vida (DEFESA CIVIL – Cartilha da Defesa Civil. Gestão de Risco de Desastres, 2014).

Daí a importância de entendermos o significado de eventos adversos, desastres, risco, ameaça, vulnerabilidade e capacidade, bem como de entender a vulnerabilidade a que estamos sujeitos em Santa Catarina, a partir dos desastres ocorridos.

2.2 Santa Catarina e a incidência de desastres naturais

Constantemente nos deparamos com notícias de desastre, seja ele ambiental ou tecnológico, seja em nível de Brasil, ou em outros países. Independente da sua localização atinge o nosso planeta como um todo.

O Atlas Brasileiro de Desastres Naturais salienta que 53% dos registros de desastres naturais no país, entre 1991 e 2010, estão relacionados à estiagem e à seca; 21% a inundações bruscas; 12%: inundação gradual; 7%: vendaval e/ou ciclone; 4%: granizo, e 3%: outros. Refere-se às regiões do Brasil mais atingidas por desastres naturais, assim classificados: a região Nordeste: 40%, Sul: 34%, Sudeste: 20%, Norte: 3% e Centro-Oeste: 3% (ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES, 2012).

O Estado de Santa Catarina está localizado na região sul do Brasil, e possui uma área de 95.985 km, correspondendo a 1,12% do território do país, com população estimada, em 2015, de 6.819.190 habitantes.

As adversidades climáticas têm afetado significativamente o Estado ao longo de sua história, e são caracterizadas principalmente:

- pelos elevados totais pluviométricos, que resultam em grandes áreas afetadas por escorregamentos, enchentes, inundações e quedas de blocos, deixando, comumente, um grande número de desabrigados e mortos;
- pelos prolongados meses de estiagens, que prejudicam a agricultura e a pecuária, afetando a renda dos agricultores e pecuaristas;
- pelas tempestades severas que frequentemente geram vendavais, granizos, tornados e marés de tempestades, deixando inúmeras residências totalmente destruídas ou destelhadas, além de prejudicar significativamente as plantações e a infraestrutura pública dos municípios.

O Estado de Santa Catarina também sofre com a interferência dos fenômenos de El Niño e La Niña e, em escala regional, como as instabilidades atmosféricas associadas principalmente aos sistemas convectivos e à passagem de sistemas frontais.

Conforme demonstrado, é possível termos uma resumida noção dos eventos adversos que atingem o Estado de Santa Catarina, sendo necessária uma organização de todos os municípios e Estados, para garantir uma resposta em curto prazo para a comunidade, frente aos eventos adversos. Preocupados com esses desastres, o Estado, municípios e o Governo têm buscado solução e prevenção para enfrentá-los, sendo necessária a criação de Coordenadorias e Secretarias de Defesa Civil, estruturas responsáveis pela organização das ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas.

2.3 O papel da defesa civil na gestão de risco e desastres

No Brasil, tem-se registro da importância da Defesa Civil desde a Primeira Constituição do Império, datada de 24 de março de 1824, no sentido de garantir os socorros públicos.

Em todas as Cartas Magnas, de 1824 até 1937, são abordados temas de proteção aos indivíduos, como socorro público, calamidade pública, efeitos de seca, desastres e perigos iminentes; mas o governo, até a década de 1940, não tinha ainda sentido a necessidade de criar um órgão voltado ao atendimento da população em situação de desastre (DEFESA CIVIL – Capacitação Básica em Defesa Civil, 2012).

Preocupados com eventuais ataques externos, a exemplo do ocorrido a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, e em resposta aos numerosos naufrágios de navios brasileiros torpedeados por submarinos alemães, o Brasil criou o Serviço de Defesa Antiaérea, transformado em Serviço de Defesa Civil.

Com o fim da Guerra, esse serviço foi desativado. Após quatorze anos, o Governo sentiu a necessidade de ressarcir prejuízos devido ao evento adverso de seca no Nordeste, sendo que o país saiu do foco de proteção devido às guerras, e passou a dar atenção aos problemas gerados pelos desastres naturais.

O Decreto 67.347, de 5 de outubro de 1970, criou o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP), e nove anos depois nasceu a Secretaria Especial de Defesa Civil, com o Decreto Lei n. 83.839, de 13 de dezembro de 1979.

A Defesa Civil inicia um novo momento na história, com o apoio das coordenadorias regionais de Defesa Civil, uma vez que sua atuação vai além do paliativo, tendo um trabalho voltado para medidas preventivas, assistenciais e de recuperação, já realizadas ao longo de sua história.

O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) surge com o Decreto n. 97.274, de 16 de dezembro de 1988, trazendo consigo o reconhecimento de situação de emergência e de calamidade pública.

O Decreto n. 895, de 16 de agosto de 1993, reorganiza o SINDEC, e amplia as atribuições e o número de Órgãos Federais no Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC). A Defesa Civil ganha força de sistema, trabalhando integrado com outras políticas públicas.

Com a evolução das ações de Defesa Civil, que deixou de atuar apenas em resposta às situações de emergência e calamidade, e passou a uma série de outras ações, como a prevenção e a recuperação das áreas afetadas por desastres. Se, num momento passado, as atividades de Defesa Civil visam apenas minimizar as consequências dos desastres, atualmente suas atividades também visam, por meio de trabalhos preventivos, reduzir as causas dos acontecimentos (CARTILHA IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA DEFESA CIVIL, 2014).

Conforme o Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, “defesa civil é um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população, e restabelecer a normalidade social”.

A intervenção da Defesa Civil acontece direta e indiretamente na ocorrência de eventos adversos. Entretanto, inicia-se na prevenção, com orientações, capacitações para os municípios, e vai até o restabelecimento da área atingida, quando da ocorrência de eventos adversos, de situação de emergência e de calamidade pública, realizando ações de resposta, de atendimentos emergenciais e de assistência humanitária.

Com a aprovação da Lei nº 12.608/2012, a Defesa Civil adquiriu reconhecimento de Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), que se integra às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

A Política de Assistência Social, por sua vez, também está presente na Defesa Civil por meio de ações de caráter assistenciais, na garantia de direitos.

2.4 O papel da assistência social na situação de emergência e calamidade pública

A Política Nacional de Assistência Social, garantida na Constituição de 1988 e com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), é uma política pública integrada à rede de serviço sócio assistencial e no âmbito municipal, a fim de atender às famílias e indivíduos que dela necessitem, visando à garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender às disparidades sociais e à universalização dos direitos sociais (PNAS, 2004).

Segundo a Política Nacional da Assistência Social:

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência, que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004).

A Política de Assistência Social, com orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, passa a organizar os serviços através de proteções.

O serviço de proteção básica tem a finalidade de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como visa ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A proteção básica destina-se à população que está em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social, discriminações de gênero, étnicas, por idade e por deficiências.

O Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade realiza o atendimento especializado para crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoas idosas, pessoas com deficiência e suas famílias, que tiveram seus direitos violados, mas possuem vínculo familiar e comunitário, ainda que fragilizados. Os trabalhos são desenvolvidos por uma equipe multiprofissional que atende às famílias na superação dos direitos violados.

O Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade é prestado às pessoas que tiveram seus direitos violados e não possuem mais vínculos familiares e comunitários, e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências.

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Públicas e de Emergências tem o objetivo de promover apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Assegura a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter inter setorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas. São várias atividades que os profissionais, nesse caso os Assistentes Sociais, atuam no pós-impacto: acolhimento, referências e contra referências, organização e coordenação dos abrigos, separação de roupas, concessão de benefícios eventuais (RESOLUÇÃO Nº 109, de 11 de novembro de 2009).

A incidência dos desastres tem aumentado aqui em Santa Catarina, especificamente nas regiões do Norte (Jaraguá do Sul, Corupá, Guaramirim, Barra Velha, São João do Itaperiú, Schroeder e Massaranduba). Diante desse cenário, é importante a atuação do profissional no atendimento às famílias vítimas de evento adverso.

Preocupados com os eventos adversos que têm atingido a região, os municípios e estados estão organizando e estruturando a Defesa Civil de acordo com a realidade de cada município.

2.5. Os municípios da Amvali e os desafios no enfrentamento a gestão de risco e desastre

O interesse pelo tema surgiu a partir da inserção da autora na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, sendo que, em seus oito anos de atuação profissional, presenciou várias situações envolvendo eventos adversos, e questionando-se: qual a intervenção profissional da Defesa Civil? O que fazer quando famílias perdem suas casas, suas histórias de vida? Qual o papel do assistente social frente a um evento adverso?

Outro fato que impulsionou a autora a escrever e pesquisar sobre esse tema foi sua vivência pessoal, uma vez que no ano de 2008 o município de Blumenau foi duramente atingido pela inundação e pelos deslizamentos, deixando inúmeras famílias desalojadas e desabrigadas. Diante de situações calamitosas, e de certo modo assustadoras, passou a questionar: para onde estamos caminhando? O que estamos fazendo com a natureza? E chegou à conclusão da fragilidade humana frente à natureza, bem como a necessidade de mudar a cultura, o comportamento e o pensamento, visando melhorar o planeta.

Como a região em que trabalha atualmente também é acometida por constantes eventos adversos, optou em realizar uma pesquisa com os municípios que fazem parte da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI), localizada geograficamente no município de Jaraguá do Sul, com o objetivo de identificar como está a organização da Defesa Civil naquela região, bem como os desafios apresentados para a Política de Assistência Social no trabalho em parceria com a Defesa Civil.

Os municípios que integram a região podem ser assim caracterizados (dados de 2015):

- **Jaraguá do Sul:** com uma população de 163.735 habitantes, tem sua economia focada na indústria metal-mecânica, confecções, empresas no ramo de tecnologia e prestação de serviços. Seu IDH é de 0.803, e está acima da média nacional. É um município de grande porte, conforme classificação da Política Nacional de Assistência Social.

- **Guaramirim:** com uma população de 40.878 habitantes, tem sua economia na indústria, comércio e na agricultura voltada para a produção de arroz, com o reconhecimento da capital

catarinense da Palmeira Real. Seu IDH é de 0.751, está na média nacional, é um município de pequeno porte II conforme classificação da Política Nacional de Assistência Social.

- **Corupá:** com uma população de 15.132 habitantes, tem sua economia baseada na agricultura, principalmente na banana e no cultivo de orquídeas e bromélias. Possui o título de Capital Catarinense da Banana. Seu IDH é de 0.78, está na média nacional, é um município de pequeno porte I conforme classificação da Política Nacional de Assistência Social.

- **Schroeder:** com uma população de 18.827 habitantes, tem sua economia focada na agricultura e na indústria têxtil, eletrônica e metalúrgicas. Seu IDH é de 0.769, está na média nacional, é um município de pequeno porte I conforme classificação da Política Nacional de Assistência Social.

- **São João do Itaperiú:** com uma população de 3.634 habitantes, tem sua economia concentrada na agricultura e no abate de bovinos e ovinos, fato que deu a São João do Itaperiú o título de Capital Catarinense da Carne Bovina e Ovina. Seu IDH é de 0.738, na média nacional, é um município de pequeno porte I conforme classificação da Política Nacional de Assistência Social.

- **Massaranduba:** com uma população 16.024 habitantes, tem sua economia focada na agricultura, reconhecida como Capital Catarinense do Arroz. Seu IDH é de 0.774, está na média nacional, é um município de Pequeno Porte I conforme classificação da Política Nacional de Assistência Social.

- **Barra Velha:** com uma população 26.374 habitantes, tem sua economia na pesca e turismo. Seu IDH 0.738, está na média nacional, é um município de Pequeno Porte II conforme classificação da Política Nacional de Assistência Social.

Como se pode observar, trata-se de uma região com um bom desenvolvimento econômico, social, embora com variações de porte.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se o método quanti-qualitativo, o qual pergunta “como” acontece, “o que” acontece e “por que” acontece, além de caracterizar-se como exploratória e descritiva.

O método quantitativo descreve as manifestações exteriores do fenômeno. Já na pesquisa qualitativa, por sua natureza, o processo é bem mais indutivo. A interface da pesquisa quantitativa com a qualitativa vale a pena observar que muitas pesquisas eminentemente qualitativas podem ser complementadas por números e, de fato, podem precisar seriamente de números em algumas etapas (CASTRO, 2006).

A pesquisa teve ainda um caráter exploratório que, segundo Gil

Têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2009).

Referente ao aspecto descritivo, Gil pontua que “são pesquisas que têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2009).

O público alvo da pesquisa foi a Defesa Civil dos municípios da AMVALI: Jaraguá do Sul, Corupá, Schroeder, Massaranduba, São João do Itaperiú, Barra Velha e Guaramirim.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário com vinte e três perguntas abertas e fechadas, procurando identificar, no município, a existência da Defesa Civil, como está

estruturada, se possui Plano de Contingência, a existência do Conselho e Fundo da Defesa Civil, bem como outras questões como repasses financeiros, abrigo para as famílias em caso de evento adverso, recebimento de doações, eventos adversos que atingiram os municípios, e a decretação de situação de emergência ou calamidade pública.

Os questionários foram enviados via e-mail, após contato telefônico com cada responsável da Defesa Civil, explicando o motivo da pesquisa. Obteve-se um retorno adequado dos participantes, sendo que somente um município não deu a devolutiva, por estar, no momento, sem coordenador municipal de defesa civil.

Após a devolutiva do questionário, procedeu-se à tabulação dos dados, sendo que, para sua apresentação e interpretação, foram estabelecidas três categorias de análises, quais sejam: estruturação da Defesa Civil nos municípios da AMVALI, gestão de abrigos e Assistência Social, decretação de situação de emergência e calamidade pública.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

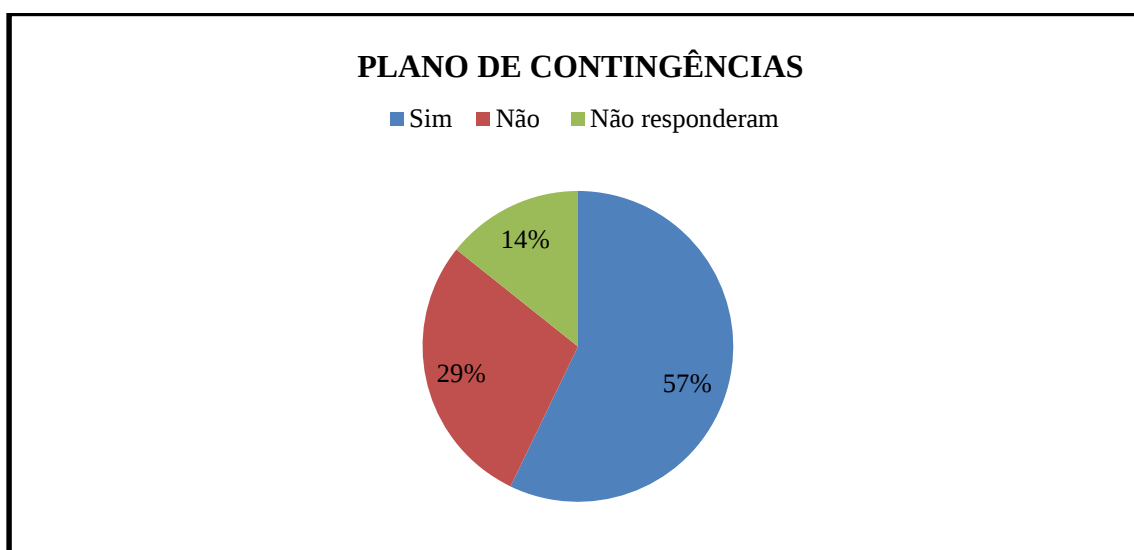
Salienta-se que todos os dados, a seguir apresentados, foram obtidos diretamente com o responsável pela Defesa Civil de cada município, durante o período de agosto a setembro de 2015, período em que ocorreu a coleta de dados.

4.1 Estruturação da defesa civil

Nesse item apresentam-se as questões relacionadas à estruturação da Defesa Civil nos municípios, bem como sobre a formalização do plano de contingência, conselho e fundo de Defesa Civil.

Ao tabular os dados, pudemos considerar que 100% dos municípios informaram ter Defesa Civil. Quanto à estruturação, os dados mostram que é bem diversificado, uma vez que a Defesa Civil se encontra organizada de diversas formas: 14% como secretaria, 29% como diretoria, 29%: coordenadoria e 14% como gerência. O caráter de Secretaria não está consolidado, uma vez que os municípios de pequeno porte apresentam deficiência de técnicos e estrutura.

Gráfico 1 – Plano de Contingências



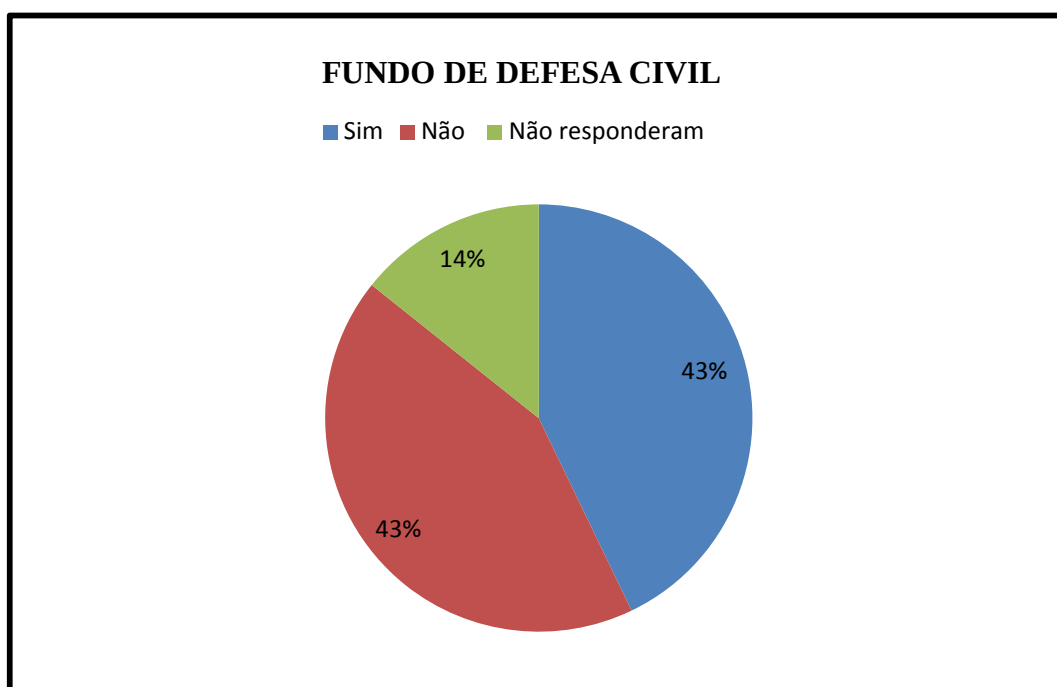
Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Outro dado bastante importante é referente ao Plano de Contingência, conforme Gráfico 1, ferramenta de fundamental importância para a organização da Defesa Civil no município. Conforme Lei 12.608 é de responsabilidade do município elaborar o Plano de Contingência. “O Plano de Contingência é um plano previamente elaborado para orientar as ações de preparação e resposta a um determinado cenário de risco, caso o evento adverso venha a se concretizar” (Defesa Civil de Santa Catarina).

Conforme demonstrado na pesquisa, 57% dos municípios elaboraram seu Plano de Contingência, o que demonstra que estão organizados em caso de evento adverso.

Quanto ao Conselho de Defesa Civil, a maioria dos municípios tem o conselho, ou seja, 72% dos entrevistados responderam que sim. O papel do Conselho Municipal de Defesa Civil é o controle social, sendo composto pela sociedade civil e governo.

Gráfico 2 – Fundo da Defesa Civil



Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Em seguida foi questionado se o município possui Fundo da Defesa Civil, Gráfico 2. Os municípios estão bem divididos: 43% responderam que sim e outros 43% que não. O Fundo da Defesa Civil garante a execução das ações de socorro, assistência às vítimas e reestabelecimento dos serviços essenciais. Dessa forma, é orientado pelo Estado que todos os municípios tenham seu fundo criado, garantindo agilidade dos recursos e atendimento às comunidades afetadas por evento adverso.

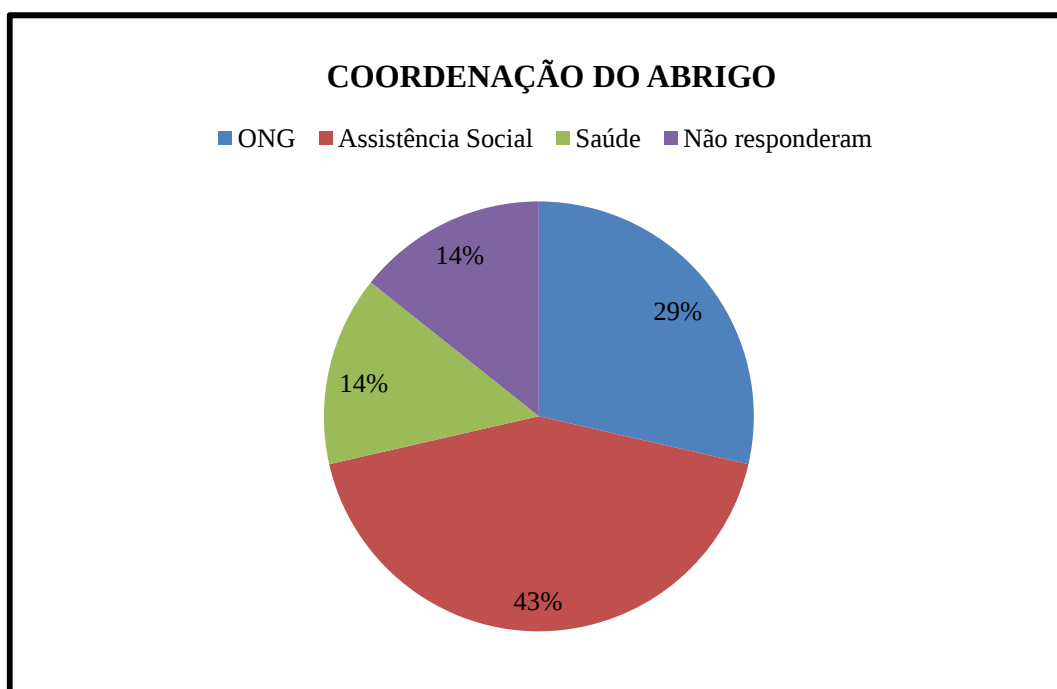
Analisando os dados sobre a existência de conselhos municipais de defesa civil e fundos, podemos considerar que a maioria dos municípios tem conselhos, porém sem a existência de fundo. Isso significa que, em situações de eventos adversos, o município ficará na dependência da burocracia, para receber recursos, e na demora em atender a comunidade.

Quanto a quem os municípios acionam em caso emergência: 23% dos entrevistados chamam o Corpo de Bombeiros Militar e voluntários, 15%: a polícia militar, 23%: o prefeito, 15%: a coordenadoria regional, 8%: a defesa civil de Joinville e 8%: os voluntários. Podemos observar que em caso de evento adverso os municípios estão envolvendo a comunidade – nesse caso o Jeep Club, o bombeiro –, sendo que em alguns municípios são os voluntários.

4.2 Gestão de abrigo e assistência social

Quanto à situação de abrigamento, dos 57% dos municípios pesquisados têm abrigos e 29% não tem. Os municípios utilizam as escolas, salão comunitário das igrejas para acolher as famílias em caso de emergência, caso aonde não tem abrigo.

Gráfico 3 – Coordenação do Abrigo



Fonte: Elaboração da autora, 2015.

A coordenação dos abrigos, conforme demonstrado no Gráfico 3, é realizada pela Assistência Social em 43% dos municípios, por Organizações Não-Governamentais (ONGs), em 29%, e 14% pela Saúde.

Na maioria dos municípios, a oferta do abrigo está de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. O Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências integra a Proteção Especial de Alta Complexidade, e este serviço se dá através de oferta de alojamento provisório, atenções e provisões materiais, conforme a necessidade detectada, mas outros precisam rever e adequar-se à normatização e à tipificação.

A finalidade do serviço é assegurar provisões de ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social. Todas essas provisões devem ser empregadas na manutenção de abrigos temporários, como estratégia de resposta a esses eventos. Oferece atendimento a famílias e indivíduos atingidos por incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, etc., que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigadas.

O Abrigo é o local ou a instalação que proporciona hospedagem a pessoas necessitadas, e o abrigo temporário é organizado em uma instalação adaptada para esta finalidade, por um período determinado e/ou específico.

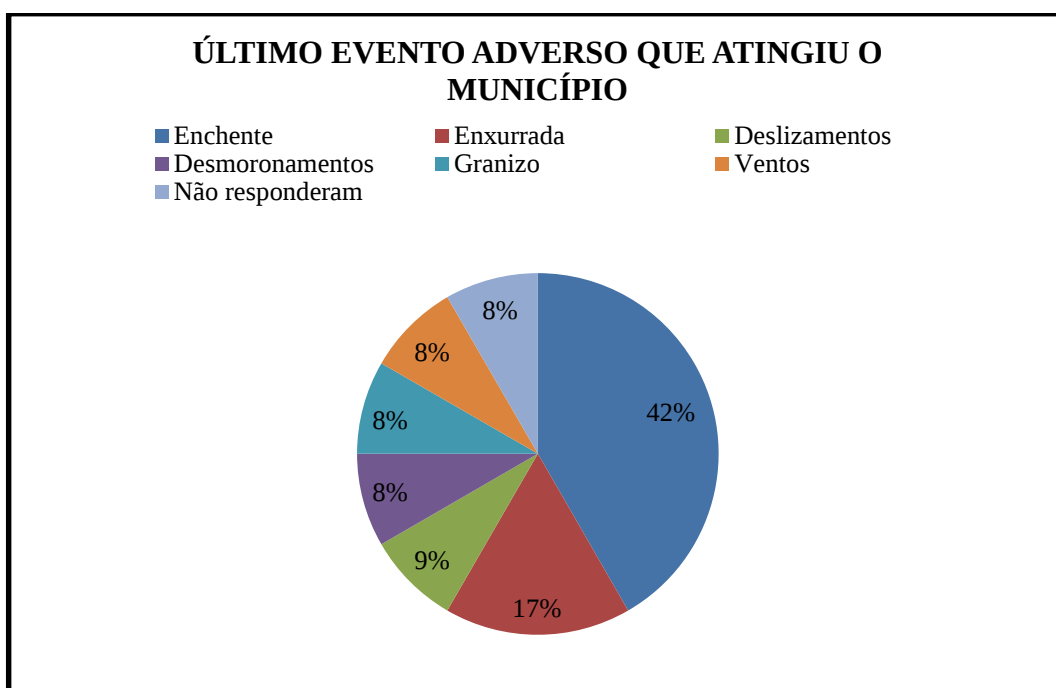
Durante o período de evento adverso, 86% dos municípios responderam que aceitam doações (roupas, móveis, alimentos). Caso o município tenha Fundo, esse poderia ser utilizado nas situações de emergências e calamidade pública, agilizando com isso o processo de resposta.

4.3 Decretação de situação de emergência e calamidade pública

Quanto aos eventos adversos que atingiram os municípios, se houveram desabrigados e desalojados e se foi necessário o município decretar situação de emergência ou calamidade pública, obteve-se o resultado a seguir apresentado.

13

Gráfico 4 – Último Evento Adverso que Atingiu o Município



Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Conforme se pode observar no Gráfico 4, 42% dos municípios sofrem com as enchentes, 17% enxurrada, 9% deslizamentos, 8% desmoronamentos, 8% granizo e 8% ventos, lembrando que, na grande maioria das vezes, os eventos adversos não vêm isolados.

Referente à situação de emergência, 72% dos municípios declararam que já decretaram, e 14% não. Sobre situação de calamidade pública: 14% sim, e 72% não.

A seguir, a diferença entre Estado de Calamidade Pública e Situação de Emergência. Podemos definir como Estado de Calamidade pública

A ocorrência de pelo menos dois dos três danos (humano, materiais ou ambientais) que, no seu conjunto, importem no prejuízo econômico público que ultrapasse 8,3% da Receita Corrente Líquida (RCL) anual do município ou, no prejuízo econômico privado que ultrapasse 24,93% da Receita Corrente Líquida (RCL) anual do município, e comprovadamente excedam a capacidade do poder público local de resposta à crise instalada e de gerenciá-la (PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E JURÍDICOS EM DEFESA CIVIL, 2014).

A Situação de Emergência (SE)

É caracterizada quando há ocorrência de pelo menos dois tipos de danos (humano e materiais, humanos e ambientais ou materiais e ambientais) que, no seu conjunto, importem, no total, de prejuízo econômico público que ultrapasse 2,77% da Receita Corrente Líquida (RCL) anual do município, e/ou prejuízo econômico privado que ultrapasse 8,33% da Receita Corrente Líquida (RCL) anual do município, e que comprovadamente afetem a capacidade do poder público local de resposta à crise instalada e de gerenciá-la (PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E JURÍDICOS EM DEFESA CIVIL, 2014).

14

No que se refere aos desabrigados e desalojados, 57% dos entrevistados responderam que tiveram desabrigados, 29% não, e 14% não responderam. Referente a desalojados em situação de evento adverso, 43% responderam que sim, 43% que não, e 14% não responderam.

Desalojado “é a pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em funções de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave decorrentes do desastre, e que não necessariamente carece de abrigo provido pelo Sistema”. Exemplo: casa de parentes, amigos, etc.

Desabrigado, é a pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema. Exemplo: não tem para onde ir.

Necessário ainda mencionar que tem aquele que foi afetado, ou seja, não necessitou ser removido de sua residência, porém foi afetado pelo evento adverso.

Além de desabrigados e desalojados, houve mortes como consequência do desastre, sendo que em 29% dos municípios este fato ocorreu, e 57% não tiveram mortes. 14% não responderam.

A Defesa Civil está presente em todos os municípios da Região do Vale do Itapocu, porém não basta estar presente: necessita de apoio técnico e operacional, garantia de recursos financeiros e capacitação continuada. Isso mostra que se tem que investir constantemente na Política de Defesa Civil, para que vidas sejam preservadas.

5 CONCLUSÕES

Ao finalizar o presente estudo, em que procuramos apresentar um recorte da estrutura e organização da Defesa Civil nos municípios do AMVALI, podemos afirmar que estamos diante de um desafio, na medida em que precisamos buscar cada vez mais entendimento sobre os fenômenos da natureza, climáticos e tecnológicos. Atuar frente aos eventos adversos não é tarefa fácil, e torna-se mais complexa diante das fragilidades e das vulnerabilidades, quer seja de ordem familiar, institucional, política, econômica, ambiental, cultural, social.

A Defesa Civil está presente em todos os municípios da AMVALI, e isso é muito importante. Porém, temos muito a fazer e conquistar. Conquistar recursos financeiros, conquistar melhores condições de trabalho, equipe técnica qualificada para atuar frente a situações de eventos adversos, uma vez que, na grande maioria das vezes lembramos a existência da Defesa Civil quando o desastre acontece, quando a vulnerabilidade está instaurada no município, ou seja, no período crítico. No momento de atender às situações emergenciais, é primordial esse atendimento, porém é preciso romper com o pensamento de que a Defesa Civil somente atua na resposta, e investir em ações de prevenção, mitigação e preparação, conhecendo as ações e funções da Defesa Civil.

No âmbito da profissão e da política nacional de Assistência Social, trata-se de um tema recente. E, no âmbito da formação acadêmica, o assunto não se faz presente nos currículos, nem nas diretrizes curriculares. Deste modo, uma das grandes dificuldades em trabalhar tal tema foi a falta de material específico para pesquisa, pois verifica-se que os municípios não se encontram

preparados para atender tal demanda. Quando os eventos adversos acontecem, é que os municípios buscam a capacitação, sendo tardio diante do caos já instaurado.

Uma característica típica dos municípios da região do AMVALI é que são municípios de Pequeno Porte I ou II, conforme classificação da Política Nacional de Assistência Social. Dos municípios pesquisados dois são de pequeno porte II, quatro são de pequeno porte I e somente um de grande porte. Essa classificação impede os municípios de receberem recursos federais para ofertarem os serviços da alta complexidade, com equipes técnicas dedicadas a esse trabalho. Sendo assim, os técnicos que atuam no município acabam assumindo também essa responsabilidade de atendimento às famílias que necessitam serem acolhidas na busca da garantia de seus direitos.

Diante dos eventos adversos que estamos presenciando, precisamos ter um olhar mais amplo para a questão dos desastres naturais. As mudanças climáticas estão acontecendo no planeta de uma forma muito rápida, e precisamos ter eficiência na hora da prestação de resposta.

Muito há para ser feito, tanto para a efetivação da Política de Defesa Civil quanto para a Política de Assistência Social, no que se refere à alta complexidade e à prestação dos serviços de proteção em situação de emergência e calamidade pública. Portanto, quanto mais próximo e conjuntamente atuarem os profissionais dessas áreas, maiores e melhores serão os resultados alcançados, e mais protegida estará a população.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social, Brasil, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf f> **Política Nacional de Assistência Social**. Acesso em 30 de Janeiro de 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social, Brasil, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Acesso em 30 de Janeiro de 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social, Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis>. Lei 12.435 de 06 de Julho de 2009/**Sistema Único de Assistência Social**. Acesso em 30 de Janeiro de 2016.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

DECRETO Nº 7.257, DE 4 DE AGOSTO DE 2010 Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o **Sistema Nacional de Defesa Civil** (SINDEC).

DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em <http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/gestao-de-risco-2013/plano-de-contingencia-2013.html> . Acesso em 03 de Fevereiro de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOVERNO do Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina. **A importância da Criação e Estruturação da Defesa Civil**. Santa Catarina - Santa Catarina: SDC-SC, 26 p.

GOVERNO do Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina. **Procedimentos Administrativos e Jurídicos em Defesa Civil**. Santa Catarina.- Santa Catarina: SDC-SC, 113 p.

HERRMANN, Maria Lúcia de Paula (org). **Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2012.

LEI Nº 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC).

MALHORTA, Naresh K. (org). **Introdução à Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

NOTÍCIA DO DIA. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/122201-ha-cinco-anos-santa-catarina-vivia-a-maior-tragedia-climatica-da-sua-historia.html>>. Acesso em 31 de Janeiro de 2006.

PANCERI, Regina. **O SUAS e a proteção social especial II**. 2015. (Material utilizado na Pós-Graduação).

RESOLUÇÃO N 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**.

TOMINAGA, Lídia Keik; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela (orgs.) - **Desastres Naturais**: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. **Capacitação Básica em Defesa Civil** / [Textos: Janaína Furtado; Marcos de Oliveira; Maria Cristina Dantas; Pedro Paulo Souza; Regina Panceri]. - Florianópolis: CAD UFSC, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas Brasileiro de desastres naturais - 1991 a 2010: volume Brasil** / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, UFSC, 2012.

PACTO DE APRIMORAMENTO DO SUAS: MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUNESC

Raquel Hack, Vânia Fátima Guareski Souto,

Marco Antônio Murara¹

Centro Universitário - Católica de Santa Catarina

17

Resumo: Este artigo tem como objetivo verificar como está o processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS na AMUNESC – Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina, no que se refere à legislação e à instituição formal das áreas essenciais à gestão previstas no Pacto de Aprimoramento do SUAS, quadriênio 2014-2017. Apresentamos as principais características históricas no campo da Assistência Social a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Social em 2004, bem como os resultados relacionados a aplicação de um questionário com todos os municípios da AMUNESC. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória e descritiva para o levantamento dos dados.

Palavras-Chaves: Política Nacional de Assistência Social; Legislação do SUAS; Pacto de Aprimoramento.

PACT OF IMPROVEMENT OF THE SUAS: CITIES OF THE REGION OF THE AMUNESC

Abstract: This article wants to check how the process of implementation is of SUAS in the AMUNESC – Association of cities of the northeast of Santa Catarina's State, in which there refers the legislation and the formal institution of the essential areas to the management predicted in the Pact of improvement of SUAS, of the period 2014-2017. We present the principal historical characteristics in the field of the Social work from the introduction of the National Politics of Social work in 2004, as well as the results made a list of to application of a questionnaire with all the local authorities of the AMUNESC. It the question is a qualitative descriptive inquiry for the lifting of the data.

Keywords: National politics of Social work; Legislation of the SUAS; Pact of Aprimoramento.

1 E-mail: murara@catolicasc.org.br

1 INTRODUÇÃO

Embora já tenha passado mais de dez anos da implantação do SUAS no Brasil, muitos Estados e Municípios ainda não têm regulamentados por Lei a Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

No ano de 2015, foram realizadas em todo o país, 5.429 Conferências Municipais e 26 Conferências Estaduais e do Distrito Federal, configurando-se enquanto espaços preparatórios e democráticos de discussões e proposições para “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026” (tema da X Conferência Nacional de Assistência Social).

O artigo aborda o Pacto de Aprimoramento do SUAS, com enfoque na importância das legislações para a consolidação da Assistência Social enquanto direito do cidadão e dever do Estado e na importância da capacidade de gestão dos municípios.

Legislações obsoletas ou inexistentes marcaram esta política pública com concepções assistencialistas, clientelistas, culpabilizando os indivíduos e suas famílias por suas situações de vida. Esta ausência legal é incapaz de articular mudanças nas vidas das pessoas e proporcionar a estas o que lhes é facultado enquanto direito.

Os trabalhadores da Política de Assistência Social travam uma luta diária para assegurar aos usuários os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais os direitos garantidos pela legislação nacional sem, no entanto, ter esta garantia legal a nível Estadual e Municipal gerando entraves financeiros, políticos, estruturais, materiais, recursos humanos, planejamento e de controle social que retardam a consolidação do SUAS.

Cabe destacar que tivemos significativas mudanças implantadas gradativamente na assistência social. Como mostra disto, destaca-se a aprovação do Sistema Único de Assistência Social por meio da Lei nº 12.435/2011, a nova Norma Operacional Básica do SUAS por meio da Resolução do Conselho Nacional da Assistência Social nº 33/2012 e a instituição do Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal e do Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Municípios, para o quadriênio 2014-2017 o qual estaremos tratando neste artigo.

Assim sendo, abordaremos as metas relacionadas à gestão municipal estabelecidas no Pacto, em especial por tratarem da adequação da legislação Municipal do SUAS e da estruturação das Secretarias Municipais de Assistência Social (SMAS) com formalização de áreas essenciais, entendendo serem estas as metas bases para a consolidação do SUAS a nível municipal.

2 A POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUAS

A Assistência Social enquanto política pública aparece expressa pela primeira vez na Constituição Federal de 1988, destacando a importância dos direitos sociais e reconhecendo a Assistência Social enquanto dever do estado e direito do cidadão que dela necessitar. A Assistência Social passa a compor o tripé da Seguridade Social juntamente com a Política de Saúde e com a Previdência Social.

Em 1993, temos a promulgação da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, designada Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) a qual dispõe sobre a organização da Assistência Social apresentando normas e critérios para a organização a nível nacional.

No entanto, no período entre 1993 e 2003,

a Assistência Social foi marcada por características assistencialistas, ações pontuais, fragmentadas, desarticuladas, segmentadas, sobrepostas e com regulação frágil. Estas ações eram organizadas por meio de programas e projetos pouco aderentes as diversidades regionais e dos municípios brasileiros, materializados por meio de financiamento operado na lógica convenial. Estas práticas se mostraram insuficientes para a implementação da assistência social como política pública e, ainda, subalternizavam e culpabilizavam as famílias e indivíduos pelas situações vivenciadas (CRUS, 2013).

A superação deste quadro histórico passa a existir a partir da implementação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social através da Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004, fruto de inúmeras discussões em espaços participativos e debates coletivos e, em especial, das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social em dezembro de 2003.

A nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social tem duplo efeito: o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades e vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso (...) isto implica incremento das capacidades de famílias e indivíduos. (PNAS, 2004, p.13-14)

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS normatizado em 2005 pela Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, representa um avanço, pauta-se no pacto federativo onde se estabelecem responsabilidades aos entes federados articulados em todo o território nacional de forma descentralizada, com participação da sociedade civil.

Com a NOB-SUAS, avançou-se na integração entre as diversas esferas de governo e na organização dos níveis de proteção social, básico e especial. Ela ampliou a organicidade do desenho e dos arranjos institucionais para a prestação de serviços. A pactuação e coordenação federativa, a nova sistemática de financiamento com regularidade dos repasses federais e os mecanismos automáticos de transferência de recursos fundo a fundo ancorada em pisos, critérios e indicadores de partilha, fortaleceram a institucionalidade da política. Garantiram ainda a estruturação inovadora dos equipamentos públicos, equipes e serviços, assim como a continuidade dos atendimentos. Seguindo esta trilha, em 2012 a nova Nob-Suas reforçou as dimensões do planejamento e da pactuação de metas e resultados e o cofinanciamento da área, além de ter flexibilizado o uso de recursos federais repassados na forma de pisos. (COLIN; JACCOUD, 2013).

O SUAS ganha um importante marco no mundo jurídico ao ser promulgada em 6 de julho de 2011 a Lei 12.345, que alterou a LOAS, a partir da qual passou a ser conhecida a Lei do SUAS, incorporando relevantes contribuições para o “aperfeiçoamento dos processos de gestão pública, sob a diretriz da participação, das pactuações interfederativas com transparência

pública e do controle democrático, de modo a materializar o trabalho social voltado ao provimento dos direitos socioassistenciais”.(CRUS, 2013).

A institucionalização do Sistema tem se revelado na produção de ordenamentos políticos e jurídico-normativos que comportam a pactuação de competências entre os entes federados e a utilização de mecanismos indutores do aprimoramento da gestão municipal, do Distrito Federal e estadual. Esta regulamentação, expressa inclusive na NOB/SUAS e na Lei 12.435/2011, incorpora os avanços acumulados no próprio Sistema e impulsiona a reorganização da rede socioassistencial para o atendimento aos usuários, na perspectiva da superação de ações segmentadas, pontuais e assistencialistas. (Crus, 2013).

Com vistas a efetivar esta regulamentação, compete a cada ente federado organizar em seu âmbito de atuação, a assistência social enquanto Lei do SUAS, sistema descentralizado e participativo, observando a Constituição Federal e as Normativas enunciadas pela União.

2.1 A norma operacional básica do suas e pacto de aprimoramento do SUAS

A Política Nacional de Assistência Social de 2004 define e regulamenta a assistência social no Brasil. Na construção desta política, inúmeros debates estabelecidos democraticamente realizaram a revisão das normativas que vinham sendo aplicadas até então, resultando em 2005 na instituição da Norma Operacional Básica, NOB/SUAS 2005, constituindo-se enquanto importante instrumento de regulação e de gestão para os entes federados estruturarem e executarem esta política.

A Norma Operacional Básica 2005 disciplina a operacionalização da gestão da política de assistência social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS, abordando, dentre outras coisas: a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle desta política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos. (NOB/SUAS, 2005)

Durante os primeiros oito anos de estruturação da política de assistência social, esta NOB representou um padrão essencial na implantação de serviços socioassistenciais; na introdução do repasse de recursos de forma regular e automática via fundo para o cofinanciamento dos serviços; definiu as responsabilidades dos entes gestores estabelecendo o gradual avanço de responsabilidades aos municípios para a organização do sistema de assistência social em âmbito local; a instituição da informação como ferramenta de gestão; a ampliação da cobertura de transferências de renda através dos Programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada; a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços

Socioassistenciais que padronizou em âmbito nacional a oferta dos serviços socioassistenciais e a aprovação da NOB-RH/SUAS com vistas a qualificar e valorizar os trabalhadores do SUAS.

Implantado o SUAS, observou-se a necessidade de aprimoramento do sistema, em especial, no que se relaciona aos níveis de gestão dos municípios, ao acompanhamento pelos Estados, mecanismos de monitoramento e definição de indicadores para mensurar a organização da oferta de serviços na rede socioassistencial, na gestão e no Controle Social nos entes federados.

A necessidade da instituição de novas práticas para aprimorar o SUAS é fruto de um amplo processo de discussões entre os atores da Política de Assistência Social. A partir da qual, construiu-se a nova NOB-SUAS aprovada em dezembro de 2012.

O caráter desta norma operacional diz respeito a um novo patamar para o aprimoramento do SUAS, por meio da introdução de novas estratégias de financiamento, na pactuação de prioridades e metas, valorização da informação, do monitoramento e do planejamento como ferramentas de gestão e na instituição de um novo regime de colaboração entre os entes, por meio de apoio técnico e financeiro, orientado por prioridades e para o alcance das metas de aprimoramento do sistema. (NOB-SUAS - Introdução, 2012).

O Pacto de Aprimoramento do SUAS, “é o instrumento pelo qual se materializam as metas e prioridades nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais” (NOB-SUAS, 2012, p. 26).

A NOB-SUAS 2012 estabelece em seu artigo 23 que os entes federados responsáveis pela execução da Política Nacional de Assistência Social devem elaborar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, composto por metas para a Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão e Controle Social.

Um importante espaço de negociação, pactuação e deliberação entre os gestores são as Comissões Intergestores Tripartite – CIT² e as Comissões Intergestores Bipartite – CIB³, importantes instâncias no processo de construção coletiva, que após estabelecerem consensos no sentido da consolidação da Política Pública encaminham para apreciação e aprovação de seus respectivos Conselhos de Assistência Social, seja no âmbito nacional ou estadual.

O Pacto de Aprimoramento foi pactuado na CIT e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social por meio da Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013, fruto de uma pauta discutida e pactuada coletivamente.

O processo de construção do pacto ocorre a cada quatro anos de forma articulada com as prioridades nacionais, considerando as particularidades regionais e a disponibilidade orçamentária e financeira. O Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS deve considerar também o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO enquanto

² Constituem a CIT, representantes da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, representantes do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Assistência Social – FONGEAS e do Conselho Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

³ As CIBs são compostas por representantes da gestão municipal e estadual.

instrumentos técnico-financeiros indispensáveis para que o Pacto apresente viabilidade e se efetive. Institui um processo de planejamento e monitoramento do SUAS com metas e objetivos pré-estabelecidos e monitorados pela gestão.

As metas e prioridades

devem influenciar a elaboração dos planos municipais e estaduais de assistência. Ou seja, o pacto de aprimoramento e o plano de assistência social devem guardar forte relação entre si. Com este arranjo, busca-se resgatar o papel do plano de assistência social, que, embora presente no modelo anterior como requisito para habilitação dos entes ao Suas, não figurava como instrumento efetivo de planejamento e gestão. (IPEA, 2012).

Dentre as prioridades estabelecidas/pactuadas pela CIT para o período 2014-2017 aprofundamos em nosso artigo as metas nº 18 e 19 que se referem à área da gestão.

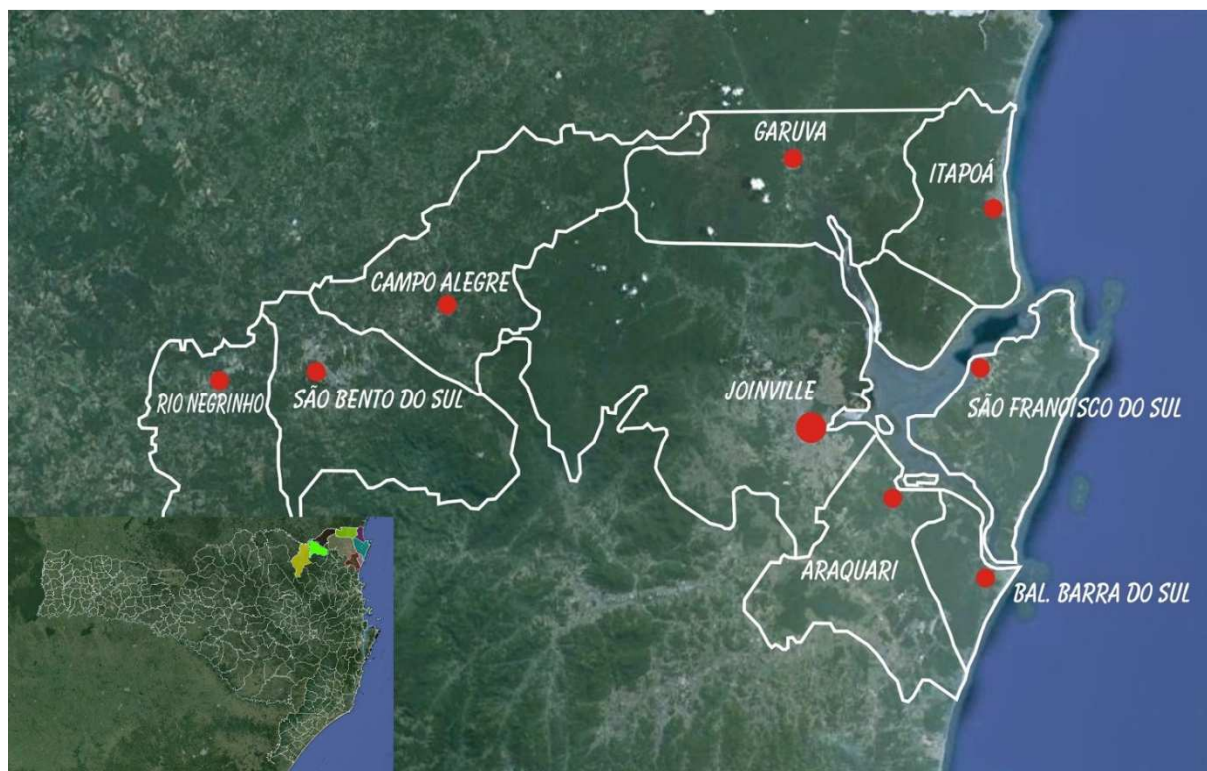
A meta 18 refere-se à estruturação das SMAS com formalização de áreas essenciais com instituição formal, na estrutura do órgão gestor de assistência social, as áreas constituídas como Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial para os municípios de pequeno porte I e II e médio porte.

A meta 19 menciona a adequação da legislação municipal à legislação do SUAS devendo o município possuir Lei que regulamenta a Assistência Social e o SUAS atualizada.

O alcance destas metas pelos municípios representa passo importante para a consolidação do SUAS e a efetivação do direito do usuário desta política. Implica em mudanças conceituais e na implantação de novos modelos de gestão para quem executa a assistência social. Permite que os quadros de trabalhadores sejam ampliados e com isto a melhoria na qualidade de atendimento ao usuário. Comporta embasamento legal para que o Poder Judiciário possa atuar em situações de violações de direitos ou omissões do Estado efetivando a assistência social enquanto política pública de direito do cidadão e dever do Estado.

3 AMUNESC

Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina – AMUNESC é uma entidade sem vinculação político-partidária que surgiu em 1973, como sucessora da FIDESC (Fundação Intermunicipal Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) que havia sido fundada em 17 de maio de 1968. Reconhecida como de utilidade pública, exerce em sua gestão um sistema rotativo de alternância para sua presidência, sendo vedada a reeleição. Está federada a FECAM – Federação Catarinense dos Municípios e, dirige suas atenções para a representação de interesses dos nove municípios que a compõe:

Figura 1. MAPA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕE A REGIÃO DA AMUNESC

Fonte: Disponibilizado pela AMUNESC.

A AMUNESC tem como missão promover o município como unidade autônoma de governo, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços de qualidade, aprimorar a qualidade de vida de seus munícipes e fomentar o desenvolvimento local, com o objetivo de se alcançar uma sociedade democrática e a valorização da cidadania.

Busca desenvolver a capacitação dos membros que a compõe e a integração entre estes no processo de desenvolvimento econômico e social. Adota como valores a participação democrática descentralizada; a construção sólida da cidadania; a responsabilidade pública dos governantes; a garantia da boa qualidade de vida; o pensamento global; a ação local e o apartidarismo.

4 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória e descritiva para o levantamento de dados, a fim de conhecer o conteúdo técnico das metas relacionadas à gestão do SUAS municipal do Pacto de Aprimoramento do SUAS.

A pesquisa exploratória visa prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso, é apropriada para os primeiros estágios da investigação da pesquisa quando o pesquisador não tem conhecimento suficiente para formular questões e (ou) hipóteses específicas. (MATTAR, 2007).

Aplicamos um questionário aos gestores ou técnicos da gestão dos municípios associados da AMUNESC. Nosso objetivo foi mensurar, dentre eles, quantos municípios

atingiram as metas relacionadas a gestão municipal do SUAS: Meta 18 – Estruturar as Secretarias Municipais de Assistência Social – SMAS com formalização de áreas essenciais e Meta 19 – Adequar a Legislação Municipal à Legislação do SUAS.

Foi aplicado um questionário semiestruturado, visto que, a pretensão era de mensurar, dentre os municípios que compõe esta amostra, quantos atingiram as metas, as principais dificuldades e os avanços pós-adequação.

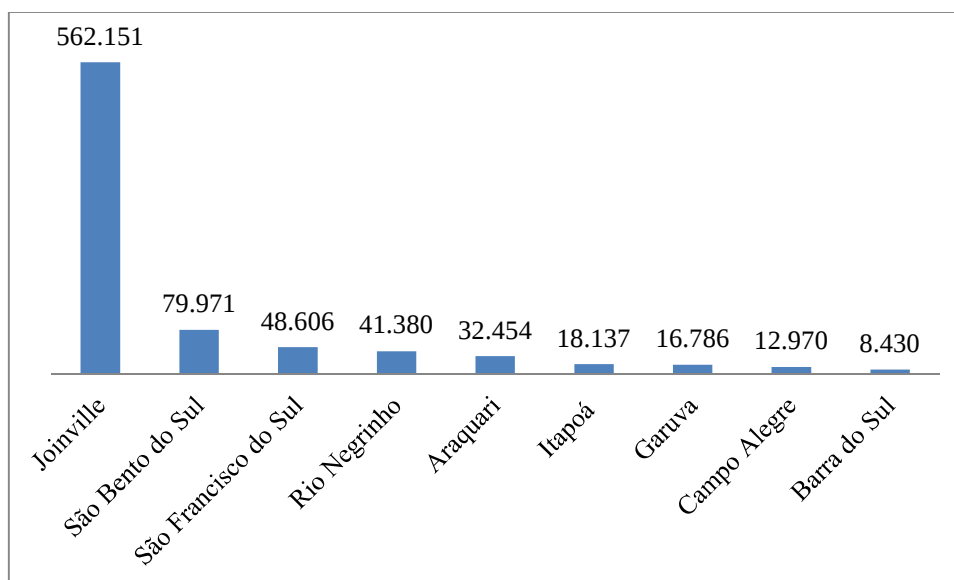
O encontro das pesquisas qualitativas e quantitativas no processo de elaboração da pesquisa vem para qualificar o trabalho, pois, “enquanto o objetivo da análise quantitativa é quantificação da magnitude das variáveis e relações, ou a explicação de relações causais, o da qualitativa é o entendimento”. (Hair Jr, 2010).

Assim sendo, além da mensuração quantitativa, pretendemos entender a partir das informações, percepções no discurso dos sujeitos que responderam a esta pesquisa, quais foram às dificuldades e/ou facilidades no processo de atingir as metas aqui pesquisadas.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os municípios que compõe a região a AMUNESC são em sua maioria (8 municípios) de pequeno porte I e II, ou seja, municípios com até 50 mil habitantes, à exceção somente de um de Grande Porte (de 100.001 a 900 mil habitantes). A soma da população dos 8 municípios não chega a metade do único município de grande porte.

Tabela 1. Número de Habitantes por município da região da AMUNESC.



Fonte: Dados disponibilizados pelos sujeitos participantes da pesquisa.

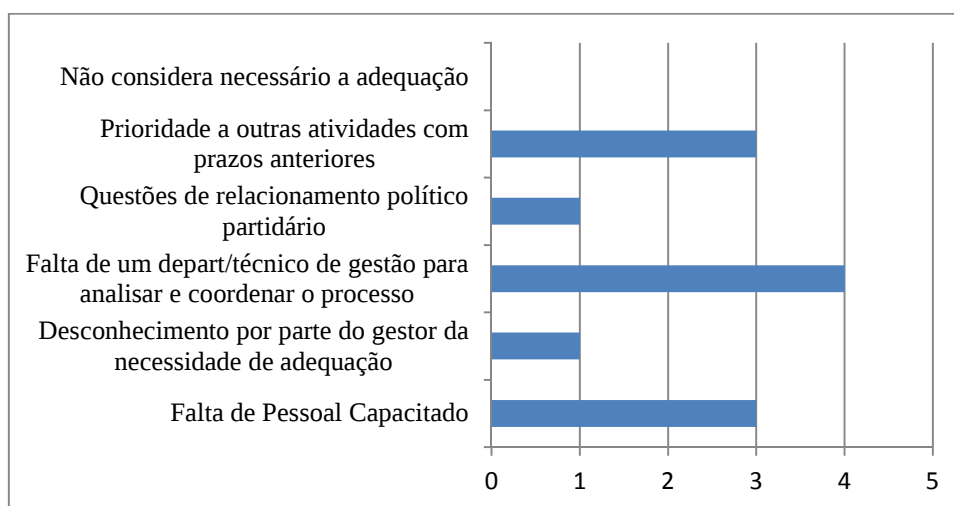
Quanto ao nível de gestão na Política de Assistência Social temos 07 (sete) municípios em Gestão Básica e 02 (dois) municípios em gestão plena.

Dentre os 09 (nove) municípios pesquisados, obtivemos retorno de 100% dos questionários a partir dos quais estaremos analisando as respostas na sequência.

Quando se perguntou aos sujeitos da pesquisa se o município possui um Marco regulatório legal do SUAS aprovado na Câmara Municipal, apenas um município respondeu que a meta de adequação da legislação já foi atingida, dentre os demais, todos responderam que não possuem. Sendo que quatro informaram que a meta não foi atingida e os outros quatro informaram que estão em processo de adequação.

Questionados sobre as principais dificuldades para atingir a meta de adequação da legislação municipal a legislação do SUAS, dentre as alternativas propostas obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 2. PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA INICIAR O PROCESSO DE ADEQUAÇÃO.



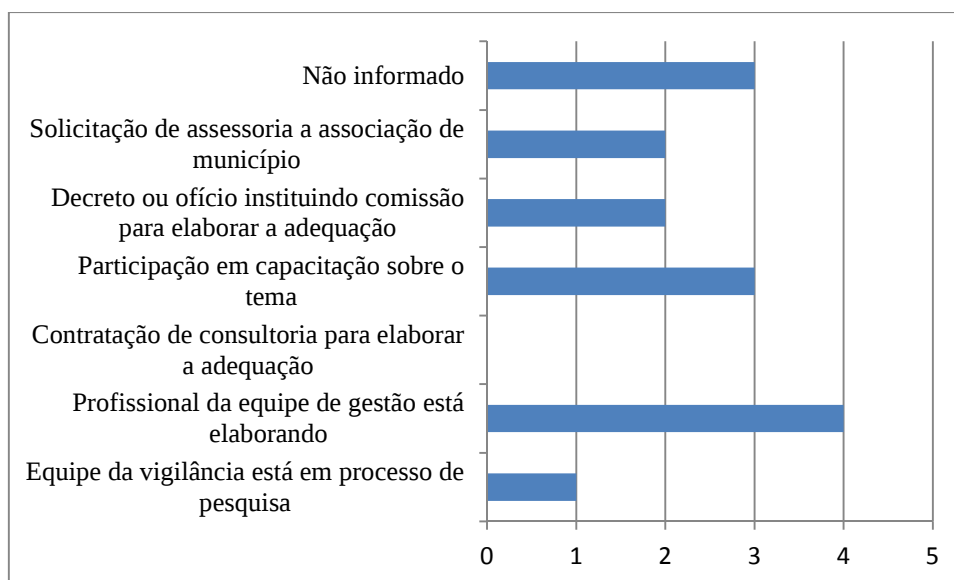
Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Evidencia-se aqui o fato de os municípios de pequeno porte não contarem ainda em suas estruturas organizacionais de ao menos um profissional para trabalhar exclusivamente com a gestão do SUAS. Em muitos casos o mesmo técnico que atua na execução dos serviços também é responsável por ações de planejamento e gestão, ficando o processo fragilizado. Da mesma forma, os mesmos profissionais que trabalham nos serviços também estiveram à frente das Conferências Municipais realizadas em 2015 fato que justifica o elucidado na pesquisa com relação à prioridade a outras atividades com prazos anteriores.

O município que já atingiu a meta apontou como principal dificuldade durante o processo a falta de um parâmetro mínimo de valores para o financiamento via município, da composição do Fundo Municipal de Assistência Social. De fato, tanto o Estado de Santa Catarina quanto a maioria dos municípios deste Estado não dispõem de percentual mínimo da arrecadação total para o financiamento da Política de Assistência Social, situação que dificulta tanto para a implantação de novos equipamentos e serviços obrigatórios para a consolidação desta política quanto para o planejamento das ações.

Quatro municípios informaram estar em processo de adequação, para tanto, dentre as providências tomadas destacam-se as seguintes:

Tabela 3. PROVIDÊNCIAS TOMADAS PARA O PROCESSO DE ADEQUAÇÃO

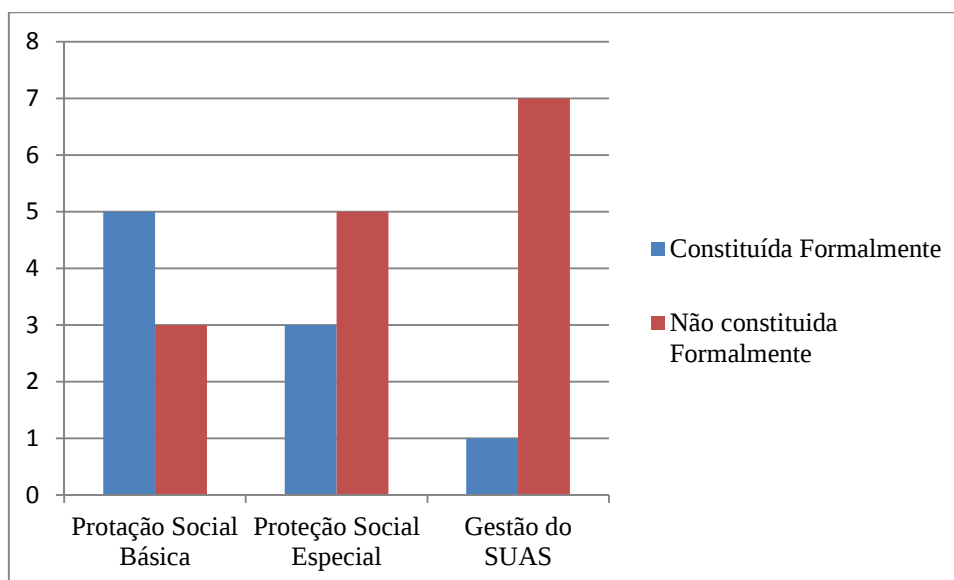


Fonte: Tabela elaborada através dos dados da pesquisa.

Importante observar aqui que a designação de equipe de Vigilância Social, refere-se a resposta do município de Grande Porte, único a informar já possuir área essencial de gestão do SUAS com competência de vigilância socioassistencial constituída formalmente, os demais contam com pelo menos um profissional que está se organizando com capacitação, pesquisa ou busca por assessoria para realizar o processo.

Em relação à meta Estruturação das SMAS com formalização de áreas essenciais, perguntou-se aos municípios se as áreas essenciais estão constituídas na estrutura do órgão gestor como subdivisões administrativas (departamentos, diretorias, coordenações, gerências). Dentre os municípios de pequeno porte obtivemos as seguintes respostas:

**Tabela 4. MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE COM ÁREAS ESSENCIAIS
CONSTITUÍDAS**



Fonte: Elaborada através de dados da pesquisa

O município de grande porte informou possuir as áreas essenciais de Proteção Social Básica, de Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade, de Gestão Financeira e Orçamentária, de Gestão dos Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda e de Gestão do SUAS com competência de Gestão do Trabalho, Regulação do SUAS e Vigilância Socioassistencial constituídas formalmente.

Com estes dados, observamos ambiguidade nas respostas. Embora na pergunta inicial realizada aos municípios pesquisados apenas um respondeu já ter realizado a adequação da lei e os demais responderam não possuir marco regulatório legal aprovado em Câmara de Vereadores, aqui temos a resposta de que cinco municípios possuem a Proteção Social Básica e 03 municípios com Proteção Social Especial constituída formalmente. Acreditamos que o entendimento dos municípios que responderam possuir estas proteções constituídas refere-se à Lei de criação dos equipamentos do CRAS e CREAS e não da Lei do SUAS no município com suas subdivisões administrativas.

No próximo tema abordado com os sujeitos da pesquisa, indagou-se se, o último Plano Municipal de Assistência Social, quadriênio 2014-2017, foi elaborado em consonância com as prioridades e metas nacionais pactuadas para o quadriênio 2014-2017 no pacto de aprimoramento do SUAS. 100% dos municípios responderam que sim. Importante observar aqui, que a última elaboração do Plano Municipal de Assistência Social foi elaborada com assessoria da AMUNESC e FECAM de forma coletiva, observando que a referida assessoria configurou-se como importante instrumental para que os municípios observassem os pontos principais a comporem os Planos Municipais de Assistência Social.

Em se tratando de assessoria, considerando o que estabelece o art. 15 da NOB/SUAS 2012, das responsabilidades dos Estados, incisos VIII e IX “apoiar técnica e financeiramente os municípios para a implantação e gestão dos SUAS, Cadastro Único e Programa Bolsa Família; XI – apoiar técnica e financeiramente os municípios na implantação da vigilância socioassistencial” questionamos os sujeitos desta pesquisa se o Governo do Estado de Santa

Catarina realizou alguma forma de orientação/assessoria ao município referente ao planejamento e/ou providências necessárias para atingir as metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS e apenas um município recebeu apoio ou orientação do Governo Estadual a respeito do Pacto e da implantação e gestão do SUAS através de visita técnica no município.

Os demais sujeitos da pesquisa responderam que tomaram conhecimento de que deveriam cumprir estas metas através da AMUNESC; de capacitações de servidores, de reuniões do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e de orientações do Governo Federal.

Esta realidade demonstra uma situação de carência de recursos tanto financeiros quanto técnicos para que os municípios consigam cumprir com suas responsabilidades.

Indagamos aos municípios que já atingiram a adequação da lei, quais foram os principais avanços pós-adequação. A resposta refere-se à facilidade de divulgar a concepção do SUAS e ao embasamento legal para justificar a não execução de serviços, projetos e benefícios não pertinentes ao SUAS.

A partir da aplicação do questionário aos sujeitos dessa pesquisa observou-se a fragilidade dos municípios de pequeno porte em realizar/implantar as metas estabelecidas pela legislação especialmente pela falta de equipe técnica disponível para as atividades afetas a Gestão Municipal do SUAS, bem como, pela escassez de recursos para o cumprimento das exigências estabelecidas pela legislação. Dificuldade esta que se acentua ainda mais pelo fato de que o Estado também não dispõe de estrutura técnica e apoio financeiro suficientes para desempenhar as atribuições que lhe competem no âmbito da assistência social, dentre as quais, orientação e apoio aos municípios.

6 CONCLUSÕES

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com base nos dados de 2013, destaca que dos nove municípios da região da AMUNESC, quatro municípios são de Pequeno Porte I, três municípios são de Pequeno Porte II, um município de Médio Porte e um município de Grande Porte.

Com base nos dados publicados na SAGI identificamos que nenhum dos 9 municípios havia alcançado as metas estudadas nesta pesquisa em 2013.

Após dois anos do quadriênio, por meio da pesquisa, foi possível identificar que a realidade passou por poucas alterações, em relação à legislação do SUAS no município, pois dos 9 (nove) municípios, 8 (oito) demonstraram não possuir ainda a legislação do SUAS.

O resultado da pesquisa é desafiador, pois apenas um dos municípios respondentes a pesquisa atingiu as metas. Quanto aos demais, quatro estão em processo de adequação e os outros quatro não iniciaram o processo.

A ausência do Estado no cumprimento de suas responsabilidades, em especial quanto ao apoio técnico e financeiro é uma realidade que precisa ser transformada.

Conforme observado nesta amostragem, bem como a nível nacional, a maioria dos municípios é de pequeno porte I e II. Spozati (2014, p.29) apresenta que “segundo o IBGE – Censo 2010 o Brasil é constituído por 5.565 municípios, destes 3.796 municípios (68%) são de Pequeno Porte I e 1.091 municípios (19,7%) são de Pequeno Porte II”. Fazemos este recorte para refletir que observações empíricas e acompanhamento dos debates a nível regional e estadual apontam que municípios menores tem menor capacidade operacional e reduzido orçamento municipal, o que evidentemente desencadeia em percentuais ínfimos de investimento na Política de Assistência Social.

Nossa pesquisa demonstrou que apenas um dos nove municípios possui área de Gestão do SUAS com vigilância socioassistencial. É esta área a responsável por realizar diagnósticos, levantar as demandas e as potencialidades dos territórios do município e construir junto com a equipe das proteções básica e especial estratégias para ampliar a oferta de serviços e benefícios àqueles que mais necessitam. É esta área também que trabalha com o planejamento da gestão do SUAS, as adequações, a legislação, o orçamento, o financiamento e, com toda esta realidade o que pode ser executado. Como na grande maioria dos municípios esta área não está estruturada, identifica-se a nível municipal uma das dificuldades para a adequação da legislação.

Trabalhar com a meta estruturação da SMAS com formalização de áreas essenciais nos remete a movimentar as estruturas atualmente vigentes. “Dificuldades relacionadas à mudança no aparato institucional requer mexer nos núcleos estruturados do poder, sempre foco de tensão e de conflito de interesses” (Brasil, Capacita SUAS Vol. 2, 2008). Algumas podem dispor de cargos que não são essenciais ao SUAS mas que são importantes para a manutenção do poder. Os entraves políticos estarão presentes neste processo e, nossa pesquisa demonstrou que a maioria dos municípios não conta com equipe exclusiva e especializada para o enfrentamento destas barreiras.

Diante desta realidade o apoio técnico do estado é primordial no auxílio à construção de respostas às demandas que surgem no território municipal. É preciso desenvolver mecanismos técnicos, jurídicos, financeiros e institucionais e aplicá-los com urgência.

Nossa pesquisa demonstrou que a região da AMUNESC está carente por maior apoio técnico e financeiro do Estado, somente um dos municípios recebeu assessoria do Estado nos últimos dois anos. Os municípios de pequeno porte têm grande dificuldade para avançarem sozinhos no caminho da consolidação do SUAS. Nossa amostra trabalhou com a realidade de 8 (oito) municípios de pequeno porte que demonstraram dificuldades para atingir as metas especialmente por falta de recursos humanos e financeiros.

A realidade no Estado de Santa Catarina não é diferente. Dos 295 municípios catarinenses, 236 são de Pequeno Porte I e 32 de Pequeno Porte II⁴ ou seja, 90,84% dos municípios vivenciam situações similares e precisam que a organização estadual se efetive e realmente cumpra com suas atribuições e responsabilidades.

O cumprimento da meta estadual do Pacto de Aprimoramento do SUAS também precisa ser efetivada. Com ela pode-se garantir a adequação da estrutura organizacional, a necessária ampliação de contratação de servidores estaduais e a sua capacitação para que as

⁴ IBGE, estimativa populacional 2006.

diferenças regionais possam ser territorializadas e trabalhadas conforme suas vulnerabilidades e potencialidades. A definição de percentual mínimo para o investimento nesta política e repasse aos municípios na modalidade fundo-a-fundo também deve ser uma prioridade. Sem o conhecimento do quanto pode-se investir não há como traçar planejamentos confiáveis e aplicáveis. Na prática, ainda temos uma política focalista, imediatista e limitada a avanços e ao aprimoramento do SUAS.

Este artigo abordou sobre o Pacto de Aprimoramento do SUAS enquanto importante instrumental para auxiliar os gestores e técnicos trabalhadores do SUAS a estruturarem as áreas e serviços essenciais para a consolidação do SUAS. Nossa pesquisa demonstrou que 55,5% dos municípios estão utilizando este instrumental e trabalhando no processo de adequação da legislação para atingir as metas. É necessário ampliar a assessoria e apoio do Estado para que este percentual chegue a 100 %.

Assim, com o aprimoramento em todo o Estado, estaremos trabalhando com o alinhamento das ações e serviços, observadas as diversidades regionais, mas nunca perdendo de foco o direito do cidadão. O objetivo maior não é penalizar municípios e gestores, mas sim, garantir que o cidadão usuário desta política possa ter seu direito garantido e, isto só será possível com o empenho dos três entes federados e de todos os atores desta política para que consigamos consolidar o SUAS.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. CapacitaSUAS Vol. 1. **SUAS. Configurando os Eixos de Mudança**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1ª ed. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. CapacitaSUAS Vol. 2. **Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1ª ed. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Livreto LOAS**. Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. Brasília, MDS, 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica: NOB-SUAS/2012**. Brasília, MDS, 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação: **SAGI**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/suasag/index.php>. Acesso em: 29/01/2016.

COLIN, Denise; JACCOUD, Luciana. **Assistência Social e Construção do SUAS – balanço e perspectivas: O percurso da Assistência Social como política de direitos e a trajetória necessária**. In: CRUS, José Ferreira da. [et. al]. Coletânea de Artigos Comemorativos aos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social. 1 ed. Brasília: MDS, 2013, p. 42-63.

CRUS, José Ferreira da. [et. al]. **Coletânea de Artigos Comemorativos aos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. 1 ed. Brasília: MDS, 2013.

CRUS, José. **Gestão do trabalho e Vigilância Socioassistencial: Inovação na Gestão Pública da Assistência Social**. In: CRUS, José Ferreira da; ALBUQUERQUE, Simone Aparecida. Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta. 1ª ed. Brasília: MDS, 2014.

HAIR JR, Joseph F. [et al.]. **Fundamentos de pesquisa de marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

IPEA. Repositório do Conhecimento do Ipea, 2012. **Assistência Social**. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4240/1/bps_n22_assistencia.pdf. Acesso em: 23/11/2015.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing**: Edição Compacta. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MDS. **Pacto de Aprimoramento do SUAS**. Resolução CNAS nº 18 de 15 de julho de 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Pacto%20Aprimoramento%20SUAS%20G%20Municipios%20-%20cnas-2013-018-15-07-2013.pdf. Acesso em: 02/12/2015.

SPOSATI, Aldaisa [et. al]. **Gestão Municipal do SUAS: Desigualdades do Financiamento, Despesas e Força de Trabalho**. Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS: 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais**. Artigo. 2012.

O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR EM SÃO BENTO DO SUL E O PROCESSO DE DESLIGAMENTO DAS CRIANÇAS: O DESAFIO DA DESVINCULAÇÃO AFETIVA

Maiara Dufloth Pelissa, Darlene de Moraes Silveira,

Marco Antônio Murara¹

Centro Universitário - Católica de Santa Catarina

32

Resumo: O presente artigo objetiva identificar as estratégias utilizadas pelas famílias acolhedoras do Serviço de Acolhimento Familiar de São Bento do Sul – SC, na superação dos sentimentos inerentes à desvinculação afetiva de crianças de 0 a 3 anos de idade. O estudo foi feito com processos do período entre 2013 e 2015. Este estudo pode ajudar a aprimorar a relação com as demais famílias acolhedoras que ainda não passaram por este processo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, realizada por meio de entrevistas em profundidade utilizando um roteiro semiestruturado.

Palavras-chaves: Acolhimento Familiar; Família Acolhedora; Desvinculação Afetiva.

THE SERVICE OF FAMILIAR SUPPORT IN SÃO BENTO DO SUL AND THE PROCESS OF SEPARATION OF THE CHILDREN: THE AFFECTIONATE CHALLENGE

Abstract: The present article aims to identify the strategies used by the welcoming families, of the Service of Familiar Welcome of São Bento do Sul city, Santa Catarina State, Brazil, in the overcoming of the feelings inherent in the affectionate separation of children from 0 to 3 years of age. The study was done by processes between 2013 and 2015. This study can help too many welcoming families that still did not suffer this process. It is a qualitative descriptive inquiry carried out through interviews in depth using a semistructured itinerary.

Keywords: Familiar welcome; Welcoming family; Affectionate separation.

1 INTRODUÇÃO

O histórico-social do Brasil perpassou por diversos e difíceis estágios com ações fragmentadas e destituídas da necessária proteção social, até que se iniciasse um debate sobre a necessidade de uma legislação na área da assistência social para disciplinar as demandas do

1 E-mail: murara@catolicasc.org.br

Recebido em 20.03.2017 – Publicado em 04.07.2017

sistema vigente. Inicialmente, as demandas preponderantes à época correspondendo ao século passado (atendimentos a órfãos, crianças pobres, idosos, doentes e viúvas) ficou a cargo da Igreja Católica, numa perspectiva totalmente assistencialista, cuja prestação de serviço vinculavam-se a uma situação de dependência e favorecimento. A assistência social fundava-se na busca de respostas imediatas às necessidades de ordem espiritual e material, movida por valores de ordem religiosa ou asseguradora da ordem pública.

A prática da assistência ao outro é antiga na humanidade. Em diferentes sociedades, a solidariedade dirigida aos pobres, aos viajantes, aos doentes e aos incapazes sempre esteve presente. Esta ajuda se pautava na compreensão de que na humanidade sempre existirão os mais frágeis, que serão eternos dependentes e precisam de ajuda e apoio. A civilização judaico-cristã transforma a ajuda em caridade e benemerência e, dessa forma, compreende-se que o direito à assistência foi historicamente sendo substituído pelo apelo à benevolência das almas caridosas. (LUNARDONI & GIMENES & SANTOS. http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm)

A partir do século XX as desigualdades acentuavam-se, a produção e a distribuição de riqueza estavam cada vez mais desiguais e permeadas por relações de dominação e exploração de classes. Para compor a renda familiar, as famílias utilizavam-se da força de trabalho infanto-juvenil, o que para as empresas era de grande valia, pois era uma força de trabalho de fácil manipulação, mais dócil e mais obediente.

Esta situação caótica perdurou por um longo período, até provocar um intenso debate político e ocasionar mobilização da sociedade em 1988, quando se promulgou a Constituição da República Federativa do Brasil, cujo caráter era democrático, com o propósito de ampliar e garantir o direito dos brasileiros, lhe eximindo do caráter antes contributivo da antiga assistência prestada aos brasileiros e lhe designando, em seu artigo número 203, a percepção de assistência social vinculada a todos os que dela necessitarem. A Política de Assistência Social é então inscrita na CF/88 pelos artigos 203 e 204, este tratando que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”, e aquele de que “as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes”. (BRASIL, 1988).

Concomitantemente às alterações que tratam da assistência social como política pública de direito do cidadão e dever do estado, a CF aborda direitos da criança e do adolescente, considerando-os como prioridade absoluta, apresentado no artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Regulamentando o artigo 227 da CF, em 1990 é aprovada a Lei 8069, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), abordando um conjunto articulado de direitos e responsabilizando a família, a sociedade e o poder público para garantir a proteção integral às crianças e adolescentes. Cabe ressaltar que o tratamento dispensado às crianças e adolescentes ao longo da história, tanto no cenário nacional quanto internacional, teve uma triste trajetória e, até se chegar ao ECA, foi uma longa jornada. Foram várias as tentativas anteriores de se fazer valer o direito de nossas crianças e adolescentes, sendo o ECA o dispositivo, segundo (FREIRE NETO, 2011; IN JUNIOR, 2012), por meio do qual o legislador

buscou pô-las a salvo perante qualquer arbitrariedade por parte do Estado, da família ou da sociedade.

O ECA criou os Conselhos de direitos em âmbito nacional, estadual e municipal que passam a ser o canal de participação e envolvimento conjunto do Estado e da Sociedade na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, e os Conselhos Tutelares que atuam no caso de violação dos direitos individuais das crianças e adolescentes, que se encontram em situação de risco. (BITENCOURT, 2009; IN JUNIOR, 2012)

Com os avanços da assistência social no Brasil no que concerne à proteção das crianças e adolescentes, surge uma Política Pública relativamente nova no cenário Nacional, denominada Serviço de Acolhimento Familiar, o qual encontra-se inserido na Proteção Social de Alta Complexidade, hierarquizado conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, sendo descrito como uma medida de caráter temporário e excepcional, conforme preconizado na Lei 8.069/1990 e, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, preferível ao acolhimento institucional. O ECA respalda o poder público na implementação do respectivo Serviço, conforme designado em seu artigo 34:

Art. 34. O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar.

§ 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo a pessoa ou casal cadastrado no programa de acolhimento familiar poderá receber a criança ou adolescente mediante guarda, observado o disposto nos arts. 28 a 33 desta Lei. (BRASIL, 1990)

Sendo assim, no que se refere a esta política pública para crianças e adolescentes, o ECA estabelece em seus artigos 88 e 92 que, caso não seja possível que a criança ou o adolescente permaneça em sua família de origem, estabelece-se a excepcionalidade e a provisoriedade do Acolhimento Familiar ou Institucional, obrigando que se assegure a preservação dos vínculos familiares e comunitários, sendo que a criança ou adolescente ficará acolhido até que possa retornar à sua família de origem (quando esta tiver superado suas vulnerabilidades sociais, através da execução das políticas públicas, com o trabalho das equipes de referência), ou ainda, diante da impossibilidade deste retorno, o ECA estabelece a colocação em família substituta por meio de processo de adoção.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013), este serviço recebe o nome de Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, sendo este descrito na referida Tipificação como:

Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastado da família por medida de proteção, em residência de famílias cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para a adoção. O serviço é responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido em sua família de origem (BRASIL, 2013).

Na cidade de São Bento do Sul o Serviço de Acolhimento Familiar recebe o nome de “Programa Famílias de Apoio”. Sua implantação aconteceu em 07 de julho de 2002. Nesta época não havia uma uniformidade da denominação deste serviço no cenário nacional, nem

orientações técnicas para sua implantação e execução. A iniciativa de sua implantação na cidade partiu do Juízo da Infância e Juventude da Comarca de São Bento do Sul e do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção – Gerando Amor². Conforme consta no Plano Municipal da Rede de Serviços de Acolhimento Familiar e Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens (2015), a proposta de implantação deste serviço foi construída no município a partir do conhecimento compartilhado pela assistente social do Poder Judiciário local, então envolvida na discussão nacional acerca da temática, enquanto membro do Grupo de Trabalho Pró Convivência Familiar e Comunitária. A motivação para a criação do serviço em São Bento do Sul foi que diante das situações que demandavam o afastamento dos infantes de seus lares, os mesmos eram encaminhados para abrigos em outros municípios, por não existir tal serviço no município. Inicialmente, o serviço era executado por profissionais da então Secretaria de Desenvolvimento Comunitário, por voluntários do Grupo Gerando Amor e pela assistente social do Poder Judiciário.

A Lei Municipal nº 1373 de 19 de agosto de 2005, qual dispõe sobre o Programa de Acolhimento Familiar Provisório de Crianças (hoje Serviço) foi aprovada pelo CMDCA em 2005, submetida, neste mesmo ano, à apreciação e aprovação pela Câmara de Vereadores. Desde então, a Prefeitura de São Bento do Sul executa o Serviço mantendo-se, contudo, a parceria com o Poder Judiciário, Grupo Gerando Amor, CMDCA, Conselho Tutelar, e secretarias municipais de Saúde, Educação e Habitação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fase do desenvolvimento infantil que compreende dos 0 aos 3 anos de idade caracteriza-se por um período de dependência afetiva e emocional, no qual o indivíduo em formação inicia um processo de descobertas e aprendizado, precisando de um “outro Eu” para que possa constituir o “seu Eu”, uma vez que é a partir do cuidado recebido da mãe que a continuidade da linha da vida do bebê se mantém, e então ele experiencia uma “continuidade do ser” (WINNICOTT, 1960), pois “um bebê não pode ser pensado sem a presença de alguém que lhe exerça a função de mãe e sem um ambiente, por esta última criado, onde possa evoluir e desenvolver seu potencial de crescimento e amadurecimento” (COUTINHO, 1997:98). Este processo proporciona automaticamente uma interação natural entre indivíduos, o que acaba por estabelecer uma ligação afetiva entre duas ou mais pessoas, o que chamamos de **vínculo afetivo**.

“Um bebê não pode ser pensado sem a presença de alguém que lhe exerça a função de mãe e sem um ambiente, por esta última criado, onde possa evoluir e desenvolver seu potencial de crescimento e amadurecimento” (COUTINHO, 1997:98). Relacionado a este autor, podemos citar que dos 0 aos 2 anos de idade o bebê passa por dois estágios importantes, sendo o primeiro denominado dependência absoluta (essencialmente caracterizada pela fase de lactação, porém o lactante não está consciente de sua dependência em relação à mãe), e o segundo é o da dependência relativa, na qual o lactante torna-se consciente de sua dependência: quando a mãe

² Grupo Gerando Amor: Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de São Bento do Sul, fundado em 01 de julho de 1999.

está longe, ele experiência a ansiedade (WINNICOTT, 1983:84).

À partir dos 2 anos de idade, a criança começa a saber lidar com a perda,

Por exemplo, pode haver uma equipe mãe-ama-seca, de per si um interessante tema para estudo. Pode haver tias e avós adequadas ou amigos especiais dos pais que pela sua presença constante se qualificam como substitutos da mãe. [...] Verificar-se-á, contudo, que esses detalhes variam muito, e que o processo de crescimento do próprio lactante é impelido neste sentido de acordo com o que ele obtém (WINNICOTT, 1983)

36

Este “relacionar-se” implica no estabelecimento de um vínculo afetivo entre cuidadores e bebê. Conceituando “apego”, J. Bowlby (1973/1984) diz que

o relacionamento da criança com os pais é instaurado por um conjunto de sinais inatos do bebê, que demandam proximidade. Com o passar do tempo, um verdadeiro vínculo afetivo se desenvolve, garantido pelas capacidades cognitivas e emocionais da criança, assim como pela consistência dos procedimentos de cuidado, pela sensibilidade e responsividade dos cuidadores. Por isso, um dos pressupostos básicos da TA é de que as primeiras relações de apego, estabelecidas na infância, afetam o estilo de apego do indivíduo ao longo de sua vida (BOWLBY, 1989).

O comportamento de apego se refere a ações de uma pessoa objetivando alcançar ou manter proximidade com outro indivíduo, o qual é identificado como mais apto a lidar com o mundo (BOWLBY, 1989; CASSIDY, 1999). É um comportamento biológico e corresponde a uma necessidade de proteção e segurança (BOWLBY, 1973/1984). Vindo de encontro a esta afirmação, B. Golse (1998) cita que é instintivo, evolui ao longo do ciclo da vida e não é herdado, sendo que o que se herda é apenas o seu potencial ou tipo de código genético que permita melhor adaptabilidade à espécie, definindo sua evolução e preservação.

Evidências de que as crianças também se apegam a figuras abusivas sugerem que o sistema do comportamento de apego não é conduzido apenas por simples associações de prazer. Ou seja, as crianças desenvolvem o comportamento quando seus cuidadores respondem às suas necessidades fisiológicas, mas também quando não o fazem (CASSIDY, 1999). Sendo assim, compreende-se que, mesmo estando com seus direitos violados em seu meio familiar, isso não implica em ausência de apego para com sua mãe, pai e familiares. Logo, sua retirada deste meio violador é um processo que cada criança assimilará subjetivamente, e não podemos conceituá-lo nem mensurá-lo neste artigo, se há ou não dano maior, pois não é o propósito deste (exigiria estudo mais específico relacionado ao tema), entretanto, esta revisão bibliográfica nos indica que há um apego, independente da forma de relacionar-se com seus pais, e, ao ser retirada e inserida em outro meio familiar, mais ameno e no qual seus direitos estejam garantidos, ela irá se reestruturar e ressignificar sua experiência passada, apegando-se e vinculando-se às figuras que, agora, lhe oferecerão cuidado e proteção.

Em relação às pessoas que se dispõem a prestar este serviço de “acolher”, cabe ressaltar que o tempo despendido em prol da criança é integral e envolve o núcleo familiar principal, familiares e até mesmo o meio social destes, pois a criança passa a pertencer, a “fazer parte” desta família. É justamente este sentimento de “pertencimento” que, muitas vezes, por estar ausente, faz com que a criança esteja tão fragilizada. Estas famílias, chamadas Famílias Acolhedoras, têm a missão de cuidar destas crianças, sendo o “cuidado”, de acordo com (BOFF, 1999), algo que integra e constitui o ser humano, logo, está em sua essência a capacidade de cuidar e a necessidade de ser cuidado. (BOFF, 2012, In VALENTE, 2013), recorrendo à obra

de Martin Heidegger, *Ser e tempo*, afirma que:

“o cuidado entra na definição central do ser humano. Constitui a base para qualquer interpretação que se queira fazer dele. O cuidado está sempre aí presente e subjacente como a constituição do ser humano. Falar de ser humano sem falar do cuidado não é falar do ser humano”.

Uma fala retirada do site Instituto Fazendo Minha História, dita por Luiz Roberto Monich e Ana Magali, voluntários do programa “Família Acolhedora” na cidade de Joinville, Santa Catarina, denota de forma clara e objetiva o sentimento sobre a desvinculação afetiva:

“Nestes anos como voluntário do programa “Famílias Acolhedoras”, a pergunta que sempre nos fazem é: Como vocês conseguem se desapegar da criança acolhida quando ela vai embora”? Quando chega a hora de partir, eu sei que farei parte da vida de alguém que me ama tanto quanto eu amo. É nisso que acredito, é isso que me traz alento. Então, como faço pra desapegar? Fácil! Não desapego! Eu as carrego comigo... Nas cicatrizes no meu coração!” (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, http://www.fazendohistoria.org.br/newsletter/newsletter_view.php?id=31)

Com o exposto pelos autores referenciados nesta revisão bibliográfica, observa-se quão delicada é a questão do acolhimento familiar perpassando o impacto sobre o desenvolvimento infantil e refletindo em todos os seus aspectos: físico, motor, intelectual, afetivo, emocional e social.

3 METODOLOGIA

Para realização do presente artigo, foi necessário acessar estudos Psicossociais das famílias que aceitaram participar das entrevistas para levantamento de dados de identificação das mesmas. Tais estudos são documentos do Serviço de Acolhimento Familiar, elaborados pela Equipe Técnica de referência (Psicólogo e Assistente Social) juntamente à família, para poder subsidiar sua habilitação a acolher crianças e adolescentes.

Utilizou-se um questionário pautado em um roteiro semiestruturado, aplicado por meio de uma entrevista em profundidade com 06 famílias acolhedoras, de um total de 14 famílias que passaram por este processo no período selecionado para esta pesquisa. Cada entrevista durou cerca de 01 a 02 horas. As famílias acolhedoras passaram pelo processo de desvinculação afetiva até dezembro de 2015

A entrevista teve dois momentos, sendo a primeiro com 3 questões gerais sobre a relação da família com o Serviço, e as 9 questões restantes direcionadas aos objetivos deste artigo, ou seja, à desvinculação afetiva que ocorreu entre as famílias e as crianças de 0 a 3 anos de idade que passaram pelo Serviço.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Primeiramente, levantou-se alguns dados de identificação das famílias que participaram da entrevista, entretanto, com o mínimo de exposição possível a fim de preservar a identidade dos mesmos. Segue tabela:

Perfil das Famílias Acolhedoras

Dados da Família	Família 01	Família 02	Família 03	Família 04	Família 05	Família 06
Data de Nascimento dos entrevistados	12/10/1967 02/11/1964	01/12/1977 17/04/1976	05/06/1968 05/02/1969	26/11/1948 24/11/1957	27/02/1969 20/11/1951	09/05/1990 12/02/1988
Composição familiar	01 filho de 18 anos, 01 filha de 16. Residem com o casal.	01 filho de 20 anos, não reside mais com o casal.	Ela, 03 filhos. Ele, 06. Não moram consigo. Juntos o casal não têm filhos.	Ela, 02 filhos e 03 netos, não residem consigo. Ele não possui filhos.	Ela, 04 filhos. Ele, 02. O casal têm 01 filha juntos, de 09 anos, que reside consigo.	01 filho de 08 anos.
Ocupação profissional	Ela, vendedora. Ele, aposentado.	Ela, costureira. Ele, Analista de Qualidade.	Ela, do lar. Ele, aposentado.	Ela, professora aposentada. Ele, pedreiro.	Ela, dona de casa. Ele, Operador de Máquina Florestal Autônomo.	Ela, vendedora autônoma. Ele, motorista de caminhão.
Renda mensal familiar aproximada	3,5 salários mínimos	6 salários mínimos	1,5 salários mínimos	5,5 salários mínimos	2,5 salários mínimos	6,5 salários mínimos
Cadastro no Serviço de Acolhimento Familiar de SBS	Janeiro/2010	Maior/2014	Junho/2014	Junho/2003	Junho/2014	Junho/2014
Total de crianças e adolescentes acolhidos	06	02	06	24	04	02
Crianças que foram adotadas ou retornaram à família de origem	01	02	01	10	01	01

Quadro 1: Fonte a própria pesquisa

4.1 São Bento do Sul e o serviço de acolhimento familiar

No município de São Bento do Sul, as principais causas de acolhimento de crianças e adolescentes nos anos de 2013 e 2015 são: negligência, drogas e alcoolismo, sendo que estas duas últimas, geralmente, culminam naquela, ou seja, estas três, na maioria das vezes, estão interligadas. Neste período que compreende janeiro de 2013 à dezembro de 2015, 39 crianças

e adolescentes foram acolhidas em Famílias Acolhedoras, por diversos motivos.

Abaixo, tabela com o levantamento dos dados referentes às crianças acolhidas no período em que o artigo foi elaborado:

As crianças acolhidas

Idade no ato do Acolhimento	Sexo	Tempo de Acolhimento	Motivo Acolhimento	Situação Judicial
1 mês	F	03/06/2015 à 12/2015	Adoção Ilegal	Em processo de Destituição do Poder Familiar
1 mês	M	18/12/2015 à 12/2015	Negligência e Abuso Sexual sofrido pelas irmãs	Medida de Proteção
2 meses	M	26/04/2013 à 12/2015	Negligência e drogadição	Em processo de Destituição do Poder Familiar
3 meses	M	31/12/2014 à 12/2015	Negligência e drogadição	Medida de Proteção
10 meses	F	19/12/2014 à 12/2015	Negligência e Alcoolismo	Em processo de Destituição do Poder Familiar
1 ano e 2 meses	M	14/05/2015 à 12/2015	Negligência e drogadição	Medida de Proteção
2 anos e 1 mês	M	11/05/2015 à 12/2015	Negligência	Em processo de Destituição do Poder Familiar
2 anos 1 mês	F	18/12/2015 à 12/2015	Mudança de modalidade de acolhimento (do institucional para o familiar)	Medida de Proteção
2 meses e 22 dias	M	05/11/2013 à 12/2015	Adoção Ilegal	Em processo de Destituição do Poder Familiar
3 anos e 9 meses	M	18/12/2015 à 12/2015	Negligência e Abuso Sexual sofrido pelas irmãs	Medida de Proteção
5 anos	F	18/12/2015 à 12/2015	Negligência e Abuso Sexual	Medida de Proteção
9 anos	F	29/04/2015 à 12/2015	Mudança de modalidade de acolhimento (do institucional para o familiar)	Em processo de Destituição do Poder Familiar
11 anos	F	18/12/2015 à 12/2015	Negligência e Abuso Sexual	Medida de Proteção
16 anos	F	18/12/2015 à 12/2015	Mudança de modalidade de acolhimento (do institucional para o familiar)	Em processo de Destituição do Poder Familiar

Fonte: A própria pesquisa

Das 14 Famílias Acolhedoras cadastradas, 12 estavam acolhendo: 01 acolhendo um grupo de 04 irmãos e 01 acolhendo mãe adolescente e sua filha.

Para melhor organização da análise dos dados, dispôs-se as respostas e observações em categorias de análise, dispostas nos subtítulos a seguir. Ressalta-se aqui que, nas categorias apresentadas em tabelas, a primeira coluna identifica a família pela letra “F”.

4.2 Percepções sobre o acolhimento

No quadro abaixo, seguem as respostas e análises relacionadas às questões da entrevista

que foram direcionadas ao acolhimento no geral, ou seja, relacionado ao acolhimento de crianças e adolescentes de todas as idades, não apenas de 0 a 3 anos:

Percepção do Acolhimento

F.	PERCEPÇÕES SOBRE O ACOLHIMENTO O que os motivou a participar do Serviço de Acolhimento Familiar?	PREPARAÇÃO PARA O ACOLHIMENTO Como vocês se preparam? Como é a acolhida da criança ou adolescente quando ele chega?
01	O casal cita a adoção de sua filha como o aspecto motivacional que os impulsionou a participar do serviço. A adotaram do abrigo e viram na instituição um <i>“lugar muito frio, técnico, sem família, sombrio”</i> (sic!).	<i>“A gente fica muito feliz, faz um monte de pergunta – o que a criança passou, como ela vem, etc.”</i> (sic!) A família relata esta situação como sendo indagações destinadas à Equipe do Serviço, argumentando que às vezes se deparam com situações no acolhimento que, se não sabem da história da criança, terão dificuldade em lidar, justificando a importância de saber o que levou ao acolhimento.
02	Este casal elencou: a falta de criança dentro de casa; doação amorosa; querer se doar; querer ser prestativo; gesto de amor. Ele citou que queria ter mais um filho, ela já não queria mais (neste momento sorriram). Citaram em sua fala, ainda se referindo à motivação em participar do serviço: <i>“pelo sentimento de educar uma criança e ser prestativo à humanidade, à comunidade”</i> (sic!)	Relataram se tratar de uma emoção e uma expectativa muito grandes e que buscam coisas para cativar a criança, relativas à idade, como por exemplo bola, caminhão, bem como roupas. Fazem de tudo para que ela se sinta acolhida, se sinta <i>“à vontade”</i> (sic!).
03	<i>“No sentido de ajudar uma criança. Sempre fizemos isso, sempre gostamos, queremos continuar fazendo”</i> (sic!)	<i>“Choramos muito, de alegria, porque vai vir pra um lugar limpo, encher a barriguinha. Ninguém retira criança sem motivo!”</i> (sic!) A família se refere aqui, ao fato de que se a criança foi para acolhimento, foi por algum motivo grave. Esta família relata que tem roupas prontas para receber crianças de 0 a 10 anos.
04	<i>“Ter me aposentado e procurar alguma coisa pra fazer. Cursos e trabalhos manuais não preenchia... algo a fazer por alguém!”</i> (sic!)	<i>“É uma correria! Mas já tem roupa – já chegou criança sem nada! – tem quarto pronto, guardamos roupas desde bebê”</i> (sic!).
05	<i>“Por ficar de varde em casa, à disposição, pela gente gostar de criança. Se sentir útil, sabe? A vida vira rotina, sem graça”</i> (sic!). <i>“Pela proteção à criança”</i> (sic!) Aqui o casal relata uma situação de doença que a sra. enfrentava antes de virar família acolhedora, que não conseguia mais caminhar direito devido a uma inflamação nos nervos, nem mesmo amarrar os próprios tênis, dentre outras questões. Após virar família acolhedora, ela cita que misteriosamente vê-se curada, <i>“ando pra cima e pra baixo, lavo roupa e hoje cuido de 04 crianças!”</i> (sic!), ressaltando que no período em que ocorreu a entrevista, o casal estava acolhendo um grupo de 04 irmãos. A sra. relata que sua <i>“cura”</i> (sic!) se deva ao se sentir útil, ao ocupar seu tempo, acrescentando ainda que <i>“estas crianças são abençoadas”</i> (sic!).	<i>“Foi um corridão, o primeiro foi mais preparado, porque foi mudança de família, os demais foram de repente. Ficamos felizes, com medo, não sabia o que fazer, preparar... arrumamos brinquedo, o quarto, berço...”</i> (sic!)
06	<i>“Amor ao próximo e é um jeito da gente ajudar a cuidar de uma criança que precisa, ensinar o que é ter família, diferente do abrigo – conviver em família”</i> (sic!).	A família relatou que primeiramente o casal conversa entre si, depois conversam com o filho de 8 anos para preparar o seu psicológico, e preparam <i>“cama, berço, termômetro, remédio pra febre, arrumamos o cantinho deles pra se sentirem em casa”</i> (sic!).

Fonte: a própria pesquisa

Analisando-se os relatos quanto à motivação para o acolhimento, trata-se de algo bastante

subjetivo. Entretanto, observam-se dois aspectos bastante presentes nos relatos, que foram sentir-se útil, através do ato de “ajudar alguém” e a preocupação com a criança. Quanto ao ritual para a chegada da criança e ou adolescente, cada família vivencia subjetivamente, mas é unânime a “*correria*” (sic!) para preparar a casa e os objetos para a sua chegada, sendo que a ansiedade antecede este momento atrelada à alegria em recebê-los.

3.3. Percepções sobre o desligamento

Nesta categoria englobam-se duas questões, a primeira indagando-os sobre “*como se sentiram ao saber que chegou o momento da criança ir embora?*” e a segunda sobre a percepção do convívio, indagando-os sobre “*qual a percepção do convívio? - em relação ao seu papel na vida daquela criança?*”. São categorias de análise baseadas em respostas bastante subjetivas.

Das 06 famílias entrevistadas, observou-se a experiência de sentimentos antagônicos e simultâneos: ficam tristes pela partida, mas ao mesmo tempo felizes pela criança ter tido sua “vida” resolvida, ter ido para uma família. As palavras “triste” e “feliz” aparecem na maioria dos relatos, sendo também utilizadas palavras semelhante (difícil, doído, ou contente, alegre). A palavra “medo” também apareceu nos relatos, referindo-se ao receio quanto a adaptação da criança na nova família (definitiva - adotiva ou biológica). Esta palavra foi citada por duas famílias, que, coincidentemente, experienciaram seu primeiro acolhimento. Outra questão interessante observada foi a expressão “o vazio” ou “o buraco que fica na casa” indicando a falta que aquela criança faz após sua partida, como sendo uma das partes mais difíceis de se lidar.

Percepção do Desligamento

F.	PERCEPÇÕES DO DESLIGAMENTO	PERCEPÇÃO DO CONVÍVIO
01	Esta família disse ter se sentido feliz, pois a criança em questão iria para adoção e o casal adotante estava na fila de espera há cerca de 8 anos, e não tinha filhos. Mesmo assim, citaram que “ <i>no quarto, ver o berço vazio, me deu uma tristeza</i> ” (sic!), referindo-se ao pós desligamento, mesmo sabendo que a criança havia sido recebida com muito amor e estava bem.	Como ainda mantêm contato com a família que adotou a criança em questão, consideram importante seu papel enquanto acolhedores para a história de vida da criança, pois ela sabe que “ <i>essa foi a tia que me cuidou</i> ” (sic!), sendo saudável, em sua opinião, a convivência entre família de origem e família de apoio, assim como a transparência em relação à sua história de vida.
02	“ <i>Chocada, triste, porque a gente pensa que não vai chegar esta hora, que vai demorar!</i> ” (sic!). O casal citou o medo da adaptação da criança na família que o adotou, pois ele quando chegou em sua residência, também teve dificuldade em se adaptar, então temiam que também o tivesse na família adotiva. Citaram o “vazio” que fica dentro da casa, que faz quererem outro para preenche-lo. A sra. que acolhe chorou por três semanas a fio, segundo relatos durante a entrevista. Citam que mesmo sabendo que este momento chegaria, foi difícil.	“De dever cumprido” (sic!). Esta família respondeu referindo-se ao seu papel de doação no acolhimento, de terem doado seu tempo, dado todo amor possível para que ele se sentisse amado, citaram também terem apresentado a criança a Deus (segundo sua religiosidade).

03	<i>“Choca bastante mas no mesmo instante a gente já se alegra. Fica sem chão. Mas sabíamos que uma hora ela iria”</i> (sic!). Esta família relata ter sido <i>“doído”</i> (sic!) ao mesmo tempo que <i>“muito contente”</i> (sic!), por saberem que a criança <i>“ganhou uma família de verdade, um lar definitivo”</i> (sic!), citam ainda que fica um <i>“buraco muito grande na casa, ate vir outro pra preencher”</i> (sic!)	<i>“Foi bom, aproveitamos bem aquele momento. Foi muito bom. Sabia que o papel não é o de ficar com ela, apesar do apego. Agradecemos à Equipe por deixar a gente ciente disso!”</i> (sic!). Esta família referia-se a uma bebê que fora acolhida com 5 dias e fora encaminhada à adoção com 6 meses.
04	<i>“Tive a sorte que poucos foram repentinamente, a maioria foi avisado. Fico muito feliz porque sei que essa criança vai pra um lar e será bem recebida, por pessoas que foram preparadas. E se não estiverem preparadas, alguém vai ver e aí a criança vai voltar”</i> (sic!). Aqui citam <i>“tive a sorte que poucos foram repentinamente”</i> porque essa família tem o ritual de se despedir antes das crianças, nunca na hora da despedida final.	<i>“Muito importante, procurar fazer o melhor porque é o exemplo que eles vão ter daquela passagem, nunca falar o que aconteceu, do motivo, do passado. Dar limites. Nunca desmerecer o passado”</i> (sic!). Nessa última parte, este <i>“nunca desmerecer o passado”</i> a família se referiu a não desmerecer pai e mãe ou o que quer que a criança traga, por mais difícil que tenha sido, por piores que tenham lhe tratado, caso a criança toque no assunto.
05	<i>“Muito difícil. Senti que fiz o que tinha que fazer por ele, o que eu pude passar de bom e de melhor eu passei, e torcer pra que tudo desse certo no futuro com os pais e que soubessem encaminhar ele”</i> (sic!). A sra. se emocionou durante a entrevista ao lembrar do momento em que arrumava os objetos da criança e ele a viu, a indagando. Disse que receber a notícia que chegou o momento da partida é difícil, que se sentem de <i>“mãos e braços amarrados”</i> (sic!), porque gostariam que a criança ficasse, mas sabe que não pode. Ela diz sofrer mais que seu companheiro porque se <i>“apega mais”</i> (sic!), ao passo que ele fica triste e feliz ao mesmo tempo, <i>“ele é mais forte”</i> (sic!), relatam ainda que a criança <i>“enfim encontrou o destino, mas ao mesmo tempo dá uma tristeza porque ela foi”</i> (sic!).	<i>“Eu espero que eu tenha conseguido passar coisas boas, importantes para ele”</i> (sic!). <i>“A gente tentou para fazer ele feliz com a gente”</i> (sic!), relataram referindo-se a passagem da criança em sua residência, que foi seu primeiro acolhimento. Sua fala foi no sentido de ter preenchido da melhor forma possível o curto período de tempo no qual ele permaneceu com eles.
06	<i>“Dor no peito. Sabia que a família queria muito e tava interessada, que ela ia receber amor, mas tinha medo da adaptação dela, dela demorar, mas por um lado fica alegre de ver ir pra família, mais ainda laços de família”</i> (sic!). Aqui eles se referem a <i>“mais ainda laços de família”</i> porque neste caso a criança em questão foi reintegrada ao pai biológico. Acrescentam ainda que <i>“somos avisados bastante pela Equipe, desde que acolhe sabemos que vai, mas, dá tipo um choque na hora. Mas sabemos que pode ser rápido, ou demorar”</i> (sic!), se referindo aqui ao tempo que pode durar o acolhimento.	<i>“Acho que foi um papel muito importante, no início da vidinha dela – ela vai lembrar! – ela teve uma família. Foi um aprendizado pra ela e pra gente. Se sentir em família, fizemos o máximo pra isso”</i> (sic!). A família 06 se referiu ao importante papel do acolhimento fazer com que a criança sintasse inserida em um meio familiar, mesmo que seja pequena), no sentido de que apesar da pouca idade, estão cientes de que ela lembrará que esteve em uma família, e de que foi importante para ela.

Fonte: a própria pesquisa

Dos relatos descritos nesta categoria de análise, apenas duas famílias não utilizaram a expressão “vazio ou buraco” deixado na casa para se referir ao período pós desacolhimento: a **família 06** foi uma das que não citou tal expressão, porém não passou por esta experiência, pois quando souberam que haveria o desligamento da criança que estavam acolhendo e que a mesma seria reintegrada ao pai biológico, antes que esta criança fosse desacolhida a família recebeu outra criança, de pouco mais de 2 anos de idade, a qual ainda estavam acolhendo quando realizaram esta entrevista para o presente artigo, não tendo a experiência de ter ficado com este “vazio” que surge curiosa e espontaneamente na fala das demais famílias. Quanto à **família 04** não ter citado, talvez deva-se ao fato desta ser a mais experiente do serviço atualmente, tendo acolhido um total de 24 crianças e adolescentes desde o início do Serviço. Entretanto, cita em

seus relatos rituais para não “sofrer” com a partida da criança (que serão explanados em “estratégias”, relatando que deixam o quarto da criança e os objetos intactos por um período até que sintam-se preparados para arrumá-los e esperarem outra criança.

4.4 Preparação para o desligamento

43

A indagação para esta categoria de análise foi se eles estavam preparados para o desligamento e referiu-se às crianças de 0 a 03 anos acolhidas e que foram desligadas porque foram para a adoção ou retornaram à família de origem, conforme tema do presente artigo.

A **família 01** respondeu “sim”, sem argumentar, considerando-se totalmente preparados para este desligamento dentro das contingências que aconteceram (era um bebê que fora acolhido com poucos dias de vida e fora encaminhado para a adoção ainda com menos de 3 meses, sendo que a família que adotou era conhecida da família acolhedora, do Grupo Gerando Amor). A **família 02** também respondeu “sim”, argumentado que, mesmo sabendo que este momento chegaria, foi difícil. A **família 03** argumentou sua resposta “sim” dizendo que “já na hora que a gente acolhe já sabemos que estamos aqui só pra cuidar” (sic!). A **família 04** ressaltou que “estamos sempre preparados! Todo tempo a gente se prepara e preparamos a criança” (sic!). Na **família 05**, a sra. respondeu “Não sei... eu me apego muito fácil!” (sic!) quando indagada, já o sr. respondeu “eu tava consciente” (sic!). Quanto à **família 06**, relatou que “fomos avisados bastante, desde que acolhemos sabemos que vai, mas dá tipo um choque na hora... mas sabemos que o acolhimento pode ser rápido ou demorado” (sic!).

Ressalta-se aqui nesta categoria de análise que a Equipe do Serviço de Acolhimento familiar realiza trabalho psicossocial com as famílias e acolhidos através de visitas semanais ou quinzenais às famílias acolhedoras.

4.5 O processo de desligamento e a desvinculação afetiva

No quadro abaixo, apresentam-se as respostas quanto às estratégias das famílias que, na opinião particular de cada uma, foram imprescindíveis para a superação das percepções/sentimentos/emoções inerentes ao processo de desvinculação afetiva:

Estratégias para desligamento

F.	ESTRATÉGIAS
01	Esta família citou como estratégia continuar frequentando as reuniões do Serviço, assim como o Grupo Gerando Amor. Também citaram que se tiver outro acolhimento, isto pode ajudar. Relataram ainda que, como sabiam que a criança estava bem, isto os ajudou, logo, para eles, uma boa estratégia é pensar que a criança está bem, “se a família está adotando, é porque está preparada” (sic!).

02	A sra. do casal disse que se dirigia até o quarto em que o acolhido tinha os objetos, “ <i>abria as gavetas e ficava vendo as coisas dele, chorava bastante e aliviava</i> ” (sic!). Citam também que conversas em família ajudavam bastante. E que a Equipe técnica ajudava bastante, principalmente trazendo notícias de que a criança estava bem. Citaram também as orações a Deus, segundo sua religião, como tendo os ajudado bastante.
03	Citaram que conversar entre o casal (sobre a acolhida) os ajudava bastante. Choravam e riam juntos. Citaram também rezar para Deus, para que a família tivesse paciência, dentre outras questões. Relataram que tentavam ajudar outras crianças também, levando roupa, leite, fralda, quando sabiam de alguma criança que estava precisando.
04	Citaram “ <i>ocupar a cabeça</i> ” (sic!) com coisas diferentes. Relataram já terem trocado até de carro duas vezes. Ficam olhando carros, vão jantar fora, viajam, “ <i>pra não ficar pensando</i> ” (sic!). No dia em que a criança vai embora, procuram sair e chegar bem tarde em casa. Esta família relata que deixa as coisas da criança no quarto, “ <i>que fique ali... até quando der vontade!</i> ” (sic!).
05	Esta família relatou como estratégia tentar não ficar muito em casa, sair passear, conversar sobre o assunto entre o casal, “ <i>a gente conversava junto sobre o processo, que conheceu os pais adotivos, dialogava bastante...</i> ” (sic!). O casal disse que é preciso se trabalhar: “ <i>tem que se trabalhar... o que tinha que fazer, fez... saber que ele está bem, que foi com os pais... daí vai entrando na cabeça</i> ” (sic!). “ <i>A gente superou bem</i> ” (sic!).
06	A família comprou um cachorro para o filho de 8 anos ocupar o tempo, dar atenção e não se sentir tão sozinho. Citam que é importante “ <i>ocupar a cabeça, pra não pensar na criança</i> ” (sic!), a sra. disse que usava-se da leitura, diálogo entre o casal e filho, saíam passear, procuravam “ <i>se desligar... não ficar parado, se ocupar</i> ” (sic!).

Fonte: A própria pesquisa

Quanto às estratégias utilizadas pelas famílias, observam-se 04 pontos que se repetiram nas entrevistas: 1. Trabalhar/vigiar o pensamento: as famílias que citaram esta fala, referiram-se ao trabalhar o pensamento no sentido da certeza de que a criança está bem, pois, se foi para a adoção ou se retornou para sua família de origem, isso aconteceu porque as famílias foram preparadas para recebê-la e serão assistidas por um tempo, para que se tenha certeza de que estarão bem. 2. Diálogo entre os acolhedores: conversar com o parceiro acolhedor indicou aliviar a dor, uma vez que o afeto investido na relação foi de todos os envolvidos, logo, o diálogo a respeito do que sentem demonstrou ter sido uma boa estratégia no sentido de amenizar a dor. 3. Ocupar o tempo: ocupar o tempo, especialmente logo nos primeiros dias, auxiliou as famílias que citaram esta estratégia, para procurarem não ficar com o pensamento focado na dor ou no sentimento da separação ou da saudade. 4. Fé: “Deus” foi citado também como uma forma para amenizar a dor e também como uma forma particular de expressar/enviar desejos sinceros à criança com a qual não mais tinham contato.

5 CONCLUSÕES

O presente artigo levantou algumas percepções subjetivas inerentes ao processo de desvinculação afetiva que ocorreram com as famílias acolhedoras, focalizando no desligamento de crianças de 0 a 3 anos de idade, em função de esta ser uma fase de forte vinculação, bem como pela delimitação do universo a ser pesquisado, uma vez que a vinculação afetiva e o apego ocorrem em todos os processos de acolhimento, independente da faixa etária dos acolhidos, mas precisou-se delimitar o universo a ser pesquisado em função do prazo para a entrega do presente artigo.

Com os resultados e análises aqui apresentados espera-se continuar contribuindo com o aprimoramento do Serviço de Acolhimento Familiar de São Bento do Sul, visto que este Serviço tem importante contribuição no panorama nacional sobre os estudos e debates que envolvem este direito disposto às crianças e adolescentes.

6 REFERÊNCIAS

BOWLBY, J. **Apego e perda: Separação**. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2., 1973/1984. In: Dalbem, j. x.; Dell'Aglio, D. D. **Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS, 2006.

BOFF, L. **Saber cuidar**. Petrópolis: Vozes, 1999. In: Valente, J. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. O cuidado necessário. Petrópolis: Vozes, 2012. In: Valente, J. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013.

BOWLBY, J. **Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. In: Dalbem, j. x.; Dell'Aglio, D. D. (2006). **Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**: disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. – 6. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006. MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed. 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2013.

CASSIDY, J. (1999) **The nature of child's ties**. In: CASSIDY, J. & SHAVER, P. (Orgs.). **Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications**. New York: The Guilford Press. pp. 3-20. In: Dalbem, j. x.; Dell'Aglio, D. D. (2006). **Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS.

COUTINHO, F. **O ambiente facilitador: a mãe suficientemente boa**. In: Winnicott - 100 anos de um analista criativo. Rio de Janeiro: Nau, 1997.

GOLSE, B. **O desenvolvimento afetivo e intelectual da criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. In: Dalbem, j. x.; Dell'Aglio, D. D. (2006). **Teoria do apego**: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS.

Instituto Fazendo História, site. Disponível em: <http://www.fazendohistoria.org.br/newsletter/newsletter_view.php?id=31>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.

JUNIOR, João Paulo Roberti. **Evolução jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil**. Revista da Unifebe (Online): 2012, site. Disponível em: <<http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo025.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2016.

LONARDONI, Eliana; GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia. São Paulo. **O processo de afirmação da assistência social como política social**, site. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm>. Acesso em 27 de fevereiro de 2016.

Valente, J. **Família acolhedora**: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2013.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EXECUTADO COM OS ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – SC

Karen Lili Fechner, Janice Merigo,
Marco Antônio Murara¹
Centro Universitário - Católica de Santa Catarina

Resumo: O presente artigo buscou conhecer melhor o adolescente autor de ato infracional do município de São Bento do Sul – SC para obtenção de subsídios para o desenvolvimento das ações institucionais e políticas voltadas a este público. Trata-se de uma pesquisa documental realizada através das informações constantes nos Planos Individuais de Atendimento dos Adolescentes atendidos em nos anos de 2014 e 2015. Realizamos o levantamento descritivo de algumas características dos jovens autores de ato infracional nesse município: escolaridade, ato infracional, renda, também sobre a pobre rede de apoio, além de fatores relacionados às próprias medidas socioeducativas.

Palavras-chaves: Adolescentes; Medidas Socioeducativas; Desafios com a rede.

THE SERVICE OF SOCIAL EDUCATION EXECUTED WITH THE ADOLESCENTS IN SÃO BENTO DO SUL CITY

Abstract: This article aims to know the adolescent author of breach of São Bento do Sul city for the development of the institutional and political actions of help. It is a documentary inquiry carried out with informations of the Individual Plans of Service of the Adolescents. The period of studies is between 2014 and 2015. There were pointed informations of the profile of the young authors of breaches, net of support and facts made a list of the actions of social education.

Keywords: Adolescents; Measures of social education; Challenges of the net of support.

1 INTRODUÇÃO

A Assistência Social em São Bento do Sul teve seu marco delineado em meados de 2005/2006, motivado pela implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com

¹ E-mail: murara@catolicasc.org.br

a criação de dois Centros de Referência de Assistência Social os chamados CRAS. O CRAS é um equipamento estatal de base territorial, que devem estar localizados em áreas de maior vulnerabilidade social, com a finalidade de organizar, coordenar e executar os Serviços de Proteção Social Básica da política de assistência, ofertando e coordenando, em rede, as ações que previnam situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, alguns dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade começam a se estruturar no município. Estes Serviços são prestados por Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. A Proteção Social Especial é de duas modalidades: Média Complexidade, quando os referidos direitos já foram violados, mas os vínculos familiares ainda permanecem mantidos; Alta Complexidade, quando, além da violação de direitos, os referidos vínculos foram rompidos, exigindo a retirada do assistido da vida familiar. O conceito de referência, segundo o autor Carlos Simões (1982),

Significa o serviço de proteção básica e o especial de média complexidade, porque tem como pressuposto o não rompimento dos vínculos familiares, de modo que a família, seus membros e indivíduos a eles ainda podem se referir (família referenciada), como unidade espiritual de sua inserção social. Na Alta Complexidade inexistente (SIMÕES, 1982).

Um exemplo da Proteção de Média Complexidade é o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC. Em São Bento do Sul este Serviço só teve início no ano de 2013, antes disto não era executado. Os adolescentes eram atendidos por Assistentes Sociais e Psicólogas de outros níveis de Proteção de forma fragmentada, sem uma equipe exclusiva para atender a esta demanda.

No entanto no ano de 2013 o grande número de adolescentes, 79 na época, em cumprimento de Medidas Socioeducativas, justificava a disponibilização de no mínimo dois técnicos de nível superior para atender e executar exclusivamente o Serviço, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no SUAS e na Lei 12.594/2012 do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Ao final do segundo semestre de 2013, foram elaborados o Regimento Interno, tendo como missão: “Acolher o adolescente, proporcionando atendimento integral, zelando por seus aspectos físicos, psicológicos e sociais, fortalecendo-o para o convívio familiar e comunitário”, e o Projeto Político Pedagógico do Serviço. Estes documentos foram aprovados, em 2014, pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Ainda prevendo as orientações do SINASE, em 2014, São Bento do Sul elaborou o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Uma comissão Inter setorial foi formada e se reuniu para em conjunto elaborar um plano decenal para atender a demanda de adolescentes autores de atos infracionais. Podemos dizer que a partir de então alguns questionamentos nos inquietaram e nos motivaram a realizar uma pesquisa em relação ao perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no município de São Bento do Sul. Para isto, com autorização da equipe técnica do Serviço, realizamos uma pesquisa documental

nos dados constantes nos Planos Individuais de Atendimento – PIA's, dos Adolescentes. A comparação foi feita entre os anos de 2014 e 2015, também traremos algumas informações referente ao ano de 2013, considerando ser o ano em que de fato se efetivou a execução do Serviço, sendo possível, desde então, apontar, quem, quantos, quais são os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no município de São Bento do Sul – SC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Doutrina de proteção integral

Para compreendermos melhor o tema abordado não podemos deixar de mencionar que as discussões relacionadas a proteção integral das crianças e adolescentes já vem sendo debatidas mundialmente há mais de 90 anos. Conforme André Viana nos traz em sua tese: *A Exploração do Trabalho Infantil Doméstico no Brasil Contemporâneo: Limites e Perspectivas para sua Erradicação*; que:

A Doutrina da Proteção Integral teve seus primeiros indícios na Declaração de Genebra, de 26 de setembro de 1924, quando a Assembleia da Sociedade das Nações adotou uma Resolução com base na proposta do Conselho da União Internacional de Proteção à Infância, a Save the Children Internacional Union, organização não-governamental, reconhecendo pela primeira vez em um documento internacional, os direitos da criança (BRASIL, 2006, apud Viana).

Mas, não era o bastante, pois apesar de ter caráter universal não abrangia as crianças órfãs ou abandonadas, tendo estas que serem institucionalizadas. A mudança só ocorre em 10 de dezembro de 1948 com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos na Assembleia Geral das Nações Unidas, as discussões foram tomando novos rumos e em 20 de novembro de 1959 a Declaração de 1948 foi editada e em seu conteúdo agora traz, o primeiro conjunto de valores da Doutrina da Proteção Integral:

A Doutrina da Proteção Integral, segundo a Declaração de 1959, é constituída por dez princípios elementares e fundamentais reconhecidos para todas as crianças, envolvendo: o reconhecimento de direitos sem distinção ou discriminação; a proteção especial; a identidade e nacionalidade; a proteção à saúde, à maternidade, à alimentação, à habitação, à recreação e à assistência médica; ao tratamento e aos cuidados especiais à criança incapacitada; ao desenvolvimento sadio e harmonioso com amor e compreensão com a proteção da família, da sociedade e das autoridades públicas; à educação; ao melhor interesse da criança; a primazia de socorro e proteção; a proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração e, por fim, a proteção contra atos de discriminações raciais, religiosas ou de qualquer outra natureza (CUSTÓDIO, 2006).

Ainda na tese de Custódio:

A Declaração Universal dos Direitos da Criança afirma os direitos humanos, com base no princípio da dignidade e o valor do ser humano, visando atingir melhores condições de vida para a população infantil, mediante o exercício de direitos e liberdades, protegidos contra qualquer espécie de discriminação, reconhecendo a condição peculiar de pessoa em processo de desenvolvimento, que necessita de cuidados e

direitos especiais, antes e depois do nascimento, visando o bem-estar da criança, a quem a humanidade deve o melhor de seus esforços (CUSTÓDIO, 2006).

Corroborando com o tema Veronese em seu artigo: A Proteção Integral da criança e do adolescente no direito brasileiro, explica que se: “Acentua o fato de que as crianças, tendo em vista a sua vulnerabilidade, necessitam de cuidados e proteção especiais e enfatiza a importância da família, para que a criança desenvolva sua personalidade, num ambiente de felicidade, amor e compreensão”.

As lutas travadas pelo mundo em favor das crianças e dos adolescentes geraram bons frutos. A atual Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 227, caput: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Assim como pela constituição da República Federativa do Brasil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, designa um sistema em que crianças e adolescentes, até 18 (dezoito) anos de idade, são considerados titulares de interesses subordinados, frente à família, à sociedade e ao Estado.

Assim, como mostra (Costa, 1992)

[...] afirma o valor intrínseco da criança como ser humano: a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento: o valor prospectivo da infância e da juventude como portadora da continuidade do seu povo e da espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade. O que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para promoção e defesa de seus direitos.

Com base nestas informações teremos melhores condições de abordar o nosso próximo tema, que é o adolescente e o ato infracional.

2.2 O adolescente e o ato infracional

Explanaremos a respeito dos principais conceitos relacionados aos adolescentes autores de atos infracionais, começando pela denominação dos atores deste trabalho, utilizando-se de (Volpi 1999), em seu livro “O adolescente e o ato infracional” sugere que os adolescentes que tenham cometido algum ato infracional não sejam “apelidados”, pois “a prática do ato infracional não é incorporada como inerente à sua identidade, mas vista como uma circunstância de vida que pode ser modificada”, portanto não convém denominá-los de qualquer nome pejorativo que ouvimos na mídia, ou lemos nas redes sociais e sim de adolescente autor de ato infracional ou reeducando, independentemente de sua origem, raça ou posição social.

O Ato Infracional, segundo o art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é a conduta descrita em lei como crime ou contravenção penal, quando praticado por adolescente. A Conceituação legal dessa conduta, excluindo-a de sua configuração como sendo crime ou contravenção, decorre do reconhecimento do ECA de que o adolescente é inimputável, isto é, sua conduta, mesmo quando corresponda à tipificação do Código Penal, não se

caracteriza como tal. Isto porque o crime ou contravenção somente se configuram quando, além da conduta objetiva neles descrita, o agente evidencia, subjetivamente, ter pleno discernimento das consequências sociais de seus atos. Os fundamentos do ECA consistem em que o ser humano em regra, até os 18 anos de idade, não tem, ainda, esse discernimento completo, porque não lhes atribui direitos e não se lhes exige deveres próprios dos adultos. Por esta razão que não se pode em decorrência de um ato infracional, também não podem serem tratados como adultos. Isso não significa que excepcionalmente, um adolescente não o possa ser; mas isto não justifica a generalização dessa situação particular, como fazem os que defendem a criminalização da maioria dos adolescentes.

As Medidas socioeducativas são medidas aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Configuram-se respostas às práticas de delitos, porém apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo.

Os adolescentes na faixa etária entre 12 e 18 anos, ou ainda, excepcionalmente, jovens com até 21 anos incompletos, que praticarem um ato infracional podem ter uma medida socioeducativa aplicada pelo Juiz da Infância e da Juventude, que é o competente para proferir sentenças socioeducativas, após análise da capacidade do adolescente de cumprir a medida, das circunstâncias do fato e da gravidade da infração. As medidas previstas no Estatuto da Criança e Adolescente são:

Advertência: repreensão judicial, com o objetivo de sensibilizar e esclarecer o adolescente sobre as consequências de uma reincidência infracional.

Obrigação de Reparar o Dano: ressarcimento por parte do adolescente do dano ou prejuízo econômico causado à vítima.

Prestação de Serviços à Comunidade: realização de tarefas gratuitas e de interesse comunitário por parte do adolescente em conflito com a lei, durante período máximo de seis meses e oito horas semanais. Os serviços a serem prestados devem ser de relevância comunitária, estimulando nos adolescentes sentimentos de responsabilidade e valorização da vida social e comunitária. O trabalho deve ser gratuito, porém, a medida tem que causar reflexão por parte do adolescente autor de ato infracional, não devendo caracterizar uma relação de emprego.

Liberdade Assistida: acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente em conflito com a lei por equipes multidisciplinares, por período mínimo de seis meses, objetivando oferecer atendimento nas diversas áreas das políticas públicas, como saúde, educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização, com vistas à sua promoção social e de sua família, bem como inserção no mercado de trabalho. Apropriada para os casos residuais nos quais uma medida mais branda possa resultar ineficaz, em que o adolescente encaminhado receberá acompanhamento e orientação durante um período mínimo de seis meses com a possibilidade de ser renovada ou substituída por outra medida (Artigo 118 do ECA). A medida visa o auxiliar o adolescente a refletir sobre a transgressão cometida e a reelaborar de um novo projeto de vida.

Semiliberdade: vinculação do adolescente a unidades especializadas, com restrição da sua liberdade, possibilitada a realização de atividades externas, sendo obrigatórias a escolarização e a profissionalização. O jovem poderá permanecer com a família aos finais de semana, desde que autorizado pela coordenação da Unidade de Semiliberdade.

Internação: medida socioeducativa privativa da liberdade, adotada pela autoridade judiciária quando o ato infracional praticado pelo adolescente se enquadrar nas situações previstas no art. 122, incisos I, II e III, do ECA. A internação está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A internação pode ocorrer em caráter provisório e estrito.

Importante dizer que o objetivo da aplicação das medidas socioeducativas, não é a punição, mas a efetivação de meios para reeducá-los, fortalecendo o trabalho psicossocial no cumprimento da medida.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste artigo, foi necessário ter acesso aos Planos Individuais de Atendimento – PIA. Conforme artigo 52 da lei do SINASE, o cumprimento das medidas socioeducativas dependerá do PIA, pois “este é um instrumento de previsão, registro gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente”. A responsabilidade da elaboração deste documento, cabe a equipe técnica do Serviço com a participação efetiva do adolescente e de seus pais ou responsáveis que tem a obrigação de contribuir com o processo ressocializador do adolescente. A pesquisa documental se deu em fevereiro de 2016 e para ter acesso a estes documentos, tivemos autorização da equipe técnica do Serviço Municipal. Foram analisados 91 PIA's do ano de 2014 e 90 PIA's de 2015, números totais de adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto nesses períodos em São Bento do Sul. Cabe ressaltar que 100% dos adolescentes inscritos no Serviço tem PIA.

Optamos pela pesquisa documental pois nesta forma de pesquisa não exige contato com os sujeitos da pesquisa, que neste nosso caso são os adolescentes que cometeram algum ato infracional, conforme GIL (2002, p. 46), na sua obra considera que: “[...] na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas”.

Outra razão pela qual escolhemos este tipo de pesquisa é porque ela,

Apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte reais e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (GIL, 2002, p. 46).

Sendo assim, através desta pesquisa, conseguimos fazer o levantamento dos dados mais relevantes relacionados aos adolescentes, como: Faixa etária, sexo, escolaridade, ato infracional cometido, uso abusivo de drogas lícitas ou ilícitas, renda entre outros que abordaremos a seguir.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Serviço de Proteção ao Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de PSC e LA de São Bento do Sul atualmente conta com o trabalho de três profissionais

concuradas, uma Assistente Social, uma Pedagoga e uma Psicóloga, esta equipe técnica atua exclusivamente no Serviço, também conta com uma coordenadora efetiva, formada em Serviço Social e de um advogado. O Serviço foi implantado em meados de 2013 e desde então foram realizadas três capacitações para os orientadores socioeducativos, que são os colaboradores dos locais de prestação de serviços a comunidade que estarão incumbidas de acompanhar qualitativamente o cumprimento da medida do adolescente. Estas capacitações são fundamentais para a evolução e aperfeiçoamento de práticas sociais ainda muito marcadas por condutas assistencialistas, repressoras e preconceituosas.

Atualmente o Serviço tem cadastrado como entidades parceiras, que recebem os adolescentes para a prestação de serviço à comunidade, o SAMAE, o Museu Municipal, as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social e a Empresa de Habitação – EMHAB. Os esforços são contínuos para que mais entidades se cadastrem e mais orientadores socioeducativos aceitem acompanhar o cumprimento da medida socioeducativa de PSC dos adolescentes.

Em meados de setembro de 2015 a coordenação do Serviço realizou uma reunião onde estiveram presentes os Secretários de todas as Secretarias Municipais, com a participação do prefeito de São Bento do Sul, para expor a importância e a necessidade de que toda a prefeitura esteja engajada e se responsabilize com essa demanda da sociedade.

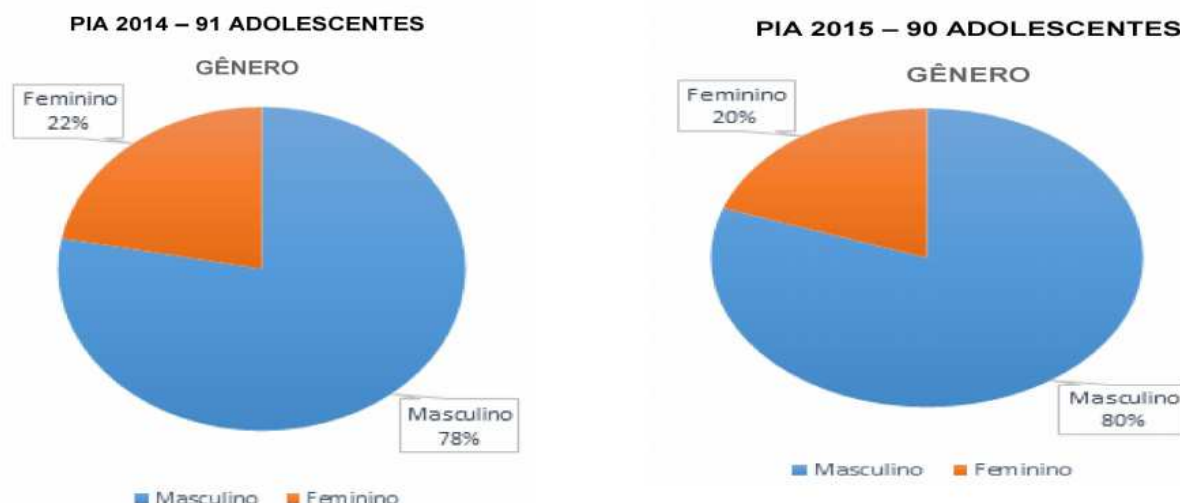
Abaixo apresentaremos em gráficos levantamento de alguns dados relacionados a realidade do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Os dados são dos anos de 2014 e 2015.

Podemos perceber que quase nada mudou de um ano para o outro. Começando pelo número total de adolescentes cadastrados no Serviço, em 2014 eram 91 e em 2015 eram 90 adolescentes.

Em 2014 o número de adolescentes do gênero feminino era maior em comparativo com o ano seguinte, mas a predominância é a do gênero masculino, acima de 75% nos dois anos. Isso ocorre devido a fatores relacionados à educação, cultura e o papel que homens e mulheres desempenham na sociedade.

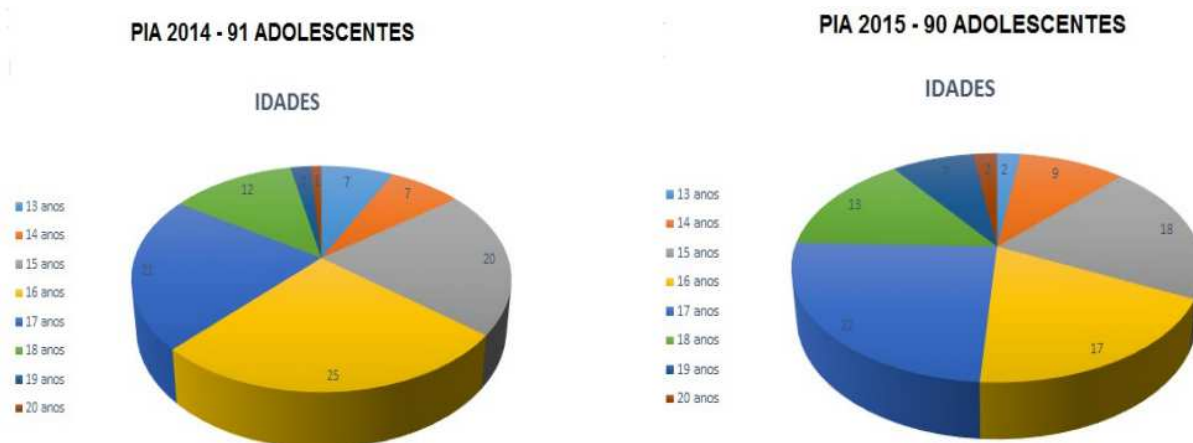
Historicamente foi reservada para as mulheres a preocupação com a vida privada, enquanto para os homens, as atividades do espaço público. O ser homem é um conceito que se organiza nas diversas sociedades, junto a essa organização, surgem gestual, recursos e atividades específicas que promovem as possibilidades diferenciadas de desenvolvimento e a expressão de identidades (MARTINS, 2012).

Como uma das consequências podem ser identificadas nos gráficos abaixo, onde os meninos se envolvem mais com atos infracionais do que as meninas.



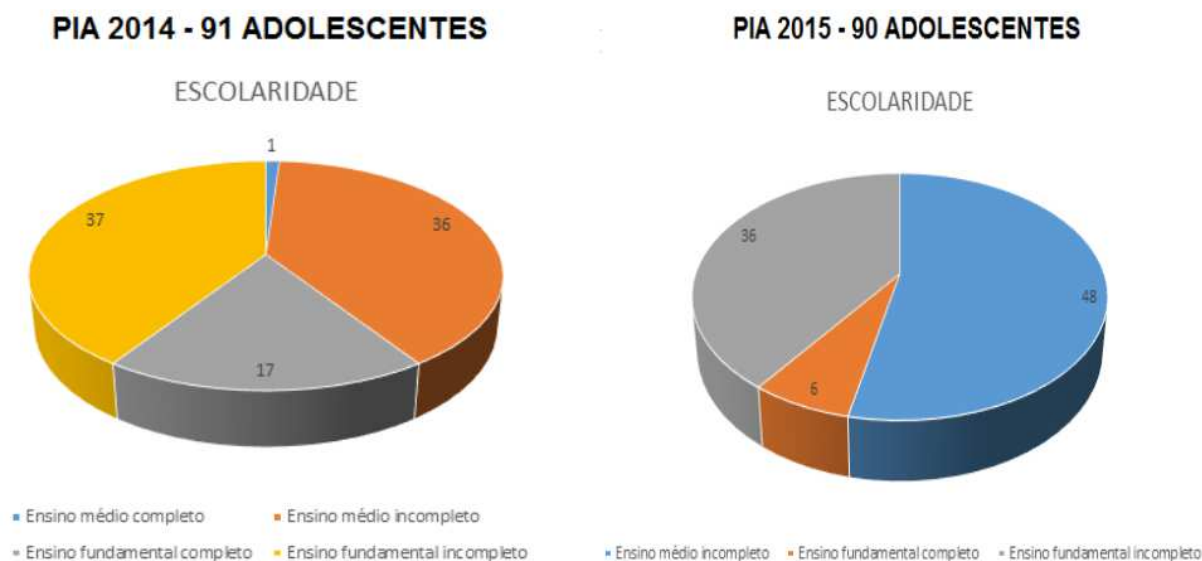
Fonte: CREAS São Bento do Sul

Os dados apresentados no próximo gráfico demonstram uma situação importante, a idade na qual os adolescentes mais infracionam está na faixa que vai dos 16 aos 17 anos. Dado importantíssimo para a elaboração de políticas públicas que visem a prevenção das situações de risco. Não nos esqueçamos da importância de tal momento do desenvolvimento, uma vez que traz em si a passagem clara da adolescência para a vida adulta, marcada pela proximidade da maioridade civil. Esta constatação leva a reflexão dos possíveis motivos da concentração nesta faixa etária. A evasão escolar, a falta de perspectiva futura e a dificuldade de colocação no mercado de trabalho são fatores que predisõem a prática de atos infracionais.



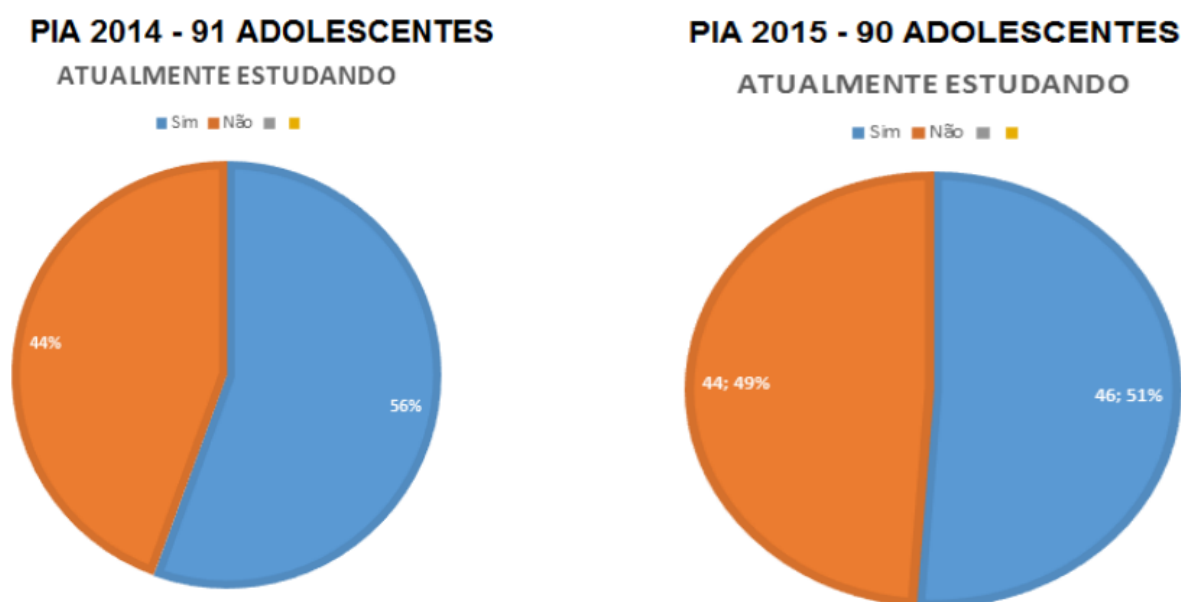
Fonte: CREAS São Bento do Sul

Um percentual considerável 45% de adolescentes evadem já nas séries do primeiro grau, demonstrando que há necessidade de investigar e intervir nisto pois somente um adolescente em 2014 completou o ensino médio, enquanto a grande maioria não conclui o mesmo. Essa realidade é de extrema gravidade e que, somada a outros fatores, compromete expressivamente o futuro desses adolescentes, inclusive expondo-os a situação de risco, entre elas, a prática do ato infracional, como se pode observar abaixo.



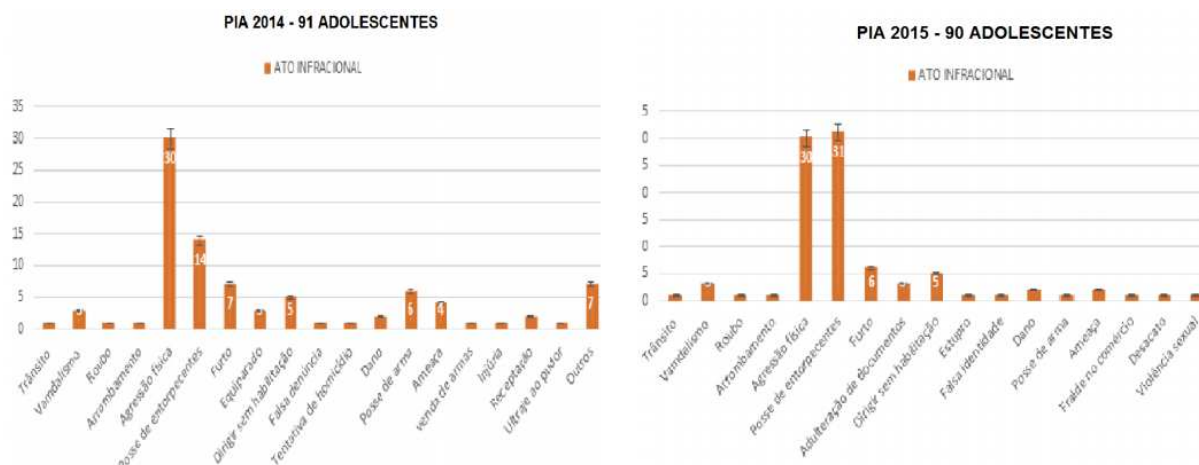
Fonte: CREAS São Bento do Sul

Ainda comprovando as estatísticas podemos perceber que nos dois anos pesquisados o número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que estão fora da escola, chega quase a metade do total.



Fonte: CREAS São Bento do Sul

A agressão física aparece como o ato infracional mais praticado 32% tanto em 2014 como em 2015, em seguida aparece o envolvimento com drogas, deixando evidente que o censo comum acerta ao apontar o tráfico como um dos delitos mais praticado pelos adolescentes. Em 2014 este vem em segundo lugar com 16%, mas em 2015 esse número aumentou em quase cem por cento, atingindo neste ano 31% dos atos infracionais.

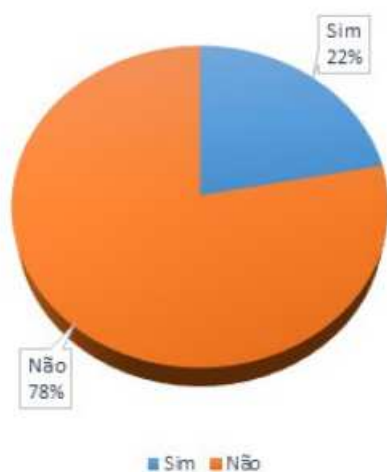


Fonte: CREAS São Bento do Sul

O aumento dos atos infracionais por motivo de posse ou tráfico de drogas também teve reflexo no aumento do consumo de drogas ilícitas, 39% dos adolescentes atendidos em 2015, relataram usar drogas ilícitas e em comparação com 2014, 21%. Como podemos constatar nos gráficos abaixo.

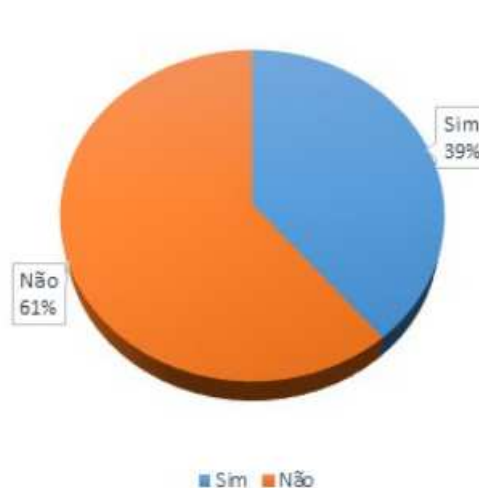
PIA 2014 - 91 ADOLESCENTES

USO DE DROGAS ILÍCITAS



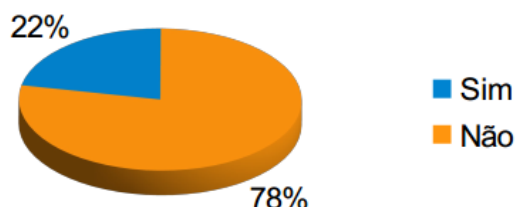
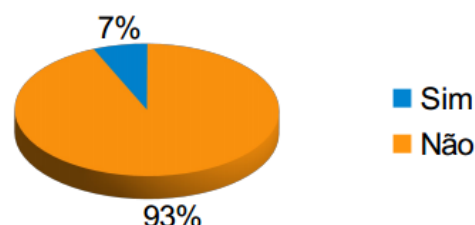
PIA 2015 - 90 ADOLESCENTES

USO DE DROGAS ILÍCITAS



Fonte: CREAS São Bento do Sul

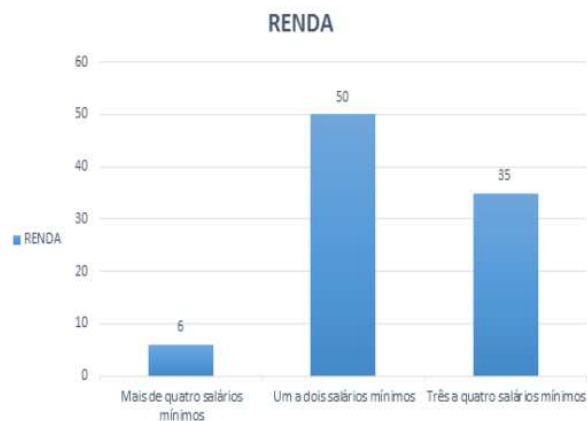
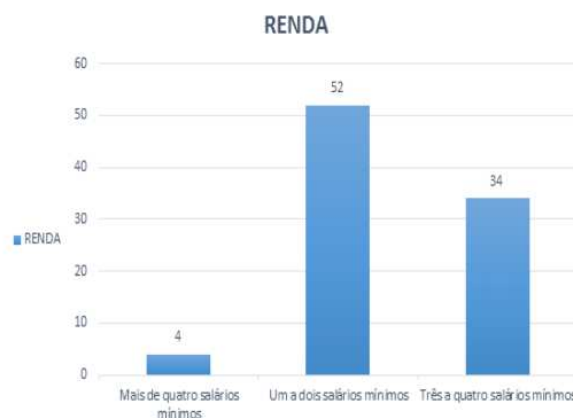
A considerável diminuição de reincidência de 2014 para 2015 sugere que a implantação do Serviço de Proteção ao Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativa vem realizando as orientações corretas aos adolescentes que cometem atos infracionais tendo em vista que apenas 7% dos adolescentes reincidiram em 2015 e em 2014 eram 22% que reincidiram.

**PIA 2014 - 91 ADOLESCENTES
REICIDÊNCIA****PIA 2015 - 90 ADOLESCENTES
REICIDÊNCIA**

57

Fonte: CREAS São Bento do Sul

Em sua maioria os adolescentes são oriundos de classes sociais com menor poder aquisitivo: 41% das famílias em 2014 sobreviviam com renda entre um e dois salários-mínimos e esse percentual aumenta para 60% das famílias em 2015 contando assim, com poucas condições de acesso aos bens de consumo ou até mesmo a políticas sociais básicas como: habitação, educação, entre outras. Podemos constatar que esse é um dos fatores que colaboram para aumentar a vulnerabilidade dos adolescentes diante de propostas de ganho de dinheiro fácil, como o tráfico de drogas.

PIA 2014 - 91 ADOLESCENTES**PIA 2015 - 90 ADOLESCENTES**

Fonte: CREAS São Bento do Sul

5 CONCLUSÕES

O presente artigo levantou alguns dados sociais de relevância indiscutível ao acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no município de São Bento do Sul – SC, com o intuito de indicar onde se encontram os principais obstáculos na execução do Serviço, afinal, é dever do Estado, família e sociedade de modo geral garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

São Bento do Sul, com aproximadamente oitenta mil habitantes e desde 2014, como vimos acima, tem cadastrado no Serviço, em média, noventa adolescentes, número este que conforme informações da Secretaria de Estado de Assistência Social de Santa Catarina é equivalente a outros municípios com o mesmo porte e mesmo número de habitantes.

Nota-se que os resultados da pesquisa apoiam outras pesquisas brasileiras no que se refere à predominância do gênero masculino, idade entre 16 e 17, serem de famílias, em sua maioria, como uma renda familiar que não condiciona os seus integrantes obterem os “mínimos sociais” para sobrevivência, e o aumento do envolvimento com o tráfico e/ou uso de drogas ilícitas. Resultando na questão infracional, não pela incompetência familiar, como afirma o senso comum, mas pelas dificuldades enfrentadas pelas famílias e adolescentes para superarem sem as devidas intervenções e atuações as consequências da desigualdade social no cenário mundial, mas com especificidades no Brasil.

Outro aspecto relevante e que aponta para uma fragilidade é a questão da evasão escolar de um grande número de adolescentes, identificamos que o grau de instrução dos adolescentes é predominante no Ensino Fundamental incompleto.

Como vimos na matéria de (Alves 2010),

Na escola circulam as mesmas representações sociais da sociedade sobre o adolescente autor de ato infracional: medo, indiferença, dó, compaixão e hostilidade; há uma forte tendência de reforçar preconceitos e comparações entre o padrão de comportamento do aluno desejado, tido como “normal”, e do aluno “problema”. Diante deste contexto, o adolescente autor de ato infracional se apresenta à escola como um desafio e, em alguns casos, como um “problema”, chegando a situações extremas de o aluno só ser aceito sob determinação judicial, por mais contraditória que a situação possa parecer. (ALVES, 2010)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aposta no aprendizado a partir do erro para recuperar jovens autores de atos infracionais que cresceram, muitas vezes, sujeitos ao abandono e à exclusão, porém, para restituir direitos e oferecer oportunidades reais é preciso criar uma estrutura que garanta o efetivo acesso à educação.

Conforme (Costa, 2004), as medidas socioeducativas visam educar o adolescente para o convívio social, por isso o nome socioeducativo. Educar para o convívio social é educar o adolescente para o exercício da cidadania, ou seja, temos uma relação direta das medidas socioeducativas com o direito à educação e com a escola, que é a instituição que potencialmente, concretiza e expressa o direito à educação.

Construir este artigo nos possibilitou elencar dificuldades e desafios para efetivar a política de Assistência Social, neste caso, em relação as Medidas Socioeducativas em nosso município. É importante ressaltar que a destinação de equipe específica para atendimento deste serviço é um avanço no município, porém ainda há muito o que se fazer pois ainda encontramos dificuldades na construção de uma rede articulada e fortalecida para efetivar a garantia de direitos a proteção integral.

Embora nos últimos anos o município tenha realizado capacitações com profissionais renomados na área da adolescência, no que tange as medidas socioeducativas em Meio Aberto, percebemos ainda que o acompanhamento desse jovem é marcado por um aspecto punitivo, o

que compromete o cumprimento da medida. Para combater tal visão, os cursos de capacitação são essenciais para tal, já que a capacitação continuada é essencial para o aperfeiçoamento do trabalho dos técnicos e socioeducadores. (SEQUEIRA, 2009). Assim, segundo o SINASE, os programas que executam as medidas Socioeducativas deverão proporcionar capacitação continuada sobre o tema criança e adolescente, sendo função do setor de recursos humanos oferecer tais cursos para a equipe que realizará os atendimentos.

Ainda seguindo no mesmo pensamento, desde 2006 o SINASE padroniza os procedimentos e Serviços que envolvem adolescentes autores de atos infracionais e uma das orientações é sobre a composição do quadro de pessoal no atendimento socioeducativo, é necessário que o profissional tenha tempo para prestar atenção no adolescente e que ele tenha um grupo reduzido destes sob sua responsabilidade. Desta forma, na execução das medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida, a equipe mínima deve ser composta por um técnico para cada vinte adolescentes. Hoje no município temos três técnicos atuando exclusivamente neste Serviço, uma Assistente Social, uma Pedagoga e uma Psicóloga que, como vimos estão atendendo mais de noventa adolescentes, sendo que o número ideal seriam sessenta adolescentes, sendo assim, a equipe está defasada, o que dificulta a execução do Serviço no que tange o encaminhamento e acompanhamento dos adolescentes em seus locais de cumprimento das medidas.

O ECA atribui a criança e ao adolescente direitos com absoluta prioridade, garantias de proteção e respeito à sua condição peculiar de desenvolvimento, e o principal, institui-os alvos de uma Doutrina de Proteção Integral formando um Sistema de Garantias de Direitos - SGD para o bom funcionamento e articulação de todos os dispositivos e mecanismos na promoção, prevenção e defesa de seus direitos. Apesar de todas essas conquistas, verifica-se que o adolescente autor de ato infracional ainda passa por muitos preconceitos. A sociedade civil e até mesmo as instituições parceiras no atendimento em meio aberto reproduzem preconceitos acerca desses jovens, pois apesar de o Serviço promover várias ações voltadas para a captação de mais entidades parceiras para a execução da medida socioeducativa de PSC, um exemplo disto, foi a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, no qual envolvemos todas as Secretarias Municipais e SGD e não vimos avanços significativos neste processo no município, haja visto que nos anos pesquisados, apenas três são os locais onde os adolescentes podem efetivamente cumprir esta medida.

A pesquisa também constatou que o processo de parceria entre entidades que recebem os adolescentes para cumprimento de medida de PSC e o Serviço ainda precisa de aperfeiçoamento no que tange ao cumprimento do acordo firmado por ambas as partes, para que o adolescente não esteja sujeito, somente, às vontades das instituições.

Acreditamos que o desafio maior é fortalecer e se reapropriar dos espaços já conquistados e avançar sobre os que ainda necessitam ser conquistados através da efetivação das políticas públicas. Isto implica na provocação dos líderes comunitários, das associações de moradores, dos movimentos locais, e na valorização da identidade local e cultural como fonte expressiva de acolhimento ao adolescente autor de ato infracional no intuito de incentivar a superação da questão infracional, dos direitos violados, e na construção de sua própria identidade, etc, para que enfim, crianças e adolescentes possam usufruir conscientemente de sua condição peculiar em desenvolvimento como sujeito de direito.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Vanessa. O adolescente sob medida socioeducativa em meio aberto. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**. 2010, p. 23-35.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**: disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. – 6. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2006. MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed. 2003.

CONANDA & SEDH. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília: CONANDA, 2006.

COSTA, Antônio Carlos Gomes dá. **Natureza e implantação do novo Direito da Criança e do Adolescente**. In: PEREIRA, Tânia da Silva (coord.). Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90: estudo sociojurídico. Rio de Janeiro, 1992.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Por uma Política Nacional de execução das Medidas Socioeducativas**: Conceitos e Princípios Norteadores – Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004, p. 06.

CUSTÓDIO, André Viana. **A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil Contemporâneo**: limites e perspectivas para sua erradicação. 2006. 120 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002

MARTINS, Vinício Araújo. **Medidas Socioeducativas na perspectiva de gênero**: A predominância masculina nos serviços de medidas socioeducativas do vale do aço. 2012. 17 p. Monografia para conclusão de pós-graduação. Universidade Federal de Ouro Preto.

SEQUEIRA, V. C. et al. **Medidas Socieducativas: experiências significativas** in BOGGIO, Paulo Sérgio; CAMAPANHÃ, C. (Org.), Família, Gênero e Inclusão Social, São Paulo: Mennon, 2009, 120-133.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. Volume 3.

VERONESE, Josiane Rose Petry. A proteção integral da criança e do adolescente no direito brasileiro. **Revista TST**, Brasília, volume 79, n. 1, jan/março 2013.

VOLPI, Mário. (Org.) **O adolescente e o ato infracional**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NA PROMOÇÃO E NA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

61

Josiane Gonzaga dos Santos, Janice Merigo,

Marco Antônio Murara¹

Centro Universitário - Católica de Santa Catarina

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar como o Assistente Social e o Psicólogo do PAIF percebem a promoção e a integração ao mercado de trabalho, preconizada na LOA – Lei Orgânica de Assistência Social. Identifica ainda como a temática “mundo do trabalho” é abordada junto aos usuários do PAIF e quais as vulnerabilidades sociais apontadas por esses sujeitos de direitos. O estudo foi realizado através da aplicação de questionário junto aos profissionais supracitados dos Centro de Referência de Assistência Social da cidade de Jaraguá do Sul – CRAS.

Palavras-chave: inclusão produtiva; assistência social; intervenção psicossocial; PAIF e ACESSUAS

THE INTERVENTION PSYCHOSOCIAL IN THE PROMOTION AND IN THE INTEGRATION TO THE LABOR MARKET, THROUGH THE PROGRAM OF INTEGRAL ATTENTION TO THE FAMILY - PAIF

Abstract: The present article aims to analyse like the Social worker and the Psychologist of the PAIF they realize the promotion and the integration to the labor market, indicated in the Organic Law of Social work (LOA). It aims to identify also like the “world of the work” it is boarded near the users of the PAIF and what the social vulnerabilities pointed by these subjects. The study was carried out through the application of a questionnaire near the professionals of the Centre of Reference of Social work of the city of Jaraguá do Sul – CRAS.

Keywords: productive inclusion; social work; intervention psychosocial; PAIF and ACESSUAS

1 E-mail: murara@catolicasc.org.br

Recebido em 20.03.2017 – Publicado em 04.07.2017

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o Governo Federal pensou o enfrentamento a pobreza através do Plano Brasil Sem Miséria que tem a finalidade de superar a situação da extrema pobreza, melhorando as condições de vida dos brasileiros. Este plano para atingir os objetivos possui três eixos: a garantia de renda, acessado pelos usuários através do Programa Bolsa Família², acesso a serviços públicos, (acesso em outras políticas públicas como saúde, educação, saneamento e outros) e a inclusão produtiva, no sentido de aumentar as oportunidades de trabalho e geração de renda das famílias. (BRASIL, 2013)

Neste sentido, pensar o terceiro eixo inclusão produtiva, do plano de Governo, é considerar que uma sociedade se estrutura através das relações do mundo do trabalho, e assim a existência enquanto ser humano se concretiza. São as condições do trabalho que o indivíduo consegue se relacionar, elaborar novas tecnologias, aprender, produzir seus talentos e principalmente garantir sua sobrevivência, “vendendo” sua força de trabalho pela moeda salário, sua renda.

Por isso, discorrer sobre inserção no mercado de trabalho é ir além da obtenção de renda, é perceber as interfaces que estão intrínsecas neste contexto antagônico de inclusão produtiva. Behring e Santos (2009) apontam que a consolidação da classe burguesa acontece, mais fortemente, com o período da revolução industrial. Uma sociedade de ideologia capitalista, geradora de desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas.

Desta forma, o trabalho que transfere renda, “gera valor” ao indivíduo, faz o trabalhador sentir-se “pertencente” ao processo de lucratividade, produzindo mais com menos, este nem percebendo o quanto está exposto às expressões da questão social como: locais insalubres de atividade laborativa, longas jornadas de trabalho, baixos salários e uma série de outros direitos inviolados. (ANTUNES, 2002).

É neste contexto de extremas diferenças entre a classe trabalhadora e a classe burguesa que as múltiplas expressões da questão social se apresentam, por meio do trabalho informal, do analfabetismo, da violência, entre outros. Por isso, a importância do Assistente Social estudar e conhecer as demandas expostas pela inclusão produtiva no Brasil e principalmente no território de intervenção.

Neste sentido, se pensar o direito à renda como garantia de direitos sociais, uma vez que definido na Constituição Federal de 1998 de que, dentre os objetivos da assistência social está “a promoção da integração ao mercado de trabalho” (Art. 203, inciso III), posteriormente regulamentada pela LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, nos cabe despertar uma

² O Programa Bolsa Família: é programa de transferência de renda que atende famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Sendo que a família deve ter renda percapta de até R\$ 140,00 por pessoa e fazer o acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde. Este acesso ocorre mediante o cadastro único. (BRASIL, [2015])

consciência crítica e reflexiva de como se traduzirá esta atuação no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Pautando-se nas indagações postas por (Souza 2000) sobre Assistência Social e Inclusão Produtiva estamos distantes da promoção ao mercado trabalho, do fomento ao cooperativismo e da transferência de renda digna para subsistência das famílias.

Esta fragilização dos Programas de Garantia de Renda e de Inclusão Produtiva acontece porque o perfil do usuário da Política de Assistência Social, frequentemente, apresenta diversas vulnerabilidades sociais como a falta de alfabetização, falta de discernimento dos seus direitos, a precarização na garantia de acessos a outras políticas públicas de habitação, saneamento e educação.

Diante de tantas demandas postas aos usuários para sobrevivência, como enquanto profissional de Serviço Social assegurar aos usuários a inclusão no mercado de trabalho formal, a consolidação de cooperativismo? Uma vez que pertencemos há um sistema de mercado que ao mesmo tempo que inclui, também promove a exclusão? Pois parte da população tem o acesso negado ao emprego devido as suas exigências de conhecimento, habilidades e competências para exercício de uma função!

Assim, pensar o direito à renda é transgredir na Política de Assistência Social, é buscar incessantemente a articulação com outras Políticas Públicas para execução de suas responsabilidades, no sentido de instrumentalizar os usuários para o alcance da inserção no mundo do trabalho.

2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E O PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)

Em 2004, com o ordenamento da Política de Assistência Social, torna-se de fato política pública regulamentada, sendo executada por meio da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, aprovada em 2005, e se estruturando cada vez mais de forma planejada. Se confirmando logo após um ano pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, e se materializando também em 2009 com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

Neste sentido, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais vem de forma delineada classificar todos os serviços prestados aos usuários do SUAS, na busca de garantir serviços, programas e projetos que se apresentam por meio de atendimento qualificado em todo o território Nacional. Organizando assim, os serviços por níveis de complexidade, ou seja, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Portanto, o objeto de pesquisa a ser investigado está contemplado nos Serviços de Proteção Social Básica que são compostos: Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Deste modo, de acordo com a Resolução 109, do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, de 11 de novembro de 2009, todos os serviços que compõe a Proteção Social

Básica mencionados anteriormente têm a primazia de garantir a Segurança de Acolhida, Segurança de Convívio Familiar e Comunitário e a Segurança de Desenvolvimento da Autonomia, centralizando na família, sempre respeitando a heterogeneidade dos diversos arranjos familiares que estes usuários possuem.

Portanto, a porta de entrada dos cidadãos para estes serviços, programas e projetos é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, fazendo-se necessário o usuário realizar o cadastro único - CadÚnico, ou seja, o registro das suas informações socioeconômicas como: dados pessoais, renda, habitacionais e familiares que possui, a fim, de receber os programas de transferência de renda como: Bolsa Família, BPC – Benefício de Prestação Continuada, redução na tarifa telefônica, energia elétrica e inclusão produtiva, neste último, denominado como Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS.

Cabe ressaltar, que o CadÚnico é realizado a todos usuários do SUAS, no entanto, o critério que define seu acesso a benefícios como: PBF, BPC, ACESSUAS e outros é a renda do grupo familiar que não exceder a três salários mínimos mensais.

Sendo assim, os serviços de Proteção Social Básica, segundo as orientações técnicas do ACESSUAS promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS (BRASIL, 2012), são aqueles que:

Potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos familiares e sociais, por meio da promoção do protagonismo e seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência e a socialização, bem como à promoção do acesso ao mundo do trabalho.

Então, como propiciar a população de extrema pobreza, que são cidadãos de direitos do SUAS, o acesso a garantia de renda e inclusão produtiva, como trabalhar está temática diante de tantas vulnerabilidades sociais que se apresentam para o mínimo de subsistência, como alimentação, moradia, educação, transporte e saneamento básico.

2.1 Oportunidades e Desafios da Inclusão Produtiva

Nesta perspectiva de potencializar os cidadãos de direitos a promoção e integração ao mercado de trabalho que o CNAS, estabeleceu a resolução nº 33/11³, e para atender esta demanda o CNAS também institui através da resolução nº 18/2012, o Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS.

O Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS/TRABALHO, tem por objetivo, promover a inclusão das pessoas do meio urbano e rural aos cursos de qualificação profissional e ações de promoção de inclusão produtiva.

Conforme mencionado anteriormente, a promoção e integração ao mundo do trabalho está fundamentada na LOA, e como estratégia de fomentar a qualificação profissional para a busca do emprego, o atual Governo Federal instituiu o ACESSUAS, para articular todas as

³ Define a promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos. (BRASIL, 2011).

questões que permeiam o trabalho e a renda, e estão intrínsecos na vida dos usuários da Assistência Social.

Assim, o público prioritário do ACESSUAS são cidadãos com idade entre 15 e 59 anos e que possuem o CadÚnico.

O ACESSUAS/TRABALHO para acontecer nos municípios se faz necessário o Secretário de Assistência Social realizar a pactuação junto ao Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, sendo que elegibilidade da pactuação será mediante a habilitação mínima do município na gestão básica do SUAS, tendo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social implantado e em funcionamento e com adesão de no mínimo 200 vagas nos cursos do PRONATEC – Programa Nacional Técnico e Emprego⁴.

A metodologia de trabalho do ACESSUAS está pautada em 05 eixos de atuação: mobilização, articulação, encaminhamento, monitoramento e acompanhamento, todo este processo poderá ocorrer juntamente com a comunidade local, e com as famílias que são atendidas pelo PAIF – Programa Atenção Integral à Família junto aos CRAS, aos beneficiários da Bolsa Família, beneficiários do BPC, jovens em cumprimento de medidas sócios educativos dos CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e aos usuários da Assistência Social que apresentam vulnerabilidades sociais.

O ACESSUAS/TRABALHO apresenta alguns desafios para o funcionamento de sua execução, uma vez que ainda não está tipificado como Serviço do SUAS e sim programa que recebe investimentos financeiros do Governo Federal. Desta forma, todo o repasse financeiro recebido poderá ser investido somente em material de custeio como: a estruturação da execução dos serviços, material de divulgação, banner, contratação de transporte para deslocamento de usuários, contratação temporária de equipe técnica, locação de computador, impressora, ar condicionado, aquisição de lanche de atividades entre outros.

A contratação da equipe de profissionais ocorre por meio do processo simplificado de trabalho, sendo que a cada 06 seis meses há a possibilidade de renovação do contrato, tendo o tempo máximo de vigência de 02 anos. Ao mesmo tempo em que o Programa oportuniza emprego, este também precariza a relação de trabalho diante deste formato de contratação, sendo que deveriam ser profissionais efetivos do quadro público (concursados). Pois a rotatividade da equipe de profissionais repercute na fragilização da formulação de vínculos com os usuários do Programa, uma vez que as ações são articuladas diretamente com famílias do PAIF, beneficiários do BPC e tantos outros.

Estes desafios, ou melhor dizer, estes agravos no financiamento do ACESSUAS/PRONATEC, demonstra a precarização da implantação da política de inclusão produtiva, visto que o atraso nos recursos reflete diretamente na vida de milhões de brasileiros, seja para os professores que compartilham seus conhecimentos, para os usuários/alunos que na tentativa de buscar a capacitação profissional poderão permanecer ou inserir-se no mercado de

⁴ Chamo atenção ainda para as Unidades Ofertantes que são parceiras diretas do ACESSUAS, pois é através dos Sistemas FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e através dos Institutos Federais que os cursos de qualificação profissional são ministrados, sendo que os recursos financeiros destas parcerias são advindos do MEC – Ministério da Educação para a contratação de professores, para o repasse do subsídio do vale transporte e vale alimentação aos usuários/alunos dos cursos. (BRASIL, 2013).

trabalho, para aqueles usuários que buscam a capacitação como forma de desenvolvimento cognitivo e convívio social, para emancipação de conhecimento técnico/científico e por último para os trabalhadores do ACESSUAS que acabam passando por “meros prometedores” de que logo haverá cursos.

Outro ponto importante que devemos ressaltar quando mencionamos sobre o Programa ACESSUAS é o critério de renda, pautado nas diretrizes do Cadúnico, a consideração de até 03 salários mínimos, pois se levarmos em conta a realidade do estado de Santa Catarina, podemos perceber que o perfil de renda salarial é outro, chegando R\$ 1.900,00 por apenas um membro do grupo familiar. Sendo que estas famílias também são vulneráveis economicamente para acessar curso de qualificação privado (pago).

Portanto, a Política de Inclusão Produtiva é uma questão transversal na qual perpassa por outras Políticas Públicas como a Educação, o Trabalho e Emprego precisando ser mais bem discutida e entendida, pois só a Política de Assistência Social não dará conta da demanda de capacitar e garantir trabalho.

Até porque, o mercado que inclui as pessoas, acaba excluindo, quando realiza o recrutamento e a seleção das vagas de emprego, sendo que o candidato que tiver melhor escolaridade, experiência técnica e capacitação profissional será o selecionado, considerando ainda, a conduta social e civil deste.

Outro ponto crítico, a ser considerada no financiamento do ACESSUAS é a condicionalidade adicional, ou seja, existe uma meta de inserção da pessoa com deficiência nos cursos de qualificação profissional que sejam beneficiárias do BPC. Cabe refletir, que para receber o BPC, o beneficiário tem de ser quase “inválido” para o exercício de atividade laboral e do convívio social, sem contar que a renda per capita do grupo familiar tem de ser de até ¼ do salário mínimo, condições miseráveis, tendo assim, uma meta “impossível” de atingir.

Sendo que garantir a inclusão da pessoa com deficiência nos cursos de qualificação profissional junto às Parceiras Ofertantes, é ocultar as oportunidades de acesso a inclusão da pessoa com deficiência, uma vez que ainda estas escolas não estão preparadas para receber este público, que vai desde a mobilidade, acessibilidade por meio das estruturas físicas até a didática pedagógica.

Cabe ressaltar, que este é apenas um Programa do Governo Federal para superação da “extrema pobreza”, mas também se faz necessário refletir como a equipe de referência do PAIF trabalha as questões da política de emprego e renda, programas e projetos de associativismo, de cooperativismo, de preparação para o trabalho e de orientações de jovens para escolha profissional.

Conhecer como estas temáticas são abordadas e de que forma elas se relacionam com o Programa ACESSUAS é o que buscamos investigar junto aos Psicólogos e os Assistentes Sociais do PAIF, do município de Jaraguá do Sul.

3 METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, pois fundamenta-se em um estudo exploratório sobre a temática acerca da promoção e integração ao

mundo do trabalho, buscando investigar como o tema trabalho e renda é abordado na intervenção profissional do Assistente Social e do Psicólogo que atuam no PAIF – Programa de Atenção Integral a Família, dos Centro de Referência de Assistência Social no município de Jaraguá do Sul – CRAS.

Sabe-se que a garantia do direito a renda está preconizada na Constituição Federal, mas compreender como este direito é assegurado aos cidadãos brasileiros, principalmente aqueles que são usuários do SUAS, ainda é um tema pouco explorado, diante de tantos desafios que são postos para Política de Assistência Social no Brasil.

Neste sentido, a pesquisa exploratória segundo (Gil, 2009), é recomendada com a finalidade de “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Para tanto utilizamos das seguintes metodologias de trabalho. Inicialmente uma busca bibliográfica a respeito do tema e posteriormente a elaboração do questionário de pesquisa contendo perguntas abertas e fechadas que visam apresentar fatos, crenças, atitudes e comportamentos de como ocorre a abordagem a respeito da inclusão produtiva.

Os questionários de pesquisa foram entregues pessoalmente aos coordenadores dos CRAS, sendo que ficariam responsáveis em repassar para o Assistente Social e Psicólogo do PAIF, expondo a importância desta pesquisa.

Cabe lembrar que o município de Jaraguá do Sul possui 05 Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, distribuídos de acordo com área de abrangência dos territórios. Para a devolutiva dos questionários foi determinado o prazo de entrega, sendo que a pesquisadora retornou aos locais para coletar os materiais.

O público alvo desta pesquisa foram 01 Assistente Social e 04 Psicólogos que demonstraram interesse e disponibilidade em contribuir com o estudo, lotados em 04 CRAS.

Ressaltamos que apenas um CRAS, infelizmente não concedeu nenhuma informação.

Para amostra de dados da pesquisa foram considerados os seguintes critérios: visão conjunta do Assistente Social e Psicólogo do PAIF sobre a promoção e integração ao mercado de trabalho em que atuam em cada CRAS, de acordo com a abrangência de seu território, no sentido de identificar as oportunidades e vulnerabilidades sociais sobre trabalho e renda expressas no município de Jaraguá do Sul.

A identidade dos profissionais pesquisados não será publicada. Sendo que utilizamos para menção da análise das informações, apenas a identificação das letras do alfabeto, apresentando os resultados da seguinte maneira: CRAS A, CRAS B, CRAS C e CRAS D.

A devolutiva deste estudo aos profissionais e aos CRAS envolvidos será através de meio eletrônico, sendo enviado por e-mail um exemplar do artigo de conclusão de curso de pós-graduação.

A análise dos dados coletados será através da categorização e da comparação dos resultados encontrados entre os profissionais de cada CRAS pesquisado, baseando-se a luz do referencial teórico descrito, apresentando os elementos aproximativos e de maior relevância

que a temática promoção e integração ao mercado de trabalho se apresenta aos usuários da Política de Assistência Social.

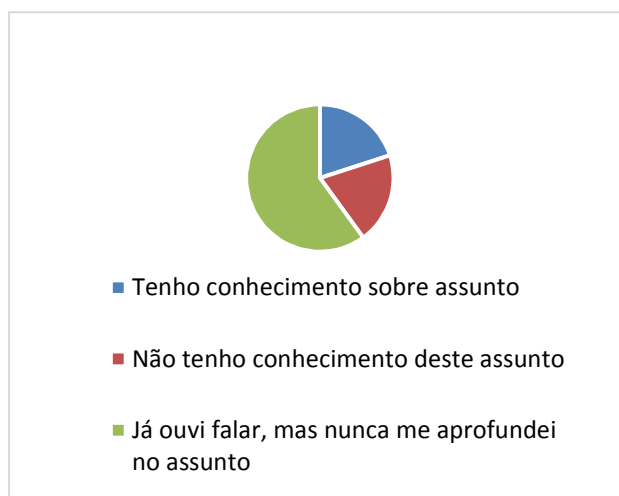
4 ANÁLISE E RESULTADOS DA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO AOS USUÁRIOS DO PAIF, NA PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

68

Para análise dos dados a que se refere o mundo do trabalho aos usuários e aos profissionais do SUAS, buscamos identificar tantos aspectos que impactam no cotidiano da intervenção psicossocial, conhecendo assim, qual a percepção destes profissionais a respeito da temática trabalho, e de que forma este assunto é abordado junto aos usuários do PAIF no CRAS. Apontando ainda, quais as vulnerabilidades sociais apresentadas pelos usuários neste contexto.

Nesta primeira parte buscamos elucidar qual o entendimento do Assistente Social e do Psicólogo do PAIF, visto que o trabalho é um direito preconizado na LOA.

Gráfico 01: Percepção do Assistente Social e Psicólogo/PAIF, sobre trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Conforme gráfico, podemos observar que 70% dos profissionais já ouviram falar do assunto, mas não buscaram estudar mais a respeito desta temática. Sendo que 15% não tem nenhum conhecimento e apenas 15% tem conhecimento pleno sobre a temática do mundo do trabalho.

Diante dos resultados apontados acima, o profissional do CRAS C, reconhece o trabalho como direito e apresenta como justificativa, a partir do seu entendimento, a seguinte descrição:

[...]é colocado como tal tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como também integra a Constituição Nacional. O trabalho, como modificador da relação homem versus natureza, se configura como parte da identidade do próprio ser humano. Na atual conjuntura social, o trabalho remunerado se coloca como um intermediador entre os indivíduos e o acesso a diversos bens que lhe garantam a

sobrevivência e a existência e, por isso, deve ser reconhecido como fundamental. Entretanto, ressalto que não falo única e exclusivamente do trabalho remunerado nessa compreensão do termo.

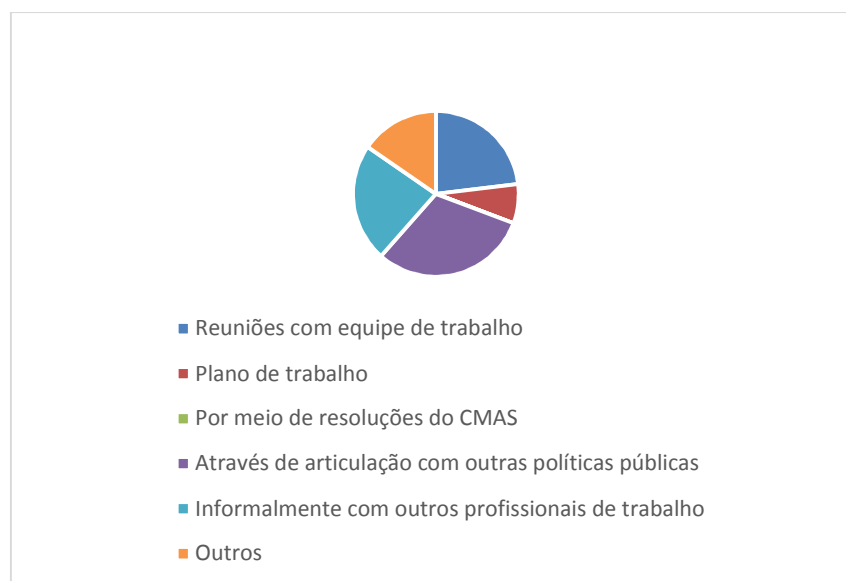
Já o profissional do CRAS C compreende o trabalho:

[...] não é um direito e sim algo que, quando exercido, acarreta o surgimento de série de direitos e deveres. Em si mesmo o trabalho é uma escolha, um dever e uma necessidade que decorre da obrigação básica e individual de cada ser humano ser responsável por sua própria sobrevivência, e, a sobrevivência, proteção manutenção daqueles os quais para quem temos obrigações e responsabilidades civis, familiares e aquelas advindas de contratos.

Podemos identificar através da descrição dos próprios trabalhadores do SUAS, o quanto o trabalho no sistema capitalista ainda está atrelado a sobrevivência, a lógica de mercado, a manutenção da vida. Esquecendo de olhar o trabalho na perspectiva de direito, assegurado na Constituição Federal e na Lei Orgânica de Assistência Social, devendo ter outros significados e formas de promover o tema trabalho nas políticas de assistência social.

Buscamos identificar como é fomentado a temática trabalho, no sentido de promoção e integração ao mercado de trabalho no espaço de intervenção da equipe psicossocial.

Gráfico 02: Metodologia utilizada na intervenção psicossocial



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

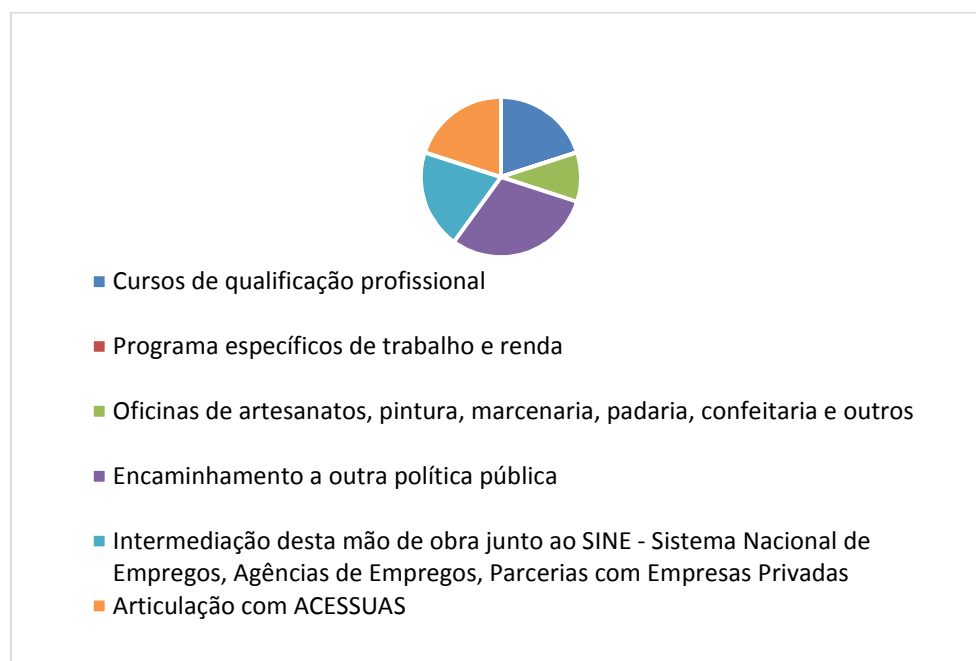
Para tanto, observamos que a metodologia mais utilizada é de 60% da articulação com outras políticas públicas, 15% através das reuniões equipe de trabalho e mesmo percentual se apresenta por meio da troca informal com outros profissionais que atuam na proteção social básica. Apenas 08% da temática mercado de trabalho é discutida por meio do plano de trabalho da equipe psicossocial. E 12% apontaram outros, na qual justificaram o seguinte:

Para CRAS A, a opção outros refere-se “as intervenções que ocorrem entre o ACESSUAS e o CRAS A, por meio de encaminhamentos dos usuários aos cursos de qualificação profissional e ao mercado de trabalho”.

Já para o CRAS B, esta mesma opção outros é compreendida como: “são realizados orientações, reflexões tanto individualmente quanto em grupos, sobre a importância da profissionalização, elaboração de currículos, entrevistas de emprego, etc.”

Observamos no gráfico que a atuação psicossocial ocorre nos CRAS do município de Jaraguá do Sul não de forma sistemática, a temática mundo do trabalho é abordada de acordo com as demandas que se apresentam em cada território. É plausível respeitar esta estratégia de intervenção profissional, se olhar apenas para abrangência territorial, mas os trabalhadores da proteção social básica, acabam fragilizando a ampliação de uma política pública mais consolidada em Jaraguá do Sul, no sentido de fomentar e padronizar serviços e programas que promovam a intermediação dos usuários do SUAS junto aos espaços de organizações de trabalho, sendo em empresas privadas, agências de empregos, associação comercial, desenvolvimento do cooperativismo e ao SINE.

Gráfico 03: Política de Assistência Social em Jaraguá do Sul e a garantia do direito trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Conforme apontado pelos Assistentes Sociais e Psicólogos do PAIF, evidenciamos que a inclusão produtiva é garantida através de 30% de encaminhamentos dos usuários do SUAS a outra política pública. Registro ainda, que 20% são ofertados cursos de qualificação profissional, tendo o mesmo percentual para direcionamento ao SINE e orientação para inserção dos cursos de qualificação no ACESSUAS e 10% admitidos em outras oficinas de artesanatos,

pintura, marcenaria, padaria e outros. Não sendo mencionado nenhum número para Programa Específico de Trabalho e Renda na proteção social básica de Jaraguá do Sul.

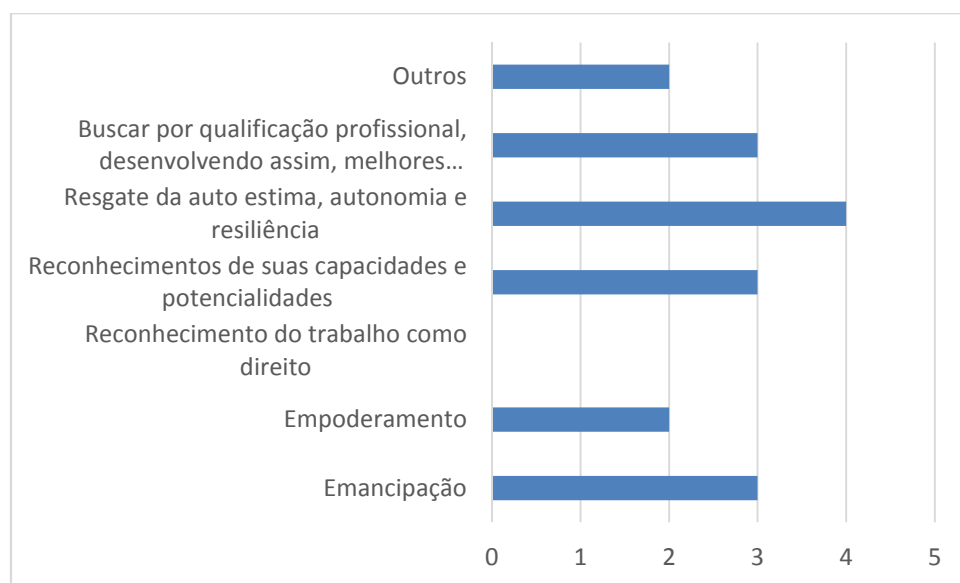
Sabe-se que o município pactua o programa ACESSUAS em 2012, sendo realizado diversas capacitações, tendo em novembro de 2014, 500 alunos certificados, dos 1.500 participantes dos diversos cursos como: soldador, pedicure manicure, costura, modelista, mulheres mil e entre outros, conforme divulgado no site da Prefeitura de Jaraguá do Sul, neste período.

Repensar a política de assistência social enquanto proteção social básica, considerando a porta de entrada dos serviços, programas e projetos de assistência, na qual as vulnerabilidades sociais ainda estão apresentadas em condições “materiais” mínimas de sobrevivência, sendo também direitos violados na garantia de acesso, como alimentação, moradia, saneamento, transporte e educação.

Tendo a inclusão produtiva como centralidade para o combate à pobreza e ascensão social das classes é um entrave para muitos municípios brasileiros, pois requer articulação com ademais políticas públicas como educação e trabalho/emprego, além de enfrentar a lógica do mercado capitalista, na qual exige constantemente uma mão de obra qualificada, e mesmo assim não terá condições de absorver todos, uma vez que o foco deste mercado é sempre maximizar os lucros.

Nesta segunda análise de resultados buscamos elucidar como os Assistentes sociais e Psicólogos do PAIF percebem os usuários de direito frente a demanda de inclusão produtiva.

Gráfico 04: Perspectivas, reações, sentimentos que mais se apresentam nos usuários do PAIF



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Por meio das atividades realizadas com os usuários do PAIF já apontadas anteriormente, os profissionais aqui pesquisados percebem as diversas reações dos beneficiários, sendo que a equipe considera que quando abordado a temática mundo do trabalho, a atitude mais presente,

com 31%, é o resgate da autoestima, autonomia e resiliência. Já a emancipação, o reconhecimento de suas capacidades e potencialidades e a busca por qualificação profissional, desenvolvendo assim, melhores habilidades e atitudes são de 15% em cada categoria analisada. E 12% para o empoderamento e na opção outros também 12%.

O CRAS A, elenca o item outro tendo o a seguinte compreensão:

De forma inicial subjetiva, procurando trabalhar capacidades e o reconhecimento das potencialidades de cada um, reforçando a autonomia, a auto estima que fortalece a capacidade de resiliência. Depois passa para o trabalho mais objetivo acerca do mundo do trabalho.

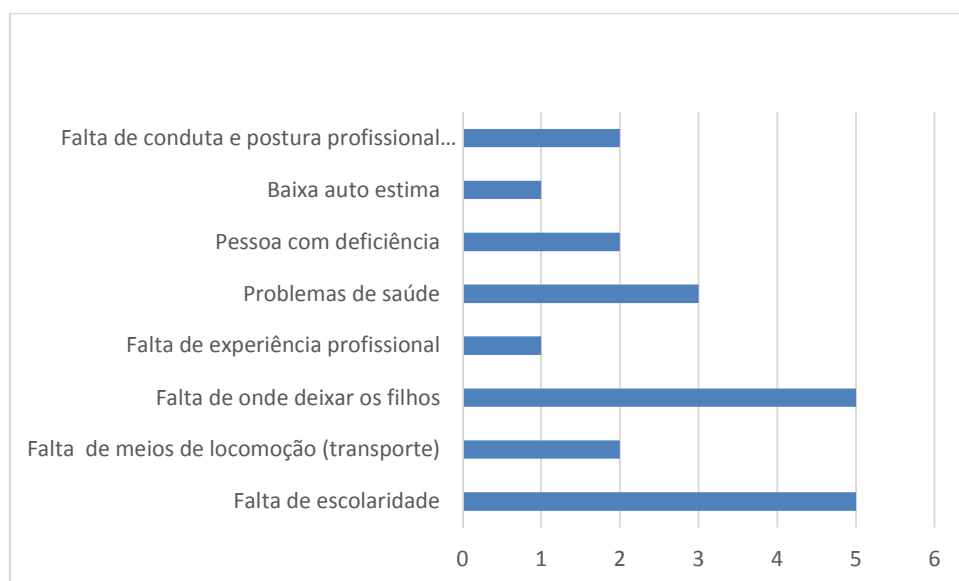
Para o CRAS C, tem o olhar que:

Muitos dos usuários possuem um histórico de vida em que o trabalho é compreendido mais como uma obrigação natural do que como um direito a ser exercido e ampliado. Diante do desemprego ou da impossibilidade de realizar o trabalho formal, o desenvolvimento da temática fomenta neles algumas novas perspectivas, porém sendo muito cedo para poder falar sobre resultados mais concretos.

Neste sentido, sabemos que a falta de inserção no mercado de trabalho além de afetar os objetivos materiais de sobrevivência, também interfere diretamente em questões subjetivas dos sujeitos, apresentando-se através de inseguranças, falta de auto estima, sentimento de inutilidade, entre outros.

Por isso, identificar o território dos usuários do SUAS e compreender as vulnerabilidades sociais que fazem parte do cotidiano destes sujeitos, é ter um olhar de práxis constante na intervenção de profissional.

Gráfico 05: Vulnerabilidades sociais dos usuários do PAIF



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

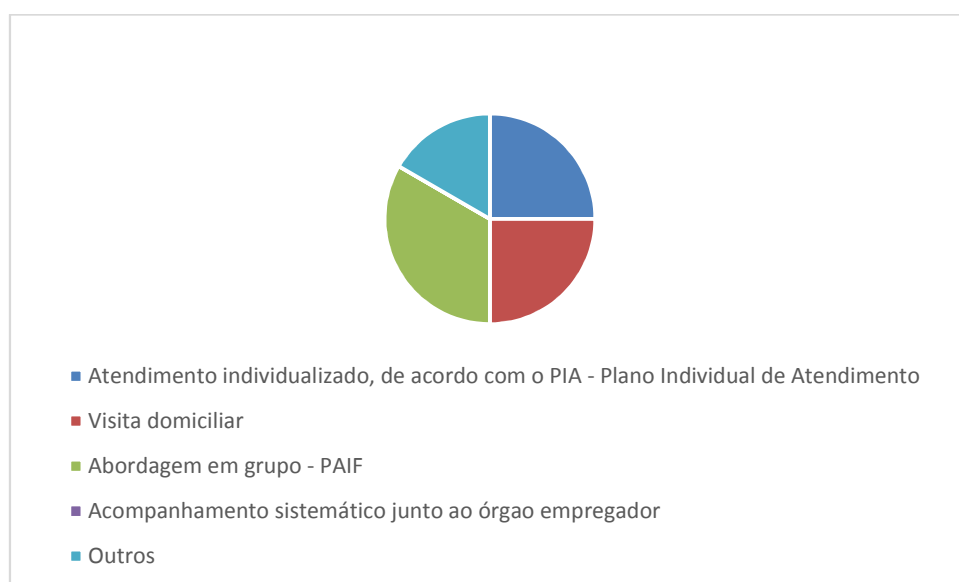
Conforme o gráfico acima, podemos observar que são diversas as vulnerabilidades sociais notadas pela equipe psicossocial dos usuários. Sendo que 20% apontam a falta de escolaridade, 20% não tem onde deixar os filhos, caso receber uma proposta de trabalho. Outros 15% possuem problemas de saúde, 10% tem dificuldades devido ser pessoa com algum tipo de deficiência. E 10% tem dificuldade de conduta e postura profissional para inserção ao emprego, a falta de meios de locomoção, como transporte público com 10%. Já a falta de experiência profissional e a baixa autoestima, foram elencadas com 7,5% em cada vulnerabilidade.

De acordo com (Castro et al., 2010) quando realizam uma análise exploratória dos desafios da inclusão produtivas em famílias vulneráveis, cabe ressaltar:

Nesse contexto, já se formou o consenso de que projetos de inclusão produtiva não são de natureza “pura”, ou seja, eles são naturalmente intersetoriais. Portanto, para alcançar resultados sólidos, é preciso articular várias políticas setoriais e de desenvolvimento regional, e não atribuir a responsabilidade a apenas um programa ou ministério.

E para finalizar este estudo, na figura abaixo identificamos como acontece o acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas pela equipe psicossocial.

Gráfico 06: Acompanhamento e monitoramento das ações de inclusão produtiva



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O acompanhamento e monitoramento das ações sobre inclusão produtiva acontece através das metodologias de intervenção como: 35% por meio da abordagem em grupo no PAIF, 25% através do PIA de cada usuário, 25% com a realização da visita domiciliar e 15% ainda empregam outras formas de atuação, que segundo o CRAS A foram especificadas como:

“outros trabalhos de caráter coletivo, de inclusão e articulação com a comunidade para fortalecer o protagonismo e autonomia.

5 CONCLUSÕES

É neste contexto antagônico de anuências sociais, culturais, educacionais, econômicas e principalmente de mediações entre o capital e o trabalho que o Assistente Social e Psicólogo do PAIF intervém. Por isso, se faz necessário compreender que a inclusão produtiva não tenha apenas o foco para preparação e inserção ao mercado de trabalho. Mas possibilite apresentar os múltiplos significados que o trabalho oferece, indo além das necessidades de sobrevivência, enaltecidas constantemente pela lógica de mercado do sistema capitalista.

A construção de um espaço onde podemos participar de forma efetiva reivindicando nossos direitos trabalhistas e rompendo com ideia perversa que todo aquele sujeito que possui trabalho, está inserido no mercado “perde” o direito de acessar a política de assistência social, “pois já tem como manter sua subsistência”.

Entendendo que as políticas de qualificação profissional evitam ser a porta de saída da participação dos programas, projetos e serviços, mas que sejam aos usuários a emancipação e o empoderamento do conhecimento, para a busca da autonomia e do protagonismo de suas histórias.

Enfatizar a importância que o trabalho não seja apenas aquele de condição salarial, mas aquele trabalho abstrato que gere uma ocupação diária, de lazer e de cognição, sem gerar lucro e mais-valia.

Considerar ainda, que na medida que os programas de qualificação profissional vão se fortalecendo sejam melhores monitorados, e principalmente mais fomentados e articulados com outras políticas pública, pois somente a PNAS não conseguirá diminuir ou sanar as vulnerabilidades sociais dos usuários.

Para tanto, a atuação profissional deverá perceber que a divulgação possibilitou o acesso ao conhecimento, que alegria de receber um certificado do curso profissionalizante, impulsionou alguém a fazer uma faculdade, que o empoderamento através da renda gerada pelo emprego, trouxe melhor qualidade de vida a determinada família e que a pessoa portadora de deficiência declarou sentir-se importante ao adentrar na sala de aula.

Por isso, que o PAIF é um programa e extrema relevância neste processo de trabalho social com as famílias, uma vez que prevê o desenvolvimento de potencialidades das famílias, promovendo o acesso aos direitos e contribuindo para melhor qualidade de vida dos sujeitos.

6 REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosetti, SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Questão Social e Direito in Serviço Social: Direitos Sociais e Competência Profissionais – Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS\ABEPSS, 2009, p. 267-284.

BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Lei Orgânica de Assistência Social. Alterada pela Lei 12.435 de 2011. Brasília: CNAS, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro único**: conhecer para incluir. [Brasília: MDS, 2012].

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/programa-nacional-de-promocao-do-acesso-ao-mundo-do-trabalho-2013-acessuas-trabalho>>. Acesso em: 10 jan 2016.

_____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012. Institui Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo Trabalho – ACESSUAS-TRABALHO. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social- NOB/SUAS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 143 de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 13, de 27 de abril de 2012. Estabelece os requisitos e critérios de partilha e cofinanciamento federal do Acessuas Trabalho. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

CASTRO, Jorge Abrahão et al. Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória. **Texto para discussão**, Brasília, n. 1486, abr. 2010. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/TDs/td_1486.pdf. ACESSO em: 10 fev.2016.

Fabiane Santana Previtali, <Ricardo Antunes. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. Coimbra: CEAS/Almedina, 2013>, Configurações [online], 12 | 2013, posto online no dia 08 de outubro 2014, consultado em 20 fevereiro 2016. URL: <http://configuracoes.revues.org/2192>.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RABELO, Maria Mercedes; RUCKERT, Isabel Noemia. Ações de inclusão produtiva urbana no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria no Rio Grande do Sul. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 42, n.4, p. 73-84, 2015.

SIMÃO, Vilma. **Desemprego e sobrevivência**: alternativas de trabalho. Blumenau: EdiFURB, 2000.

A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL ANTES E APÓS SUAS: ANÁLISE DE UMA TRAJETÓRIA

Iara Maria Rossoni, Adriana Zanqueta Wilbert Ito,

Marco Antônio Murara¹

Centro Universitário - Católica de Santa Catarina

77

Resumo: O presente artigo objetiva avaliar o trabalho do Assistente Social antes e após a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) amplia o mercado de trabalho e abre novas possibilidades de intervenção profissional. Ao mesmo tempo precariza e intensifica os processos de trabalho, tencionando as formas de efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social. O estudo é uma pesquisa quantitativa descritiva, onde assistentes sociais de cinco municípios (São Bento, Rio Negrinho, Itapoá, Mafra e Rio do Sul) foram entrevistados. Como resultado foi possível verificar que antes da implementação do SUAS, não havia capacitação permanente dos técnicos, a equipe era insuficiente, bem como não haviam normas e procedimentos de trabalho. Todavia, após a implementação do referido sistema os problemas acima foram resolvidos, as equipes passaram a ser compostas de forma interdisciplinar, bem como houve melhora nas condições do trabalho.

Palavras-chave: Assistente Social; SUAS; Mundo do Trabalho.

THE TRAJECTORY OF THE SOCIAL WORKERS BEFORE AND AFTER OF SUAS

This article aims to discuss the work of the Social worker before and after the introduction of the Unic System of Social work (SUAS). Partner discusses the space - occupational of this professional and of every technical team who works in the National Politics of Social work (PNAS). The PNAS enlarges the labor market and opens new means of professional intervention. At the same time it shakes and intensifies the processes of work, intending the forms of functioning of the political-ethical professional project. This study is a quantitative descriptive inquiry. The sample is composed by professionals of five cities: São Bento do Sul, Rio Negrinho, Itapoá, Mafra and Rio do Sul. When since it resulted it it was possible to check that before there was lack of training constantly of the technicians, the team was not complete, standards were lacking to orientate the work of the professionals.

Keywords: Social worker; SUAS; World of the Work.

1 E-mail: murara@catolicasc.org.br

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2005) a profissão de Serviço Social surge na década de 50 a partir da iniciativa de grupos e frações de classe, os quais se manifestam de forma significativa no âmbito da Igreja Católica. O Serviço Social, quanto às atividades, se limitava à ajuda aos mais necessitados. Enquanto profissão situa-se no processo de reprodução das relações sociais, liga-se a divisão do trabalho no sentido de agir e lutar como os movimentos sociais. Comparado com a atualidade a assistência social busca esclarecer os direitos dos usuários e romper a lógica da benesse no enfrentamento dos problemas sociais. Busca também, analisar os movimentos históricos da sociedade brasileira, compreender o significado social da profissão, ser capaz de desvelar as possibilidades de ações contidas na realidade e identificar as demandas presentes na sociedade.

Portanto, ao Assistente Social cabe se qualificar, para que assim desenvolva uma atuação interventiva e investigativa adequada. Com a finalidade de responder a tais demandas a partir de uma perspectiva de totalidade, tendo assim, os subsídios para a compreensão da estrutura social, bem como a dinâmica e complexidade do movimento real dos usuários que recorrem à prestação dos seus serviços. O Assistente Social atua diretamente com a contradição existente entre o capital e o trabalho. “E é nesse terreno de disputas (IAMAMOTO, 2010) e tensão entre reprodução das desigualdades e produção da rebeldia e resistência, que a categoria de assistência social trabalha, interferindo diretamente nas relações sociais cotidianas e no atendimento às variadas expressões da questão social”. Sendo assim, a autora reforça,

As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho do assistente social tem sido um tema presente na agenda profissional e vem ganhando centralidade crescente nos debates de profissionais estudantes e pesquisadores do Serviço Social, sinalizando e premência de estudos pesquisa que desvendem o processamento do trabalho destes profissionais e as formas de trabalho por eles assumidas nos diferentes espaços ocupacionais. (IAMAMOTO, 2007)

Este trabalho, portanto, visa avaliar os desafios e dificuldades enfrentadas pelo Assistente Social no dia-a-dia. Nesse sentido, corroborando com Mioto e Lima, “o reconhecimento dessa diversidade de espaços sócio ocupacionais para o exercício profissional indica o trânsito entre ações de natureza distintas, que vão desde o atendimento direto ao usuário, perpassando pelo planejamento, formulação e gestão das políticas sociais (MIOTO, 2000 apud MIOTO; LIMA, 2009). Ou seja, os assistentes sociais desenvolvem suas ações profissionais, “seja na formulação ou na execução das políticas sociais, em diversas áreas, como educação, saúde, previdência e assistência social, habitação, trabalho e meio ambiente, entre outros, movidos pela defesa e ampliação dos direitos dos cidadãos” (IAMAMOTO, 2009).

A intervenção profissional do assistente social “pode ser caracterizada pelo atendimento às demandas e necessidades sociais de seus usuários, que podem produzir resultados concretos, tanto nas dimensões materiais, quanto nas dimensões sociais, políticas e culturais da vida da

população, viabilizando seu acesso às políticas sociais” (YASBEK, 2009). Como profissional inserido na divisão sócio técnica do trabalho, “o assistente social é demandado a desenvolver ações como gestor e executor de políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens no âmbito das organizações públicas e privadas, operando sob diversas perspectivas, como no planejamento e gestão social de serviços e políticas sociais, na prestação de serviços e na ação socioeducativa (YASBEK, 2009).

A importância do novo modelo de gestão da política de assistência social, instituído pela Política Nacional de Assistência Social de 2004 com o SUAS, torna-se clara, pois os Assistentes Sociais que trabalham na sua operacionalização percebem a evidente definição dessa política enquanto política pública, diferenciando-a das práticas exercidas anteriormente, em que não existiam definições nas atribuições e na organização dos serviços prestados.

Política de Assistencial Social, junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia, a provisão dessa proteção. A Política de Assistência Social vai permitir a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, respeitando as diferenças locais. (MARIAIZABEL, SUAS, PNAS/2004)

Por fim, a Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social. (PNAS, 2004).

O SUAS estabelece a importância dos investimentos nos quadros profissionais, aponta para a necessidade de reconfiguração dos quadros técnicos, visando à profissionalização e qualificação dos trabalhadores da política de assistência social. SUAS significa um avanço na gestão da política de assistencial social, organizado a partir das demandas das expressões da questão social, na profissionalização, na padronização, nas concepções e conceitos da referida política e no respeito ao protagonismo do usuário. (BRASILIA, 2006).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A despeito de resquícios do conservadorismo (ÁVILA, 1990), a Constituição Federal/1988 trouxe avanços no tocante aos direitos sociais: ampliação dos direitos; universalização do acesso, expansão da cobertura; certo afrouxamento do vínculo contributivo; concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção; recuperação e

redefinição de patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; princípio da responsabilidade do Estado, da esfera pública no atendimento dos direitos.

A participação da sociedade civil, assim como o controle social, é um dos pilares estruturantes do SUAS, portanto o protagonismo dos usuários, conforme Campos (2012, p. 246 apud DEMO, 2003), “(...) consiste em “organiza-se politicamente para ir além da cidadania individual, atingindo o patamar coletivo” ”.

Neste sentido concorda-se com a colocação de Raichelis (2012) quando afirma que:

[...] a assistência social vive, na atualidade, um momento político singular, com a implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social e limites, precisa ser apropriado críticas e construtivamente por todos os sujeitos envolvidos em sua concretização.

A discussão é que reconhecer o trabalho como prática profissional pode sugerir que o Assistente Social tenha que cumprir um conjunto de procedimentos de repetir perguntas, ou ainda, “[...] tende a se restringir ao simples cumprimento de normas, regulamentos, objetivos institucionais, papéis, já estabelecidos, respostas pré-concebidas no âmbito da política social estatal [...]” (GUERRA, 2012) este modo de reconhecer o trabalho do Assistente Social vai contribuir para dificultar a percepção dos profissionais acerca deste fazer uma vez que os instrumentos técnicos-operativos tradicionalmente utilizados pelos Assistentes Sociais: entrevistas, visita domiciliar, encaminhamentos e documentação não são de uso exclusivo deste profissional. Deste modo, para entender o trabalho da referida profissão nesta política, faz-se necessário entender como o trabalho deve se planejar executado e reconhecido pelos seus pares.

Para Marx (1988), o trabalho se configura como processo,

[...] entre o homem e a natureza [...] o homem por sua própria ação media, regula e controla [...] põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (MARX, 1988)

Marx (1988) também afirma que o homem antes de concretizar o seu trabalho o projeta mentalmente, deste o modo como pretendem executá-lo, as atividades e estratégias até o produto desejado. Portanto, o trabalho se inicia antes de sua materialização, ainda como projeção, mas se torna trabalho quando é materializado, a, concretizado por meio dos processos de trabalho.

Sob esta lógica, Iamamoto (2008) indica que o trabalho do Assistente Social incide sobre as expressões da questão social, fundamentalmente sob o modo como os usuários desses serviços as experiências em suas vidas cotidianas. O Assistente Social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e nos diferentes espaços ocupacionais, trabalha com as mais, diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos.

Tratar, da Política de Assistência Social/ SUAS como uma importante estratégia de inclusão social é apropriar-se, com criticidade sobre a sua implantação e implementação em todo o território nacional, e, nesse sentido, os atores protagonistas envolvidos nesse sistema devem ter claro também o papel do Estado frente a esses novos rumos (STUCH & PAULA & PAZ, 2012).

Essa história é longa e cheia de acontecimentos. Desde 1990 existiu um movimento mais organizado para que pudéssemos de fato chegar ao desafio do SUAS e, sobretudo, estruturar as Proteções Sociais como dever do Estado. Mas de lá até a votação do SUAS, em 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social. (GARCIA, 2009).

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo utiliza uma pesquisa quantitativa descritiva, com amostra não probabilística por adesão. A coleta dos dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, o qual foi encaminhado para os profissionais de assistência social dos municípios de Rio Negrinho, São Bento do Sul, Mafra, Itapoá e Rio do Sul do Estado de Santa Catarina. Nesta pesquisa questionou-se a atuação do Assistente Social antes e após a implementação do SUAS, bem como quanto tempo atuavam nesta área.

No que diz respeito ao tempo que os profissionais entrevistados atuam na PNAS, constatou-se que os mesmos atuam há cinco anos na referida área. Sobre os espaços de trabalho dos Assistentes Sociais, 40% trabalham no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, 20% na coordenação Secretaria de assistência social– gestão e Abrigo institucional (Proteção Social Especial de alta complexidade), 20% no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e 20% na gestão de casas de acolhimento de criança e adolescente. Apesar de cenários diferentes, todos são serviços da referida política.

Ao questionar quais as dificuldades encontradas na atuação profissional antes da implementação do SUAS, uma das entrevistadas responde *“ocorrem ações descontinuadas e fragmentadas, bem como existe o vínculo do/a Assistente Social com pobreza e Assistência Social como ajuda. O campo de trabalho é restrito. O atendimento ocorre de forma emergencial e assistencial/prática descontinuada, fragmentada de setorizada (serviço/programa e projetos para cada necessidade, problema ou faixa etária)”*. Tal relato enfatiza a tese endogenista, a qual afirma que o Serviço Social é uma “profissionalização, organização e sistematização da caridade e da filantropia” (MONTAÑO, 1998), portanto a-histórica, e, segundo o autor, equivocada, pois não considera os processos históricos, políticos e econômicos da divisão social de classe, espaço esse que se configura como campo de atuação do Serviço Social.

Outra resposta que demanda reflexões foi a que registra que *“apesar de existir, a LOAS, não existia um eixo central, uma normativa que direcionasse o trabalho dos profissionais e tão pouco das secretarias da assistência social, cada profissional em seus municípios atuava de alguma maneira diferente, dentro das conformidades de cada gestão, a cada troca de governo*

acabavam-se os programas e projetos proposto pelos governos anteriores e iniciavam-se novas propostas”.

Para realizar uma intervenção baseada nessa perspectiva, “é preciso que os assistentes sociais realizem um papel que una alguns aspectos, entre eles: uma leitura crítica sobre a realidade em que estão inseridas, a identificação de respostas existentes no âmbito estatal e da sociedade civil, a formulação e construção em conjunto com os trabalhadores de estratégias políticas e técnicas para buscar modificar a realidade que se encontram e também buscar formular estratégias para pressionar o Estado para que ele garanta recursos financeiros, materiais e humanos a fim de se conseguir garantir e ampliar os direitos dos usuários ”(IAMAMOTO, 2009).

Segundo (GUERRA, 2011), o saldo das políticas sociais devido à falta de regulação e controle sobre o capital e a hipertrofia da financeirização do mesmo, foi responsável pela regressão dos direitos e retração das políticas públicas de proteção social, por isso os assistentes sociais passam a se confrontar com as contra reformas do sistema de seguridade social, com a fragmentação das necessidades sociais, transformação de necessidades locais e regionais, a diminuição da organização política dos trabalhadores e tudo isso vai rebater de forma significativa no seu exercício profissional.

Na sequência, ao questionar quais eram as condições de trabalho antes e após a implementação do SUAS, uma das respostas foi *“antes da implementação do SUAS, os municípios nem sempre contavam com secretarias da Assistência Social, muitos municípios tinham departamentos vinculados a outras secretarias, dificultando o fazer da assistência social, que acabava abraçando as mais diversas causas que outras políticas não atendiam. Os profissionais eram apenas assistentes sociais, não tinham capacitação permanentes, atendiam todos os níveis de proteção, os registros de atendimento não seguiam modelos universais, cada um tinha o seu”*

Como ressalta (IAMAMOTO, 2011), um projeto que esteja vinculado à defesa de uma sociedade para além do capital e possibilite os assistentes sociais aproximarem das classes subalternas e apostarem ativamente nas lutas sociais.

Formar profissionais qualificados, com relevante gabarito político, ético, metodológicos e interventivo, significa apontar-lhes caminhos e ensinar-lhes e aprender, pela convivência permanente com a teoria, a pesquisa e o cotidiano das práticas. (...) (IAMAMOTO, 2011)

Ainda, segundo a mesma entrevistada, *“depois da implementação do SUAS, a assistência social passa a ter sua própria secretaria, comando único em suas ações, em qualquer lugar da Nação Brasileira é seguido normativas para a execução dos serviços, passando a serem serviços tipificados, e continuados independente de troca de governo. A assistência social passa a receber co-financiamento conforme a execução dos serviços via fundo a fundo, com maior transparência. Houve ampliação no quadro de profissionais, que passa a contar com diversas profissões para execução dos serviços, os atendimentos a população são por níveis de proteção, passa a ter acompanhamento das famílias, não sendo mais atendimentos pontuais e individuais, focando no indivíduo e sim a potencialidade da família. Os profissionais contam com capacitação permanente, ofertadas pelos entes federados.*

Ampliação do mercado de trabalho, novas oportunidades de fortalecimento da compreensão da política e do papel do assistente social neste contexto.

“O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado e da rede sócio assistencial”. É preciso refletir por um lado sobre as relações da política com o estado no sentido de garantia de financiamento, capacitação de recursos humanos, na formulação e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação e na criação de um sistema de informação em Assistência Social. Por outro lado, sobre a proposta de uma efetiva relação com a sociedade civil no que se refere à participação popular e ao controle da gestão político administrativa, financeira e técnico operativa, garantindo o seu caráter democrático e descentralizado”. (PNAS, 2004)

Pressupõe ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico políticas da União, Estado, Distrito Federal e municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo de sua implantação. (PNAS, 2004)

Em outra resposta tivemos a seguinte informação “*antes – precariedade- salas improvisadas, incompreensão das atribuições do profissional, equipamentos e mobiliários sucateados e obsoletos, carro cedido eventualmente*”.

Neste item um dos desafios apontados na pesquisa é combater a precarização das condições de trabalho dos profissionais, essas condições que vão desde a contratação, passando pelos equipamentos e infraestrutura até a concepção da política de assistência social interfere no exercício profissional dos assistentes sociais.

No exercício profissional cotidiano, o Serviço Social mantém o desafio de conhecer e interpretar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, especialmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre as questões de desestruturação dos sistemas de proteção social e das políticas sociais em geral. E como afirma (IAMAMOTO, 2000), ao profissional Assistente Social apresenta-se um dos maiores desafios os nos dias atuais: desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje se exige um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresarias: um profissional ético, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sócias e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado.

Segundo a entrevistada “*após com a implantação do SUAS os municípios passaram a receber recursos dos governos estadual e federal, alguns municípios receberam co-financiamento para construção de sedes do CRAS E CREAS, bem como, para mobiliá-los. Os recursos para custeio chegaram a acumular-se nas contas porque os gestores estavam tão acostumados a viver com a escassez que desconheciam a aplicabilidade deste. Foi necessário aprender a aplicá-lo e aplicar de maneira correta. Considerando que o foco era a continua sendo a qualidade dos serviços prestados aos usuários, as sedes foram melhorando, os*

equipamentos foram sendo renovados, os profissionais sendo capacitados, mais profissionais foram contratados, ações que continuam em processo e tem melhorado gradativamente as condições de trabalho, e os usuários atualmente tem acesso a serviços contínuos e a benefícios quando necessário”.

O SUAS estabelece a importância dos investimentos nos quadros profissionais aponta para a necessidade de reconfiguração dos quadros técnicos, visando à profissionalização e qualificação dos trabalhadores da política de assistência social. Em 2006 foi aprovada a Norma Operacional Básica – NOB/RH-SUAS, que representou um primeiro esforço de pactuação federativa para definir e regular as relações entre gestores, trabalhadores e prestadores de serviços. A NOB/RH-SUAS torna clara que uma política de recursos humanos, bem equacionada, deve definir a equipe multidisciplinar de referência, para serviços e programas. A NOB/RH-SUAS tem por finalidade estabelecer os parâmetros gerais para a gestão do trabalho, pois a tecnologia do SUAS é o trabalho humano. A política de assistência social tem sua centralidade no trabalho humano; são as pessoas que compõem as equipes e que viabilizam o acesso aos direitos sociais.

Nessa perspectiva um dos desafios apontados pelos Assistentes Sociais na pesquisa é a precarização das condições de trabalho dos profissionais, essas condições que vão desde a contratação, passando pelos equipamentos e infraestrutura até a concepção da política de assistência social interfere no exercício profissional dos assistentes sociais. Com a expansão da política de assistência social constata-se uma ampliação na contratação de assistente sociais, porém estas contratações têm-se efetivado por concursos públicos. Com a implantação do SUAS amplia as possibilidades de trabalho profissional nos novos espaços ocupacionais, CRAS, CREAS e outros serviços.

Os Assistentes Sociais pesquisados se referem à importância do trabalho preventivo e da dificuldade que sentem em estar trabalhando nessa perspectiva. Reconhecem que sua intervenção na realidade dos usuários da política de assistência social com a implementação do SUAS, os usuários têm os seus direitos garantidos.

Diante do exposto, os Assistentes Sociais pesquisados apontam para os desafios enfrentados antes e após o SUAS:

- Escassez de profissionais
- Falta de normatização e padronização das ações.

Nesse sentido, os riscos presentes na implantação do SUAS em efetivação em todo o país são apontados por Silveira (2009, p.343),

As fragilidades presentes na gestão e na participação em âmbito local reforçam a tendência aos arranjos institucionais que podem banalizar o próprio SUAS. Há uma tendência dos municípios e estados cumprirem requisitos mínimos para manter o financiamento sem necessariamente expressar qualidade na estruturação da rede sócioassistencial e das condições institucionais de gestão o que inclui o trabalho precário dos profissionais”.

Já quanto ao depois:

- Investimento em capacitação e formação dos profissionais;

- Entendimento e compreensão da política por parte dos gestores;
- Gestão dos recursos humanos.

Diante do exposto, o agravamento da questão social decorrente do processo de reestruturação produtiva e da adoção da programática neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha – os usuários dos serviços sociais público – quanto no mercado de trabalho dos assistentes sociais que, como o conjunto dos trabalhadores, sofrem o impacto das metamorfoses que afetam o trabalho (IAMAMOTTO, 2007 e 2009). Os profissionais pesquisados apresentam também avanços encontrados após a implementação do SUAS. Entre os avanços, um dos profissionais entrevistados relatou “*Falar de Política de Assistência Social enquanto política pública direito do cidadão e dever do Estado é um avanço extraordinário. Poder demonstrar aqueles que dela necessitar através de Lei, Decretos, Normativas, Pareceres técnicos, deliberações de Conselhos, resoluções demonstram importância ao trabalho desta política e dos profissionais que nela atuam. Sim, a assistência social não é mais atribuição exclusiva do assistente social e sim de várias outras profissões que vem para auxiliar fortalecimento desta política pública e na qualidade do serviço oferecido aos usuários. Os usuários têm acesso a serviços contínuos e a benefícios quando necessários e nós trabalhadores podemos intervir junto a órgãos de defesa de direitos dos cidadãos quando observamos que seus direitos estão sendo violados*”.

Assim sendo, destacam-se como novos espaços de atuação profissional as entidades do terceiro setor, identificadas como organizações que nem são Estado e nem são mercado, prestando um grande serviço ao capital e à ofensiva neoliberal na luta pela hegemonia da sociedade civil no interior do processo de reestruturação do capital ao desenvolver um papel ideológico claramente fundamental dos interesses do capital, promovendo a reversão dos direitos da cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais (MONTAÑO, 2002).

Outra resposta relevante foi “*com o aumento do número de profissionais nos municípios, para compor equipes de referência; mudança na concepção de assistência social, passou a ser vista como um direito e como uma política estratégica no combate à pobreza; aumento do controle social; gestão descentralizada e participa das três esferas de governo; maior autonomia dos municípios; normatização das atribuições e ações de cada esfera de governo; transferência de recursos fundo a fundo; padronização e normatização das ações sócio assistenciais; parâmetros técnicos e profissionalização da assistencial social (equipes técnicas); implantação de um sistema de informação da política*”. Ressaltando esta fala é possível corroborar com (YAZBEK, 2009) “O SUAS introduz uma concepção de sistema orgânico, em que a articulação entre as três esferas de governo constitui-se em elemento fundamental para a política”. A constituição do SUAS propõe um sistema participativo, descentralizado e em rede, que pressupõe a participação de entidades e organizações de assistência social, formando o que se denominou rede socioassistencial.

Como define Couto e Silva (2009, p.09) “O SUAS deve estruturar-se a partir das necessidades básicas da população e responder de forma concreta a essas demandas, onde a federação brasileira é pensada nas suas particularidades [...]” O SUAS propõe uma política pública de responsabilidade das três esferas federativas respeitando-se as diferenças entre eles e as demandas diversificadas da população, conforme a realidade de cada um.

O processo de implantação do SUAS, trouxe alterações à concepção e à compreensão de conceitos importantes dentro da política de assistência social, destaca-se as mudanças relacionadas à política de assistência social, as quais foram amplas até o presente momento.

Para os Assistentes Sociais entrevistados o SUAS possibilitou a instituição de uma rede de serviços, programas e projetos sócio assistenciais que contribui no atendimento efetuado pelo assistente social. O Assistente Social não deve ser o único profissional responsável pela implementação do SUAS, quanto mais ampliado e multiprofissional for o debate mais democrático tende a ser, sendo esse um elemento importante no atual momento de implementação da política de assistência social.

As equipes de referência são um forte mecanismo para a construção da própria política e de uma política de recursos humanos. As equipes de referência na assistência social são um marco, pois a tecnologia principal dessa política são os recursos humanos, sendo os quais efetivam, programas e projetos sócio assistenciais.

4 CONCLUSÕES

Os profissionais de Serviço Social, tendo diretrizes, princípios e atribuições são solicitados a trabalhar em um contexto contraditório. Neste contexto precisam conhecer o funcionamento da instituição e as demandas do território, bem como os limites encontrados nesses espaços. Mesmo sendo um instrumento basilar da profissão, há desafios em trabalhar na operacionalização do Código de Ética diante das demandas que são apresentadas a todo o momento. Segundo Iamamoto,

[...] a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento da arena sócio histórica que circunscreve o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades a plena realização daquele projeto (...) articula um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados de inúmeras vontades lançadas em diferentes direções que tem múltiplas influencias sobre a vida social (IAMAMOTO, 2007)

Tal desafio para os assistentes sociais é, portanto, a busca de um posicionamento ético e político que se insurja contra os processos de alienação vinculada a lógica capitalista, impulsionando-os a trabalhar na busca de romper com a dependência, a subordinação, a despolitização, e assim poder manter vivas as forças sociais motivadoras da esperança de uma nova sociedade e da capacidade de luta no cenário social e profissional.

Os riscos presentes na implantação do SUAS em efetivação em todo o país são apontados por (SILVEIRA, 2009). As fragilidades presentes na gestão e na participação em âmbito local reforçam a tendência aos arranjos institucionais que podem banalizar o próprio SUAS. Há uma tendência dos municípios e estados cumprirem requisitos mínimos para manter o financiamento sem necessariamente expressar qualidade na estruturação da rede socioassistencial e das condições institucionais de gestão o que inclui o trabalho precário dos profissionais.

De acordo com (TEIXEIRA & BRAZ, 2009) é preciso considerar vários fatores que implicam no desenvolvimento de um projeto societário, desde sua relação social, que vale considerar a sua relação com o caráter político, cujas determinação estão ligadas aos interesses sociais, e consequentemente ao posicionamento do assistente social em uma direção social.

O projeto ético-político do Serviço Social está vinculado ao projeto de transformação da sociedade ou de conservação da ordem, e está presente no plano ideal e prático, ou seja, se desenvolve frente às contradições econômicas e políticas nas dinâmicas das classes sociais interferindo diretamente na direção do fazer profissional.

Nesta perspectiva a implementação do SUAS representa significativo avanço na construção da política pública de Assistência Social por definir e organizar aqueles que são os elementos fundamentais para que aconteça o processo de execução da política de Assistência Social. O SUAS fortalece os instrumentos de gestão, garante orçamento nas três esferas de governo, normatiza em nível nacional a Assistência Social como política estatal, define critérios de partilha dos recursos para os estados e municípios e para o serviços sócio assistências, organiza os serviços, programa e projetos de modo articulado, possibilita que os fundos, planos e conselhos estabeleçam relações permanentes, define indicadores, regulamenta aplicações dos recursos conforme a necessidade dos municípios e estabelece que os recursos sejam repassados de fundo a fundo e ainda estabelece o monitoramento e avaliação da política.

Muitos serão os desafios a serem enfrentados, mas o SUAS representa no momento a possibilidade real de consolidar a Assistência Social como política pública de proteção social. O grande desafio é romper com as práticas tradicionais com base na lógica do favor e integrar-se de forma efetiva a seguridade social para que se constitua neste âmbito, como um sistema amplo de proteção social, articulado as demais políticas sociais.

Considera-se ainda como maior desafio a enfrentar na perspectiva da consolidação da assistência social, como política de proteção social é que os governos federais, estaduais e municipais assumam compromissos na efetivação da política, o que representa um grande esforço e luta por parte daqueles que acreditam na proposta da política e do SUAS, pois a reforma do Estado conduz no sentido inverso ao proposto no que se refere a concepção a gestão da política pública de Assistência Social como se procurou mostrar no desenvolvimento deste artigo.

5 REFERÊNCIAS

ÀVILA, D. de. Reflexões sobre o clientelismo no Brasil e o processo constituinte 1987-88: o esforço da elite brasileira para preservação do seu modo tradicional de exercício da hegemonia. Florianópolis: UFSC, 1990.

BRAGA, Léa Lúcia Cecílio. **O Trabalho de Assistentes Sociais no CRAS**. In: O Trabalho do Assistente Social no SUAS: seminário nacional/ CFESS. Brasília: 2011.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social –CNAS. Resolução nº 269 de 26 de dezembro, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**, Brasília, 2006.

CAMPOS, E. B. Usuários da assistência social: entre a tutela e o protagonismo, In STUCH, C.G; PAULA;R.F.S;PAZ,R.D.O. (Orgs). *Assistência Social e Filantropia: cenário contemporâneo*. 2012 apud DEMO, 2003.

COUTO, Berenice R. e SILVA, M.B. A política de assistência social e o SUAS: a trajetória da constituição da política pública. In: **O SUAS: entre a fundamentação e os desafios da implantação**, MENDES, Jussara M. R.; PRATES, Jane C.; AGUINSKI, Beatriz G. (orgs.), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GARCIA, Marcelo, Artigo SUAS: Sistema Único de Assistência Social, Cadernos Travessia – Edição 2 – Novembro 2009.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GERRA, Y (ORG). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios Contemporâneo**. Juiz de Fora, MG; Editora UFJF, 2012.

GUERRA, Yolanda. **Condições de Trabalho e Projeto Ético- Político Profissional**. In: O Trabalho do Assistente Social no SUAS: seminário nacional/ CFESS. Brasília: 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela: *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*, 7º ed. Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*- 17. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

IAMAMOTO Marilda Vilela.” Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.”2ºed.São Paulo:Cortez,2008

IAMAMOTO,M.V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

89

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

MARX, Karl. O Capital: critica da economia política. 3 ed. São Paulo: Nova Cultura. 1988.

MIOTO, R. C. T; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 8, n. 1. 2009. Disponível em: Acesso em: 18 set. 2010.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. La naturaleza Del Servicio Social em su Génesis. IN: **La Naturaleza Del Servicio Social**: um ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

RAICHELIS, R. Prefacio. In: STUCHI, CG: PAULA, R.F.S...: PAZ, R.D.O.(Orgs.) Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos, São Paulo: Veras, 2012.

Revista da Católica, Uberlândia, v1, n1, p.166-175, 2009Ana Cristina Nascimento Perez
Albernaz, Valeria Gonçalves da Costa Silva.

O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. –Brasília: CFESS, 2011.

SILVEIRA, Jucimeri I. Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos interventivos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 98, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata, BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YASBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

90

<http://www.webartigos.com/artigos/a-historia-do-servico-social/44882/#ixzz3yqwovv2r>

2004 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/mariaizabel_suas.pdf

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

Maike Sheila Tschoeke Steidel, Janice Merigo,

Marco Antônio Murara¹

Centro Universitário - Católica de Santa Catarina

91

Resumo: O presente artigo tem como objetivo mapear os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes nos municípios da região do Planalto Norte Catarinense, apresentando: número e modalidade dos serviços que atuam na região; o perfil de crianças e adolescentes acolhidos; os principais motivos de acolhimento institucional e a metodologia do trabalho executado, com ênfase no Projeto Político Pedagógico (PPP).

Palavras-Chaves: Serviços de acolhimento; Crianças; Adolescentes; Projeto Político Pedagógico (PPP).

SERVICES OF SUPPORT TO CHILDISH AND ADOLESCENT IN THE HIGH REGION OF THE NORTH OF THE SANTA CATARINA'S STATE

Abstract: This article aims to show the services of support to childish and adolescent in the high region of the North of the Saint's state Catarina, presenting: number and kind of the services that act in the region; the profile of children and welcomed adolescents; the principal causes of institutional support and the methodology of the executed work, with emphasis in the Political Pedagogic Project (PPP).

Keywords: Services of support; Children; Adolescents; Political Pedagogic Project (PPP).

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, comumente conhecidos como abrigos, remontam suas origens a ações voltadas à filantropia e à caridade,

1 E-mail: murara@catolicasc.org.br

freqüentemente vinculadas a entidades de cunho religioso e assistencialista, colocando o usuário na condição de beneficiário, de favorecido e não como cidadão e sujeito de direitos.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, na sequência das mudanças introduzidas pela Constituição Federal (CF 1988), reforçou que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos a serem protegidos pelo Estado, famílias e sociedade (ótica da Proteção Integral).

Quando essa proteção é falha e o encaminhamento para serviços de acolhimento institucional acontece, e enquanto o acolhimento de crianças e adolescentes se fizer necessário, é fundamental ofertar aos mesmos um ambiente e cuidados necessários e facilitadores de seu desenvolvimento, favorecendo: 1) seu desenvolvimento integral; 2) a superação de vivências de separação e violência; 3) a apropriação e ressignificação de sua história e 4) o fortalecimento da sua cidadania, da sua autonomia e sua inserção social.

No Brasil, em conformidade com as diretrizes nacionais e também internacionais que preconizam os cuidados a crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, foram pactuadas orientações com vistas a contribuir para a melhoria dos atendimentos prestados nestes serviços.

Diante disso, para garantir a oferta de atendimento adequado, um conjunto de legislações e diretrizes foi constituído com o intuito de regulamentar e qualificar o trabalho realizado. Os serviços de acolhimento foram orientados a reordenar seus serviços, rompendo com práticas incompatíveis e cumprindo efetivamente com sua função protetiva e de restabelecimento de direitos.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) apontou para o reordenamento das instituições que oferecem programas de acolhimento institucional.

O documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2008), elaborado sob a coordenação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) também se configura como outro avanço, visto que estabelece parâmetros de funcionamento e organização dos serviços de acolhimento institucional, os quais devem oferecer cuidados e condições favoráveis ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, visando à reintegração à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta.

Para garantir a oferta de um atendimento adequado, os serviços de acolhimento foram orientados a elaborar e implantar, dentre outros documentos, o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), ferramenta que deve orientar, não mais de forma improvisada e sim planejada, a proposta de funcionamento do serviço como um todo, tanto no que se refere ao seu funcionamento interno quanto ao seu relacionamento com a rede local, as famílias dos acolhidos e a comunidade onde está inserido.

O presente artigo se propõe a mapear os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes nos 14 municípios do Planalto Norte Catarinense identificando: o nº de serviços de acolhimento na região; modalidade e capacidade de atendimento do serviço; abrangência do atendimento; perfil das crianças/adolescentes acolhidos; os principais motivos de acolhimento; composição da equipe técnica em cada serviço e os instrumentos utilizados pelo serviço de acolhimento,

com ênfase no Projeto Político Pedagógico (PPP), os serviços de acolhimento que elaboraram e efetivamente implantaram o PPP; o entendimento de PPP para os mesmos; as dificuldades e os avanços enfrentados na implantação do PPP e os desafios às instituições de acolhimento com a implantação do PPP.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contextualização histórica de serviços de acolhimento no Brasil

Segundo Marcílio (2006), em nosso país o atendimento a crianças e adolescentes em instituições de acolhimento remonta ao período colonial, resultado da importação da cultura européia trazida pelos portugueses.

Estes, seguindo o modelo europeu de família (monogâmica, sacramentada e indissolúvel) e o culto da Igreja à preservação da honra da mulher, da família e dos bons costumes, utilizavam esta alternativa (o acolhimento) para a preservação da reputação da estirpe. Pautado nessa preocupação, principalmente de cunho religioso e de diferenciação de classes, nasceu no Brasil o serviço de assistência à infância e juventude, claramente inspirada em idéias e práticas européias, mas distante de nosso contexto sociopolítico, ideológico e econômico.

No período da República Velha (1889-1930), o panorama de atendimento a infância continuou paternalista, assistencialista e omissivo, sendo que nenhuma lei ou instituição foi constituída para proteger o “menor”.

Com a expansão industrial e a crescente urbanização vivida pelo país, entre as décadas de 1920 a 1930, esse pensamento filantrópico foi sendo substituído pela lógica da preocupação social, provocando uma atuação mais expressiva do poder público no atendimento e proteção desta população.

Em 1927, é decretado o primeiro Código de Menores, que inspirou e representou um marco para a política para a infância e adolescência da época, trazendo: o poder absoluto do judiciário (juiz) sobre a família e a criança; a visão da infância como incapaz e perversa; a facilitação da inserção da criança no trabalho; a visão higienista e repressora; a implementação do menorismo e o abrigamento e internamento como forma corretiva. Embasado na Constituição Federal de 1937, o governo de Getúlio Vargas criou o Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM- 1941), com o objetivo de atuar na ordem social e no atendimento aos órfãos e a Legião Brasileira de Assistência (LBA- 1942), para acolher os serviços de assistência social, através de apoio nutricional e educação higienista às famílias carentes.

De 1946 a 1964, com a política democrático-populista, a dinâmica do país passa por modificações, adquirindo um caráter mais participativo, desenvolvimentista e comunitário.

Em 1964, foi criada a Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM), sendo esta executada pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), mudando o modelo carcerário de atendimento ao menor infrator para o terapêutico-pedagógico, e propondo a

integração desse “menor” à comunidade; assistência à família; apoio às instituições e respeito no atendimento prestado.

No período da ditadura militar foram realizados movimentos favoráveis a reformulação do Código de Menores de 1937, objetivando adequá-lo a realidade e necessidades deste momento da conjuntura nacional.

Em 1979, foi promulgado o novo Código de Menores, funcionando este como um instrumento de controle social e propondo a internação com o objetivo de: proteger a sociedade do convívio com crianças e adolescentes pobres; reeducá-los e corrigir comportamentos delinquentes.

Já na década de 80, o Brasil passou por uma significativa organização e mobilização social e política, com ampliação e fortalecimento de diferentes movimentos sociais. Dentro desse contexto e na esteira de denúncias da sociedade, de rebeliões e protestos de crianças e adolescentes internados em instituições, a problemática dos direitos de crianças e adolescentes se intensifica culminando com o surgimento do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e criação da Comissão Nacional Criança e Constituinte (1986).

Com a promulgação da Constituição Federal (CF 1988), algumas mudanças nos direitos de crianças e adolescentes foram detectadas, sendo contemplada a Proteção Integral a esse público em dois de seus artigos (227 e 228).

Assim,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, CF/1988, Art. 227)

Com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990), estes passaram a ser considerados e vistos como sujeitos de direitos, com características próprias em seu desenvolvimento. Seu encaminhamento para serviços de acolhimento deveria ser concebido como uma medida de proteção, de caráter excepcional e provisório (Art. 101), ou seja, o encaminhamento deveria ocorrer apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade.

Os municípios passaram a tomar para si a responsabilidade nos cuidados com crianças e adolescentes, passando a assumir diretamente a execução das políticas públicas voltadas para os mesmos, que necessitavam de proteção especial devido sua situação social e familiar. Iniciou-se então um processo de reordenamento dos abrigos para crianças e adolescentes, sendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleceu que todas as entidades que ofertam serviço de acolhimento deveriam prestar assistência plena à criança e ao adolescente, proporcionando acolhida, cuidados e espaço de convivência digna para a sua plena socialização e desenvolvimento, através dos princípios norteadores sinalizados no art. 92, do mesmo documento, a saber:

I preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
II reintegração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural e extensa;

- III atendimento personalizado em pequenos grupos;
- IV desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI evitar, sempre que possível a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII participação na vida da comunidade local;
- VIII preparação gradativa para o desligamento e
- IX participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

2.2 O sistema único de assistência social (SUAS) e os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

Em seu artigo 1º, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) define a Assistência Social como uma “... política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população. ”

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS- 2004), foram estabelecidas as diretrizes para a efetivação da Assistência Social como um direito do cidadão e responsabilidade do Estado. Sua organização, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), objetiva garantir proteção social e apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas vulnerabilidades através da oferta e organização de serviços, benefícios, programas e projetos unificados e padronizados e requalificando os já existentes.

Com um modelo de gestão participativa, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é um sistema público que organiza e articula ações, esforços e recursos das três esferas de governo (municípios, estados e União) para a execução e financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estabelecidos em orientações e marcos regulatórios específicos.

Em novembro de 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), publica a Resolução nº 109, aprovando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e trazendo uma matriz padronizada para cada um dos serviços previstos, dentre eles os de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

2.3. Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

O **acolhimento familiar** consiste na inclusão de crianças e adolescentes, por meio de medida protetiva, em residência de famílias acolhedoras cadastradas, selecionadas, capacitadas e acompanhadas por programa municipal específico de Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Esse programa deve contar com uma equipe profissional que faz o acompanhamento das famílias. O acolhimento é temporário e até a reintegração da criança/adolescente à sua própria família ou família substituta.

Quanto à modalidade de **acolhimento institucional**, consiste em acolhimento para crianças/adolescentes por meio de medida protetiva, em diferentes equipamentos, como:

Abrigo Institucional e Casa Lar, de forma temporária e até a reintegração da criança/adolescente a sua própria família ou seu encaminhamento para família substituta.

O Abrigo Institucional é a modalidade mais utilizada de acolhimento, sendo estabelecidos alguns parâmetros de funcionamento, como: número máximo de 20 acolhidos, de ambos os sexos, com faixa etária de 0 a 18 anos; localização em área residencial; construção semelhante a uma residência sem qualquer tipo de identificação de seu caráter institucional; espaço físico suficiente e confortável para todos os acolhidos; cuidadores/monitores/educadores organizados em turnos e equipe técnica mínima exclusiva (psicólogo/Assistente Social).

Quanto a Casa-Lar é uma modalidade de acolhimento muito próxima ao Abrigo Institucional. A única diferença está no fato de o educador/monitor/cuidador ser residente, ou seja, morar na instituição. No entanto, este deverá ter auxiliares que o substituam no período noturno, folgas e férias. Deve igualmente ser localizado em áreas residenciais, sem placas indicativas de seu caráter institucional. Seu objetivo é propiciar um ambiente próximo de uma rotina familiar, mais flexível e menos institucional, e estimular um vínculo estável entre o educador residente e os atendidos.

Outra modalidade de acolhimento que pode ser citada é o de **República**, que consiste na transição, para os jovens que permaneceram acolhidos em instituição, da vida em abrigos para a vida autônoma, quando atingida a maioridade.

Com a publicação do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, validado e aprovado pela Resolução Conjunta nº 01/2009 do CNAS/CONANDA, objetivou-se regulamentar e reordenar, no território nacional, a organização e oferta dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no âmbito da política de Assistência Social, como também romper com práticas incompatíveis nos cuidados a crianças e adolescentes e estruturando o atendimento dos serviços de acolhimento baseado nos princípios:

- da Excepcionalidade do afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar;
- da Provisoriidade do afastamento do convívio familiar;
- da Preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- da Garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação;
- da Oferta de atendimento personalizado e individualizado;
- da Garantia de liberdade de crença e religião e
- do Respeito à autonomia da criança e do adolescente.

Esse documento também estabelece parâmetros e orientações de funcionamento, bem como indica procedimentos técnicos essenciais para a profissionalização desse serviço, ressaltando o atendimento individualizado e em pequenos grupos; as metodologias para o trabalho a ser desenvolvido com crianças, adolescentes e famílias; responsabilidades dos diversos entes envolvidos quando do acolhimento de crianças e adolescentes; seleção, capacitação e acompanhamento dos profissionais atuantes nos serviços de acolhimento; instrumentos e documentos a serem utilizados.

2.4 O projeto político pedagógico (PPP) nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

No caminho dessa profissionalização dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e para garantir a oferta de atendimento adequado às crianças e adolescentes acolhidos, pactuou-se que as instituições de acolhimento que atendem a essa população, deveriam elaborar e implantar, dentre outros documentos, seu Projeto Político Pedagógico (PPP), instrumento que

(...) deve orientar a proposta de funcionamento do serviço como um todo, tanto no que se refere ao funcionamento interno, quanto o seu relacionamento com a rede local, as famílias e a comunidade. Sua elaboração é uma tarefa que deve ser realizada coletivamente, de modo a envolver toda a equipe do serviço, as crianças, os adolescentes e suas famílias. “Após a elaboração, o projeto deve ser implantado, sendo avaliado e aprimorado a partir da prática do dia a dia.” (OT- p.49)

A idéia de construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) surgiu, a princípio, para o ambiente educacional, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996). A recomendação, no documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes apontou então para a idéia de Abrigo dentro de uma nova concepção de assistência social: a de garantia de direitos e da ressignificação do entendimento da função do abrigo. Assim,

(...) para construir um projeto para o abrigo é necessário discutir o sentido dessa medida protetiva que é o acolhimento institucional. Este é um bom ponto de partida para iniciar a elaboração do PPP: discutir com a comunidade institucional o que se espera do abrigo, a que essa instituição se propõe e quais ações são propostas para o cumprimento do direito à saúde, à cultura, à moradia, à convivência familiar e comunitária, e fundamentalmente à educação.” (ELAGE et al, 2011).

Frente a isso, o termo “político” desse instrumento expressa “o posicionamento da instituição diante de sua tarefa de garantir direitos e como pensa sua missão de ser um espaço de formação, implicando em participação, decisões, escolhas e posicionamentos. Já como a instituição vai definir ações para serem executadas em determinado período- a rotina cotidiana- e as metodologias expressam o projeto pedagógico. O que marca e caracteriza o PPP é sua natureza coletiva e democrática.

Sua elaboração “é uma tarefa que deve ser realizada coletivamente, de modo a envolver toda a equipe do serviço, as crianças, adolescentes e suas famílias” (OT - 49), ou seja, deve ser construído participativamente e resgatar aquilo que constitui a identidade da instituição de acolhimento mediada por um processo contínuo dinâmico, democrático e transparente.

Considerando as orientações, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve conter as legislações e diretrizes propostas como política pública para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. No entanto, cada abrigo deve elaborar e desenvolver seu PPP embasado naquilo que lhe é característico, considerando seu contexto social, sua localização geográfica,

os recursos de que dispõe sua infra-estrutura, seu quadro de recursos humanos e principalmente a sua história.

Não existindo fórmulas prontas e realidades idênticas, cada Projeto Político Pedagógico (PPP) vai ser único, levando em conta as singularidades e particularidades da instituição, não existindo, portanto, a possibilidade de utilização de cópia de modelos já prontos e elaborados por outras instituições de acolhimento.

São sugeridos alguns tópicos a serem contemplados na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de acolhimento, como: histórico institucional, localização, infra-estrutura física; sustentabilidade e processo de captação de recursos; Recursos humanos, funções, habilidades, competências exigidas e critério de seleção para a coordenação, equipe técnica, equipe de educadores/monitores e auxiliares; público atendido e perfil; capacidade de atendimento; procedimentos pelos quais crianças e adolescentes passam, desde sua chegada até sua saída do serviço de acolhimento; diagnóstico de cada criança ou adolescente e família; articulação com a rede; documentação (PIA, Pasta individual, etc.); registro e documentação da história de vida de cada acolhido, periodicidade; trabalho com famílias, processo de desligamento; rotina diária; gestão do trabalho e educação permanente; formação continuada de educadores/monitores/cuidadores; processo de supervisão da equipe técnica; trabalho de voluntariado; monitoramento e avaliação do atendimento prestado pelo serviço etc.

Após a sua elaboração, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser implantado, sendo avaliado e aprimorado a partir da prática cotidiana. Nesse sentido,

(...) o projeto pedagógico não é um documento para ser arquivado. Ele precisa ser conhecido (manuseado, lido, discutido) e entendido por todos os envolvidos institucionalmente, sejam eles os profissionais, os acolhidos, suas famílias, a comunidade... “Para que, deste conhecimento surja à compreensão, o diálogo e a participação necessários para o bom desenvolvimento das crianças e adolescentes que ali estão provisoriamente”. (IZAR, 2007)

O debate constante confere ao documento um caráter dinâmico, estabelecendo um processo avaliativo e de participação continuada de todos os envolvidos com o serviço de acolhimento e proporcionando o aprimoramento da qualidade do seu atendimento.

3 METODOLOGIA

Para a produção desse artigo científico, utilizamos a pesquisa qualitativa descritiva, pois segundo Neves,

Fazem parte da pesquisa qualitativa a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados. (NEVES, 1996).

A amostra foi por adesão dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes existentes nos municípios que pertencem ao Planalto Norte Catarinense, região do Estado de Santa Catarina constituída por 14 municípios de pequeno e médio porte. Este território abrange

uma área de 10.466,70 Km², e é composto pelos municípios de: Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Porto União, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

O instrumento utilizado para a realização da pesquisa foi um questionário, aplicado através de entrevista a campo, junto aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes da região. Num primeiro momento, foi realizado levantamento prévio (com identificação de contatos telefônicos e responsáveis) dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes junto as Secretarias Municipais de Assistência Social dos municípios da região, bem como explanação da pesquisa a ser realizada e dos objetivos desta aos gestores municipais. Posteriormente, entramos em contato telefônico com as coordenações dos respectivos serviços, apresentando os objetivos da pesquisa e agendando uma visita ao município para a realização das entrevistas e coleta de dados.

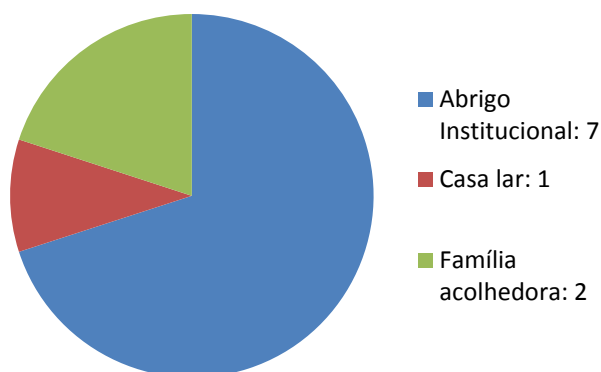
A realização das entrevistas e coleta de dados aconteceu em datas pré-agendadas, no período de 07 a 15 de fevereiro de 2016, com a coordenação e equipe técnica dos serviços identificados. Por questões de incompatibilidade de agenda e devido à grande extensão territorial da região, 04 municípios que ofertam serviços de acolhimento não foram visitados, sendo que encaminhamos os questionários, por e-mail, com retorno integral. Após a coleta dos dados, realizamos a tabulação dos mesmos e a seguir apresentamos a análise dos resultados, sendo que identificamos os serviços de acolhimento por letras.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na análise dos dados, buscamos relacionar as orientações constantes no documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes com os dados coletados na pesquisa junto aos serviços de acolhimento existentes nos municípios da região do Planalto Norte Catarinense.

Dos 14 municípios da região do Planalto Norte Catarinense, citados anteriormente, 09 (65%) oferta serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, divididos nas modalidades de:

- Abrigo Institucional – 07 municípios (68%)
- Casa Lar – 01 município (10%)
- Família acolhedora- 02 municípios (22%), totalizando 10 serviços de acolhimento na região.

Gráfico 1 – Modalidades de Acolhimento

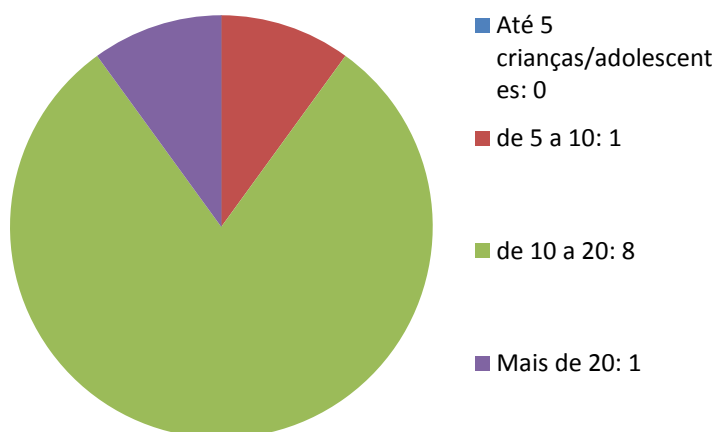
100

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016

Percebe-se que a maior incidência de serviços de acolhimento é na modalidade de abrigo institucional. Um dos municípios pesquisados apresenta serviço de acolhimento em duas modalidades, a saber: abrigo institucional e família acolhedora. Para apresentação na pesquisa os serviços foram identificados pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H, I e J.

No que se refere ao tipo de serviço, se Governamental, mantido pelo município ou consórcio público ou convênio com outro município da comarca, ou Não Governamental, através de convênio com ONG, detectou-se que: todos os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes ofertados na região do Planalto Norte Catarinense são governamentais, mantidos pelo município onde o mesmo está instalado. Um dos serviços, (I), está em processo de transição de Não Governamental para Governamental. O serviço(C) apresenta um diferencial no que se refere à prestação do mesmo. Apesar de ser municipal (governamental), a prestação do serviço é terceirizada e realizada por uma ONG.

No que se refere à capacidade de atendimento dos serviços de acolhimento, preconizada nas Orientações Técnicas:

Gráfico 2 – Capacidade de Atendimento

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016

Mediante os dados levantados, o serviço(**G**) na modalidade Casa Lar, apresenta capacidade de atendimento para até 10 crianças/adolescentes, estando de acordo com as Orientações Técnicas. Os demais serviços de Abrigo Institucional e/ou Família Acolhedora também estão adequados, apresentando, no caso de Abrigos Institucionais, capacidade para até 20 crianças e adolescentes. Quanto aos dois serviços (**B e E**) de Família Acolhedora, relatam que contam com capacidade de atendimento de acordo com o nº de famílias cadastradas. Esclarecemos que cada família acolhedora acolhe uma criança/adolescente por vez, exceto quando se trata de grupos de irmãos, quando o mesmo poderá ser ampliado e mediante avaliação da equipe técnica responsável pelo serviço. No que se refere à capacidade de acolhimento para mais de 20 crianças/adolescentes, apenas um dos serviços (**D**) conta com essa capacidade de atendimento.

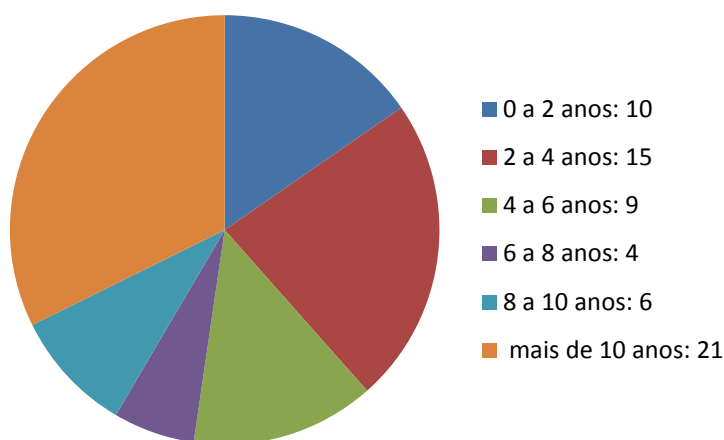
Relativo à faixa etária, todos os serviços atendem crianças/adolescentes de 0 a 18 anos, de ambos os sexos. Apenas um dos serviços, na modalidade de Abrigo Institucional (**H**), estende a permanência do acolhido até os 21 anos, em situações excepcionais. Salientamos que o público-alvo dos serviços de acolhimento são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, sob medida protetiva.

Atualmente, na região do Planalto Norte Catarinense encontra-se acolhidos 65 crianças/adolescentes, de ambos os sexos (33 masculinos e 32 femininos).

Segundo as orientações técnicas, devem ser evitados especializações e atendimentos exclusivos, tais como a adoção de faixas etárias muito estreitas, ou direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, sendo que os serviços ofertados na região estão adequados a essa diversidade.

Quanto à predominância de atendimento por faixa etária:

Gráfico 3 – Atendimento por Faixa Etária



Fonte: Elaborado pela Autora, 2016

Pelo gráfico, podemos perceber a predominância de acolhimentos na faixa etária acima de 10 anos, bem como de 0 a 04 anos. O que demonstra que, na sua maioria, são crianças com possibilidade de adoção caso sejam destituídas do poder familiar.

Quanto aos principais motivos de acolhimento de crianças/adolescentes na região do Planalto Norte Catarinense predominou: 1º) negligência familiar diretamente associada ao uso de álcool e outras drogas pelos pais e/ou responsáveis; 2º) violência sexual/psicológica/física; 3º) conflitos no ambiente familiar; 4º) maus tratos; 5º) abandono e 6º) abuso sexual e/ou suspeita de abuso. Salientamos que estudos apontam o uso de álcool e outras drogas como principal desencadeador das diversas violações de direitos acima citados.

Na região do Planalto Norte Catarinense, 06 serviços de acolhimento contam com Coordenação específica do serviço, com carga horária de 40 horas. Em 03 dos serviços (**G, E e D**) a coordenação não é exclusiva ao serviço.

No que se referem à equipe técnica (Psicólogo e Assistente Social), os 10 serviços existentes contam com esses profissionais.

Destes, 06 contam com equipe técnica mínima exclusiva (Assistente Social – 30 horas e Psicólogo – 40 horas), trabalhando na carga horária mínima indicada. Nos demais serviços, esses profissionais não são exclusivos, sendo divididos com outros programas municipais.

Quanto ao Pedagogo, 06 serviços de acolhimento (**B,C,D,F,G e I**) contam com esse profissional e apenas em um (**F**) este não atua com exclusividade no serviço.

Todos os serviços de acolhimento na modalidade Abrigo Institucional contam com monitores/educadores/cuidadores sociais, de acordo com a quantidade preconizada nas Orientações Técnicas. O que apresenta variação é a carga horária de trabalho- em regime de plantão de 24 horas por 72 horas ou 12 horas por 36 horas. O serviço de Família Acolhedora não necessita desses profissionais. O serviço de Casa Lar (**G**) conta com um casal, onde a esposa trabalha como cuidadora social (mãe social) residente- em uma casa que não é sua- prestando cuidados a um grupo de crianças/ adolescentes.

No que se refere aos instrumentais utilizados pelos serviços:

- Plano Individual de Atendimento (PIA) – utilizado por todos os serviços de acolhimento;
- Projeto Político Pedagógico (PPP) - dois dos serviços (**G e D**) não elaboraram o PPP e no serviço (**H**) o instrumento está em elaboração. Os demais serviços já elaboraram o PPP.
- Outros instrumentais utilizados: entrevistas; trabalhos em grupo; articulação com a rede; História de Vida; relatórios para o judiciário, sendo que houve variação na periodicidade de envio destes, alguns serviços encaminham mensalmente relatórios ao judiciário e outros semestralmente. Constam ainda: audiências concentradas com o judiciário; relatórios internos de visitas e de equipe; CUIDA; cadastros e prontuários dos acolhidos.

Como um dos objetivos desse trabalho é o de destacar o instrumental Projeto Político Pedagógico (PPP) para os serviços de acolhimento, seguem abaixo as questões enfocadas a respeito do mesmo.

No que se refere ao entendimento, pelo serviço, do que é o PPP, destacamos:

- “Instrumento norteador do trabalho da instituição” (serviço **A**);

- “Um roteiro, um guia para onde se deve andar” (serviço **B**);
- “Caminho a ser seguido, instrumento para nortear o serviço” (serviço **C**);
- “Instrumento essencial para o serviço” (serviço **D**);
- “Documento que organiza o serviço e propõe a articulação com a rede local de forma que sejam tratadas com prioridade absoluta as crianças e adolescentes acolhidos, proporcionando assim a convivência familiar e comunitária e cumprindo o que preconiza o ECA, a nova lei da adoção (12.010/2009) e as Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento, de maneira que os acolhidos possam ser reintegrados a sua família de origem, extensa ou excepcionalmente adotados” (serviço **E**);
- “Tem como objetivo apresentar a proposta de funcionamento do lar/abrigo.” (serviço **F**);
- “Como trabalhar a questão pedagógica” (serviço **G**);
- “É tudo, complexidade do trabalho, envolve tudo. Direcionamento de todo o atendimento e o relacionamento com a rede” (serviço **H**);
- “É o que rege, comanda o funcionamento, que fundamenta o trabalho técnico, planejamento do ano” (serviço **I**);
- “Guia de orientação interna, história da instituição, como um regimento interno determina o que vai ser feito, estabelece as normas e metas” (serviço **J**).

Percebe-se que os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes da região têm o entendimento adequado do PPP como instrumento norteador do trabalho desenvolvido pelo serviço.

No que se refere a elaboração do PPP pelo serviço de acolhimento, 07 dos 10 serviços existentes no Planalto Norte Catarinense já elaboraram o mesmo, a saber: **A**; **B**; **C**; **E**; **F**; **I**; **J**, sendo que quando questionados sobre quando da elaboração deste, indicaram os anos de 2010, 2013, 2014 e 2015. Um dos serviços (**H**), está em processo de elaboração.

Os dois serviços (**D** e **G**) que ainda não elaboraram o PPP, assim justificaram:

- “Não tinham conhecimento da necessidade de elaborar esse instrumento” (serviço **D**); e
- “O PPP começou a ser elaborado pela antiga coordenação e equipe técnica do serviço, que foi alterada a partir de janeiro de 2015 quando o serviço de acolhimento passou a ser administrado pela Prefeitura Municipal. Atualmente, estamos reorganizando a casa, com meta de elaborar o PPP neste ano de 2016” (serviço **G**).

Quanto a quem participou efetivamente da elaboração, os serviços relatam que:

- Apenas equipe técnica -assistente social e psicóloga- (serviços **A** e **E**);
- Coordenação do serviço, equipe técnica, acolhidos, educadores/monitores/cuidadores- (serviços **H**, **I**, **J** e **F**);
- Equipe técnica e gestão com assessoria da AMUNESC - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense- (serviço **B**).

A elaboração do PPP é uma tarefa que deve ser realizada coletivamente, envolvendo tanto a equipe do serviço, acolhidos, familiares e rede de apoio. Verificamos que essa elaboração ainda está muito voltada para o público interno, necessitando ampliar essa discussão para a família e rede de apoio do serviço.

No que se refere às dificuldades na elaboração do PPP, os serviços de acolhimento apontam:

- “Tudo muito novo, utilizaram modelo de PPP escolar, não existia referencial para elaboração de PPP de abrigos institucionais” (serviço **J**);
- “Não tinham conhecimento da necessidade de elaborar o documento” (serviço **G**);
- “Pouco entendimento da proposta por parte dos educadores” (serviço **I**);
- “Trazer a rede para discutir e elaborar o PPP” (serviço **H**);
- “Desconhecimento de como fazer” (serviço **A**);
- “Tempo escasso para leituras e estudos necessários e não entendimento da rede quanto a importância do documento” (serviço **E**);
- “Colocar, adaptar no papel o que é feito na prática, readequar o serviço” (serviço **B**).

Três serviços (**C**, **F**, **H**) apontaram não sentirem dificuldade na elaboração do PPP.

Avanços observados com a elaboração do PPP:

- “Maior organização do serviço” (serviço **A**);
- “Formalização do trabalho, quebra de paradigmas e de ranços institucionais, maior entendimento do serviço pela equipe de trabalho e famílias” (serviço **B**);
- “Maior organização dos documentos e maior divulgação do serviço” (serviço **E**);
- “Organização das atividades com os acolhidos” (serviço **F**);
- “Maior comprometimento da equipe” (serviço **H**);
- “Trabalho mais voltado para os acolhidos, direcionamento do trabalho da equipe técnica, clareza no papel de cada um” (serviço **I**);
- “Organização efetiva do serviço e orientações” e “maior sensibilização, entendimento do serviço de acolhimento como prioridade pela rede e pela gestão do serviço” (serviço **J**).

Quando indagados de como está acontecendo a efetiva implantação do PPP no serviço de acolhimento, todos os serviços que elaboraram o PPP relatam que a implantação do mesmo está acontecendo gradativamente, apontando como desafios na implantação:

- “Adequar a teoria com a prática pela equipe de trabalho, pois é tudo muito novo” (serviço **C**);
- “Manter o que está no PPP” (serviço **A**);
- “Mudar vícios e costumes do serviço” (serviço **H**);
- “Muitas mudanças na equipe de trabalho, rotatividade de pessoal” (serviço **I**);

- “Educadores sociais muito jovens, sem experiência de vida” (serviço J);
- “Tirar do papel e por na prática” (serviço E).

Quanto aos 05 municípios da região do Planalto Norte que não apresentam nenhum tipo de serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, estes são atendidos por município sede da Comarca da qual fazem parte, mediante estabelecimento de convênio prévio. No momento da realização da pesquisa, os 05 municípios estavam com seus convênios expirados, aguardando renovação. Em um deles, está sendo realizado estudo para possível implantação do serviço de acolhimento em família acolhedora.

Em um dos municípios da região, apontamos a existência de serviço de acolhimento de longa permanência para crianças, adolescentes e adultos, de ambos os sexos, portadores de deficiência mental e física, em situação de abandono. Este serviço é mantido por Organização Não Governamental e necessita iniciar o processo de reordenamento.

5 CONCLUSÕES

A profissionalização e reordenamento dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, que nada mais é do que o processo de qualificação e adequação de cada serviço de acolhimento (público e privado) dentro das normativas estabelecidas e das novas práticas de atendimento, vem diretamente atrelada a compreensão que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos.

Diante disso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que contribui de forma essencial para a quebra de paradigmas já existentes no que se refere ao serviço de acolhimento, não mais como serviço de caridade e assistencialismo, mas sim como um serviço de proteção e garantia de direitos, e oportunizando na sua construção a participação e o protagonismo de todos os envolvidos na problemática (acolhidos, equipe técnicas, famílias, rede socioassistencial e de garantia de direitos, etc.).

Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes existentes na região do Planalto Norte Catarinense estão, gradativamente, procurando se adequar as orientações e legislações existentes no que concerne ao reordenamento desses serviços e ao entendimento do PPP como instrumento facilitador e contributivo desse processo.

Apesar dos avanços na legislação e das orientações metodológicas para o cumprimento de sua função protetiva e de restabelecimento de direitos, os serviços de acolhimento ainda apresentam muitos desafios, sendo que esse caminho deve ser construído passo a passo, no cotidiano dos serviços, com a participação de todos os envolvidos na questão da defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília: MDS/CNAS/CONANDA, 3ª Edição, 2012- Reimpresso em 2014

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília: MDS/CNAS/CONANDA, 2006.

ELAGE, Bruna et al. **Perspectivas:** formação de profissionais em serviços de acolhimento. 1ª ed. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011.

IZAR, J.G. **O Projeto Pedagógico em Abrigos.** 2007. 137 p. Monografia de Conclusão de Curso (Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA, Liziane Vasconcelos Teixeira. **O Desafio do Atendimento no Acolhimento Institucional e a Gestão Social das Entidades com Vistas à Garantia do Direito à**

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada.** 2ª. Ed. São Paulo, 2006

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa- Características, usos e Possibilidades.** FEA.USP.Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, V.1, nº 3, 2º sem./1996